



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO  
CAMPUS DE IRATI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM  
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-PPGIDC

**LUANA DE OLIVEIRA**

**EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA TRÍPLICE  
FRONTEIRA: UMA CARTOGRAFIA DAS REDES DE APOIO  
SOCIAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

IRATI  
2015

LUANA DE OLIVEIRA

**EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA TRÍPLICE  
FRONTEIRA: UMA CARTOGRAFIA DAS REDES DE APOIO  
SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Mestre pela Universidade Estadual do Centro Oeste.

Orientador: Prof. ° Dr.° Rafael Siqueira De Guimarães.

Co- Orientadora: Prof. Dra. Luciana Kclanovicz

IRATI

2015

Catálogo na Fonte  
Biblioteca da UNICENTRO

O48e OLIVEIRA, Luana de.  
Exploração sexual infante - juvenil na trílice fronteira : uma cartografia das redes de apoio social / Luana de Oliveira. – Irati, PR : [s.n], 2015.  
137f.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Siqueira De Guimarães.  
Coorientadora: Prof. Dra. Luciana Kclanovicz  
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.

1. Patologia social – dissertação. 2. Violência sexual - infância. 3. Foz do Iguaçu – Paraná. 4. Método Cartografia. 5. Políticas públicas – profissionais. 6. Vítimas – família.  
I. Guimarães, Rafael de. II. Kclanovicz, Luciana. III. UNICENTRO. IV. Título.

CDD 20 ed. 362.7

## TERMO DE APROVAÇÃO

LUANA DE OLIVEIRA

### EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA TRÍPLICE FRONTEIRA: UMA CARTOGRAFIA DAS REDES DE APOIO SOCIAL

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Comunitário no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação a ser defendida e apresentada à banca examinadora em 30 de Setembro de 2015.

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães  
UNICENTRO

---

Prof. Dra. Cristina Amélia Luzio  
UNESP

---

Prof. Dra. Luciana Klanovicz  
UNICENTRO

À minha avó Rosalina Francisca de  
Oliveira (in memoriam),  
carinhosamente conhecida como Dona  
Rosa ou Rosalinda, pelo exemplo de  
empatia e vida.

## AGRADECIMENTOS

De início reservo esse momento para agradecer, pois a gratidão é a memória do coração.

Serei eternamente grata a Deus, por me dar a oportunidade de vivenciar tudo isso, por concretizar um sonho que foi pensado há anos e desejado. Hoje vivo uma realidade que parece sonho, mas foi preciso esforço, determinação, paciência, perseverança, ousadia e maleabilidade para chegar até aqui, e nada disso eu conseguiria sozinha. Minha eterna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado.

À toda a minha família, mas principalmente a três pessoas iluminadas que eu tenho a sorte em ter como mãe, pai e irmão. Aos meus pais Neide e Valdir, meus maiores exemplos. Obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que eu estivesse sempre andando pelo caminho correto. Obrigada pelas passagens e comidas congeladas, mesmo com 450km de distância, sempre me senti amada e protegida por vocês. Ao meu irmão Ariel, pelos papos cabeça, apoio, risadas e bons momentos, você é muito importante para mim. Saibam que vocês foram minha base e sustentação nos momentos difíceis, amo vocês!

Agradeço a toda a minha família, tios, primos e avós. Principalmente a Tia Salete, Tio Nilton e Juninho, por sempre me acolherem muito bem em Curitiba, sem vocês eu não teria conseguido finalizar este sonho.

Aos meus bons e velhos amigos, Bru, Ale, Mi, Lis, Rosy, Rafa, May e Maisa. Mesmo com a distância e tendo encontros apenas nos feriados e férias vocês fizeram a diferença nesta conquista. Obrigada pelos choppinhos e conversas sem fim no Maddog!

Fico imensamente feliz por conhecer algumas pessoas, que, ao longo do tempo, tornaram-se tão importantes; e sei que as levarei por toda vida no meu coração. Agradeço aos meus presentes do mestrado: "os jovens"! Rafa, Thalís, Briena, Nandra e Vanessa. Obrigada por todos os momentos em que fomos estudiosos, brincalhões,

dorminhocos e pelas inúmeras idas ao Italiano! Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava. Esta caminhada não seria a mesma sem vocês! Aos meninos da IC, Leo e Bruno, pelas aventuras na "Tríplice Fronteira". Ao meu namorado Junior, por todo amor, carinho, paciência que tem me dedicado. Obrigada por sempre estar ao meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais do que imagino.

Aos meus colegas de trabalho do Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS - Medianeira), pelas diversas discussões sobre políticas públicas, aventuras nas visitas e atendimentos. Com vocês descobri como trabalhar e amar a Psicologia Social. Fico muito feliz em dizer que somos um equipe!

Ao meu orientador Professor Dr. Rafael, por acreditar no meu potencial desde a graduação, por ter me dado à oportunidade de entrar neste programa de pós-graduação, pelas conversas, emails e orientações. Obrigada por me fazer enxergar que existe mais que pesquisadores e resultados por trás de uma dissertação, mas vidas humanas...

À Banca, as professoras Cristina Amélia Luzio e Luciana Klanovicz, obrigada por terem aceitado o convite e pela contribuição no trabalho, com certeza, as suas colocações engrandeceram esse estudo

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – PPGIDC, que pude não somente ter aulas como discutir e aprender diversos assuntos inerentes à pesquisa, extensão e vida. Ao pessoal do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura e Diversidade (LACULT) pelas discussões e interações ocorridas durante este programa.

À Universidad Cooperativa de Colômbia, em especial ao Jose, Ricardo e Andrea, pela oportunidade de realizar o intercâmbio e analisar o fenômeno da Exploração Sexual em outro país e cultura. Mas além da pesquisa, conhecer a Colômbia, em especial Santa Marta, foi fantástico!

Quero agradecer imensamente ao Parque Tecnológico da ITAIPU (PTI) e a Fundação Araucária, por uma das maiores ajudas, a financeira, que me proporcionou bolsa/pesquisa em prol deste trabalho.

Aos profissionais que aceitaram fazer parte dessa pesquisa, a todas as instituições que confiaram no nosso projeto e ética. Obrigada por todas as contribuições e apoio. Às crianças e adolescentes que estão em situação de abrigo, vocês mudaram a minha visão sobre as pessoas e me mostraram que há um amor além de tudo.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas que não citei aqui e me ajudaram a alcançar este sonho. Durante este período eu descobri o valor da fraternidade, do que é ajudar e ser ajudado, de um sentimento mútuo de companheirismo que o ser humano é capaz de criar.



**"A mim a criança ensinou-me tudo. Ensinou-me a olhar para as coisas. Apontame para todas as coisas que há nas flores. Mostra-me como as pedras são engraçadas. Ela dorme dentro da minha alma e às vezes acorda de noite e brinca com meus sonhos. A Criança Nova que habita onde vivo dá-me uma mão a mim e a outra a tudo que existe..." (Fernando Pessoa).**

## RESUMO

OLIVEIRA, Luana. **Exploração Sexual Infanto-juvenil na Tríplice Fronteira: uma cartografia das redes de apoio social**. 2015. 137 p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Irati, 2015.

Realizamos um estudo sobre a temática da exploração sexual infanto-juvenil no município de Foz do Iguaçu - PR. Desse modo, essa análise teve como objetivo entender como os profissionais de Foz do Iguaçu -PR compreendem o fenômeno da Exploração Sexual Infanto-juvenil, com ênfase na políticas públicas, principalmente sobre a rede de proteção a essas crianças e adolescentes. O percurso metodológico foi de caráter qualitativo, contemplando a cartografia, através desta, tivemos contato com diversas instituições de atendimento a essas crianças e adolescentes e, ao todo foram entrevistados 20 profissionais que atuam na rede de proteção e combate ao fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil. No capítulo *Considerações sobre a Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Foz do Iguaçu - PR: reflexões teóricas e as diferentes manifestações deste fenômeno*, procuramos inserir, a partir de uma perspectiva histórica, os conceitos de família, infância e exploração sexual, demonstrando que este não é um fenômeno apenas contemporâneo. Foi apresentado o conceito de exploração sexual infanto-juvenil, os seus desdobramentos e casos encontrados no município de Foz do Iguaçu - PR. No capítulo *Exploração sexual infanto-juvenil: como estamos trabalhando com esse fenômeno*, apresentamos as bases legais que abordam a temática da exploração sexual. Também comentamos sobre a construção das políticas públicas de combate à exploração sexual desenvolvidas no país, baseando-se na criação do SUAS e seus desdobramentos. No capítulo *Exploração Sexual Infanto-Juvenil: como este fenômeno está interligado à Rede de Proteção do município de Foz do Iguaçu-PR*, realizamos a caracterização dos programas municipais de Foz do Iguaçu - PR, que atuam frente ao fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil abarcando principalmente a sua rede e os seus programas. Também analisamos se há uma rede de atendimento a essas vítimas e suas famílias e, o fluxo de atendimento. Dentre os resultados do estudo, destacamos os avanços, lacunas e fragilidades da política e dos profissionais que atuam no município de Foz do Iguaçu - PR.

**PALAVRAS-CHAVE:** Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Políticas Públicas. Foz do Iguaçu. Profissionais.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Luana. **Dollsatnight: everydaystoriesoftransvestitesandtranssexuals.** 2015. 119 p. Dissertation (Interdisciplinary Master in CommunityDevelopment) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, 2015.

The purpose of this work is to research about the stories told by four transvestites and tree transsexuals about their daily life. We also show you the meaning of the term doll along its emergence and what this expression means for participants of this study.

In the midst of this the participants have their moments of discovery with transvestites and transsexuals or, your family dilemmas, their work routines amid prostitution in the city of Ponta Grossa in the state of Paraná and customer relationships with other transvestites and transsexuals, the stigmata suffering, their transformed becomings by their daily and techniques that they use to be increasingly attractive and beautiful in the night. It is also important to note that the everyday stories of these people go beyond prostitution as the only purpose of life or as a single professional activity, throughout the text we see that these people crave a future to ensure it justice and social rights not only in the course of history as today in the midst of society and greater visibility not as abject, but also as a citizen of rights and duties such which culminate in the development of their communities.

**KEYWORDS:** Dolls. Transvestites. Transsexuals. Stigma. CommunityDevelopment.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Nortes Teóricos.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 Metodologia .....</b>	<b>24</b>
<b>1.3 Breve resumo da história local do município de Foz do Iguaçu - PR.....</b>	<b>26</b>
<b>1.4 Trajetória da Pesquisa</b> Erro! Indicador não definido.....	<b>31</b>
<b>1.5 Entre Fronteiras e Reflexões: Lugares que percorremos.....</b>	<b>36</b>
<b>2. Considerações sobre a Exploração Sexual Infanto-juvenil em Foz do Iguaçu - PR: reflexões teóricas e as diferentes manifestações deste fenômeno.....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 Exploração Sexual, Família e Infância.....</b>	<b>42</b>
<b>2.2 Exploração Sexual: breve histórico e definições.....</b>	<b>44</b>
<b>2.3 Exploração Sexual Infanto-Juvenil na contemporaneidade: um conceito multifacetado.....</b>	<b>50</b>
<b>2.4 Exploração sexual infanto-juvenil: diferenças e semelhanças encontradas em Foz do Iguaçu - PR .....</b>	<b>53</b>
<b>2.5 Prostituição ou Prostituídas? Relatos sobre a exploração sexual comercial em Foz do Iguaçu.....</b>	<b>60</b>
<b>2.6 Exploração Sexual de meninas, meninos e Travestis.....</b>	<b>62</b>
<b>3. Exploração Sexual infanto-juvenil: como estamos trabalhando?.....</b>	<b>67</b>
<b>3.1 Exploração sexual infanto-juvenil e a Legislação.....</b>	<b>67</b>
<b>3.2 Políticas Nacionais: uma breve cronologia.....</b>	<b>74</b>
<b>4.0 Exploração Sexual Infanto-juvenil: como este fenômeno está interligado à rede de proteção do município de Foz do Iguaçu- PR.....</b>	<b>82</b>

<b>4.1 Descentralização das Políticas Públicas e o Protagonismo do Poder Executivo.....</b>	<b>82</b>
<b>4.2 Programas e Ações destacados em Foz do Iguaçu.....</b>	<b>83</b>
<b>4.3 Integralidade da Rede e o Fluxo de Atendimento.....</b>	<b>100</b>
<b>4.3.1 Fluxograma.....</b>	<b>104</b>
<b>4.4 Dificuldades e Problemáticas Observadas.....</b>	<b>110</b>
<b>4.5 Formação e Capacitação dos Profissionais da Rede Socioassistencial do município de Foz do Iguaçu- PR.....</b>	<b>112</b>
<b>4.6 Considerações Finais.....</b>	<b>115</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>135</b>

## **Lista de Siglas**

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CPT- Comunidade dos Pequenos Trabalhadores

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FAADI - Frente de Apoio à Adoção de Irati

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul das Américas

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAIR - Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro

PTI - Parque Tecnológico da Itaipu

RECRIA - Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

RPC - Rede Paranaense de Comunicação

NUCRIA - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime

SESI - Serviço Social da Indústria

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste

## **Lista de Ilustrações**

<b>Figura 1- Mapa referente à localização da cidade de Foz do Iguaçu.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 2 - Vista da Ponte da Amizade em 2014, que liga o Brasil e Paraguai.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 3- Mapa da Tríplice Fronteira.....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 4- Fluxograma 1.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 5- Fluxograma 2.....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 6 - Fluxograma 3 - Fluxograma de denúncias obtido através das entrevistas.....</b>	<b>106</b>
<b>Figura 7 - Fluxograma 4 - Fluxogramas Ideal das Denúncias - município de Foz do Iguaçu - PR.....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 8 - .....</b>	<b>109</b>

## **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1 - Nome dos Profissionais Entrevistados, profissão, local de trabalho e há quanto tempo atua naquela instituição.....</b>	<b>33</b>
--	-----------



## Introdução

*Esta é uma história verdadeira:  
Uma vez você não era e agora é.  
Como? Por quê?  
Você veio a este mundo para ver como ele é lindo,  
Assim grande, assim redondo e, ao invés, que descobriu?  
Que ele é velho, encurvado e até mal organizado: dá pena até de olhar...  
Arregace logo as mangas, é preciso consertar...*

*Gianni Rodari*

O interesse por trabalhar com a temática da violação de direitos de crianças e adolescentes ocorreu desde a graduação em Psicologia na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), localizada no município de Irati- PR, mais precisamente no terceiro ano, quando ingressei no projeto realizado com pais que estão na fila de espera por adoção<sup>1</sup>, o qual é supervisionado e coordenado pela professora Mestre Verônica Suzuke Kimmelmeier. Foi nesse momento que tive um contato frequente com o tema da adoção.

A partir do referido projeto, alguns acadêmicos, junto com a coordenadora, criaram no município a Frente de Apoio à Adoção de Irati (FAADI), que teve várias ramificações sobre o assunto. Entre os planos que foram desenvolvidos destacam-se: o projeto *Adoção e Cinema; Pensando Família e Adoção; e Integração: vivências lúdicas em instituições de abrigo*. Com este último, tive contato com crianças que estavam abrigadas devido à violação de seus direitos. Neste trabalho, dúvidas começaram a surgir, principalmente sobre o trabalho de abrigamento e os direitos destas crianças assistidas pelo Estado e suas famílias.

Sobre a temática da adoção, realizei o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado como *Adoção Homoafetiva: olhares de juízes e promotores sobre uma nova configuração familiar*. Este teve como objetivos entender o posicionamento de juízes e promotores frente ao tema da adoção homoafetiva. No ano de 2011 apresentei trabalhos científicos referentes a temática da infância e adoção, os quais foram publicados em anais<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Este projeto foi coordenado pela professora Mestre Verônica Suzuki Kimmelmeier vinculado ao fórum de Irati. Objetivava criar um espaço de apoio e debate sobre as diversos vínculos familiares e sanar as principais dúvidas e expectativas dos futuros adotantes.

<sup>2</sup>No evento nomeado I Congresso Internacional de Saúde Mental: a medicalização da vida foram apresentados e publicados no anais os artigos intitulados *Órfãos de pais vivos: uma revisão bibliográfica*

Desse modo, ao longo destes anos tive interesses acadêmicos, entre eles o trabalho com crianças e adolescentes e, principalmente, a violação dos seus direitos. Porém, nunca havia analisado a exploração sexual em si, sempre estudei os desdobramentos do abrigamento, ou seja, a adoção. Estes desafios me impulsionaram a ingressar no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário.

No primeiro ano de mestrado, a leitura e análise de autores como Zygmunt Bauman, com seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* e Edgar Morin perpetraram compreender o conceito de comunidade e como a minha pesquisa poderia estar interligada com o mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário.

Com o decorrer dos créditos do mestrado, surgiu a oportunidade de uma bolsa pelo Parque Tecnológico da Itaipu (PTI) e Fundação Araucária. Estas instituições abriram um edital ofertando bolsas de mestrado, iniciações científicas, entre outras. Porém estes deveriam estar vinculados a algumas temáticas, como o desenvolvimento local. Assim, em conjunto com o professor Dr. Rafael Siqueira de Guimarães e a mestranda Thalita Rafaela Neves, organizamos e encaminhamos um projeto, cuja temática abordava a exploração sexual infanto-juvenil. Este assunto foi pensando porque se enquadrava em uma das demandas da Tríplice Fronteira. O nosso projeto foi aceito; fomos contempladas com duas bolsa de mestrado, e os acadêmicos de psicologia Bruno Filipe Marques e Leo Rodolfo Bianchini, com duas bolsas de Iniciação Científica. Além disso, as referidas instituições também nos apoiaram durante a pesquisa, disponibilizando recursos para a nossa locomoção e estadia em Foz do Iguaçu.

Aos poucos intei-rei-me do tema exploração sexual infanto-juvenil. Ao ler teses sobre a situação da Tríplice Fronteira e conhecer casos, compreendi a importância de pesquisas nessa região para entender como o Estado e a sociedade civil agem frente aos casos de exploração sexual infantil. Identifiquei a relevância de trabalhar com os funcionários da Rede de Assistência Social, porque são eles que atuam nos casos de

---

sobre a alienação parental e Adoção realizada por casais homoafetivos: uma revisão bibliográfica sobre essa nova configuração. Também neste evento, participei da elaboração do artigo: Do abrigo ao convívio familiar: a intervenção do psicólogo no processo de aproximação.

denúncia, no abrigamento das crianças e com a família extensa<sup>3</sup>, e, também de entrevistar os profissionais do setor jurídico, porque são os que decidem se as crianças irão retornar aos seus lares ou serão destituídas dos poder familiar. Com isso, minha atitude em relação aos casos foi o anseio de buscar ações nas políticas públicas de proteção integral à infância, visto que, em muitos casos, a violência sexual não é isolada; é, sim, consequência de inúmeros fatores como a vulnerabilidade, desemprego e dificuldades de acesso aos serviços públicos.

Esta dissertação insere-se no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), mais especificamente na linha de pesquisa Cultura, práticas sociais, formação humana e desenvolvimento comunitário. Assim, a finalidade deste projeto é identificar, por meio da metodologia da cartografia e instrumentos de pesquisa, como os profissionais que trabalham na rede de apoio à infância e à juventude de Foz do Iguaçu no Paraná, entendem o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil e, também, compreender a rede de atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas.

O objetivo geral deste trabalho é entender como os profissionais<sup>4</sup> de Foz do Iguaçu compreendem o fenômeno da Exploração Sexual Infanto-juvenil. Entre os objetivos específicos destacam-se: realizar um mapeamento cartográfico da rede de atenção de combate à exploração sexual infanto-juvenil; identificar como foi a formação destes profissionais, bem como se estes recebem alguma capacitação frente à exploração sexual de crianças e adolescentes; e, por fim, analisar se há em Foz do Iguaçu - PR uma rede de proteção a essas crianças e adolescentes.

Assim, com esta pesquisa foi possível apreender os atendimentos realizados com as crianças, os encaminhamentos, e se os profissionais estão qualificados e treinados para acolher às demandas. A relevância deste trabalho consiste em compreender por que existem diversos projetos e organizações que combatem a exploração infantil e, mesmo assim, há um número elevado dessas crianças convivendo nas ruas e sujeitas a este crime.

## **Nortes Teóricos**

---

<sup>3</sup>São os pais, filhos, irmãos de pais com seus filhos, avós, tios avós, bisavós (gerações acima). Pode, eventualmente, incluir parentes não-sangue, tais como meio-irmãos, filhos adotivos ou putativos.

<sup>4</sup> Alguns profissionais da rede sócio-assistencial, um conselheiro tutelar, um juiz e, três profissionais da ITAIPU. Posteriormente, essas características serão melhor explicadas.

É interessante explicar e definir alguns termos científicos que embasaram a teoria, a pesquisa e a análise do dados coletados. Deste modo, esse conceitos serão nomeados como Nortes Teóricos, entre eles destacam-se, por exemplo: sexualidade, exploração sexual infantil, violência, comunidade e desenvolvimento comunitário. Estes termos serão utilizados em vários momentos da dissertação.

Um primeiro mediador teórico seria o termo sexualidade, esta tornou-se um objeto de estudos, na busca pela compreensão dos possíveis significados das relações humanas, considerando os seus mais variados e complexos sentidos (CARDOS; VAINFAS, 1997). Para Foucault (1988), o sexo não foi apenas um objeto de sensação, prazer, Lei e interdição, mas também de verdade e falsidade, sendo essas ligadas aos inúmeros discursos realizados ao longo dos anos.

A sexualidade assume um conceito amplo, já que não está só ligada ao ato sexual, mas também aos papéis sexuais definidos para homens e mulheres. Portanto, a sexualidade é produzida socialmente pelos sujeitos e pelas instituições sociais, e faz parte de um processo histórico (SILVA, 2005).

A forma como o sujeito vai viver a sua sexualidade está interligada com a questão da idade. Uma distinção básica entre uma criança e um adolescente é o fato da puberdade, a qual o jovem terá uma maturação sexual, esta deve ser realizada de forma paulatina, com novas relações, sensações, podendo assim, emergir seus desejos sexuais (LIBÓRIO, 2004). As crianças e os adolescentes apresentam comportamentos sexuais conforme sua fase do desenvolvimento, o respeito a estes comportamentos é um direito das crianças e cabe aos adultos assegurá-los (RIBEIRO; DIAS, 2009).

Existem também as chamadas sexualidade clandestinas ou ilegítimas, onde os discursos, os gestos são autorizados apenas na surdina, com um preço considerado alto. Uma forma desta sexualidade seria a exploração sexual infanto-juvenil, a qual todos sabem que acontece, mas fingimos, de forma consciente ou inconsciente, não saber. Segundo Foucault (1988), o mutismo não significa a inexistência de discursos, assim as pessoas comentam sobre a sexualidade das crianças e seus desvios, como o abuso sexual e a exploração sexual infanto-juvenil.

Neste trabalho teremos esta visão sobre sexualidade, na qual a criança e o adolescente tem o direito de vivenciar de forma natural e, não forçada e ilegítima, como acontece na exploração sexual infanto-juvenil. Mas, como será apresentado

posteriormente, as crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual, vivenciam desde tenra idade experiências clandestinas e, muitas vezes violenta em relação a sua sexualidade.

Um segundo conceito a ser considerado é a violência, a qual pode ser vista como um fenômeno antigo. Um produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra uma pessoa que se encontra em alguma desvantagem, podendo ser física, emocional e social (LEAL, 1999).

A história nos mostra exemplos de violências cometidos contra diversas formas de pessoas, na sua maioria com as classes vistas como inferiores, ou seja, mulheres, negros e crianças (ANDRADE; FONSECA, 2007). O risco reside em acreditar que a violência tenha o mesmo significado em todas as partes do mundo, sem considerar as características das populações, seus costumes e cultura (MORAES, 2009).

Em relação a violência intrafamiliar, atualmente há quatro formas com maior prevalência. Estas seriam a violência, física, psicológica, negligência e sexual. A primeira ocorre quando o agressor causa ou tenta causar danos por meio da força física na sua vítima, podendo causar lesões internas, externas ou ambas. A segunda se caracteriza por toda ação ou omissão que venha ocasionar danos à auto-estima, à identidade, ou ao desenvolvimento da pessoa, seria popularmente conhecido como xingamentos, ameaças, palavrões, etc. A negligência seria a omissão ou responsabilidade de um ou mais membros da famílias em relação a outros (DAY et al., 2003).

Nesta tese, ateremo-nos principalmente a violência sexual. Esta que deve ser compreendida como um fenômeno em sua complexidade e nas relações que são determinadas no conjunto da sociedade. O que deve ser evidenciado, é que esta forma de violência é sempre abusiva (FALEIROS, 2000). Um ponto que deve ser analisado é a forma que esta violência pode ocorrer, ou seja, no ambiente intrafamiliar, quando há uma relação de parentesco entre vítima e o agressor. Em compensação a violência extrafamiliar se configura quando não há esta relação de convivência familiar (LEAL, 1999).

Santos (2007), explica que a OMS utiliza o termo exploração sexual para designar tanto situações de abuso sexual intra e extrafamiliar quanto a prostituição infanto-juvenil. Esta definição auxilia na dificuldade em distinguir os conceitos de abuso sexual e exploração sexual.

Mas como podemos definir o abuso sexual infantil? Segundo Faleiros (2004), o abuso é uma ultrapassagem de limites físicos, psicológicos, sociais, culturais e legais. Com um outro viés Moraes (2009) conceitua o abuso sexual como um tabu, pelo fato da população não entender como correta esta ação, porém não permite espaço para que haja uma discussão e uma mudança nesse fato.

Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação, para fins de estimulação sexual entre uma criança ou adolescente e um perpetrador em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento (HABIGZANG et al., 2005). A estatística exata do número de abusos é desconhecida, porque a maioria das crianças e adolescentes não revelam, devido a ameaças e sendo envolvidas na síndrome do segredo. Porém, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), este seria um dos maiores problemas de saúde pública (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

A exploração sexual é vista como um crime e implica a compreensão de que essas crianças e adolescentes são explorados, não sendo considerada como uma categoria de trabalho em virtude da sua relação de dominação (DAMINELLI, 2010). Podemos considerar como exploração sexual a troca por dinheiro ou favores, frequentemente entre o cliente e as pessoas que se beneficiam da compra e venda dos corpos de crianças (ARAUJO, 1996). Neste trabalho, será considerado exploração sexual, quando houver essa troca sexual e comportamento por algum valor, podendo ser dinheiro, favores e presentes.

Para Leal (1999, p. 10),

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

Afirmando a ideia de Leal (1999), Faleiros (2004) aponta que exploração sexual infanto-juvenil é um abuso, uma violência, uma violação dos direitos e um crime. Categorizando este fenômeno Leal (1999), cita o Instituto Interamericano Del Niño, o qual explanou que a exploração sexual poderia ser dividida em quatro modalidades: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais. Sendo notório que estas formas estão inter-relacionadas e influenciadas.

Libório (2004) aponta que o fenômeno da exploração sexual ocorre em todo o mundo e tem mobilizado diferentes fatores da sociedade, para repensar as políticas de enfrentamento e proteção para estes casos. No Brasil, esta visibilidade ocorreu a partir da década de 90, com a realização de uma CPI que investigou alguns casos de exploração sexual infanto-juvenil no nosso país (MORAES, 2009).

Definimos essas crianças exploradas sexualmente como vivenciando uma situação de vulnerabilidade e desprotegidas, não possuindo seus direitos garantidos nem por suas famílias, sociedade ou Estado, cuja as políticas públicas estão sendo insuficientes e ineficazes para impedir o comércio sexual dos corpos infanto-juvenis.

Segundo o dicionário Aurélio, a palavra proteção possui o significado de abrigo, resguardo, auxílio, amparo e dedicação pessoal. Segundo a Constituição Federal de 1988 e o ECA 1990, é dever de algumas instâncias a proteção de crianças e adolescentes que estão com os seus direitos violados, para que possam ter um desenvolvimento pleno. Mas será que a sociedade está fornecendo este abrigo ou dedicação pessoal a aqueles que precisam? Penso que não.

Moraes (2008) aponta que a região da tríplice fronteira seguiu alguns pontos do exposto pela UNICEF, para que os adolescentes e crianças desta região estejam protegidos deste ambiente impróprio. Desta forma, Leis, políticas públicas, foram escritas e constituídas, porém as aplicações ainda são atravessadas por vários fatores, um deles seria a instabilidade dos moradores viverem nestes municípios de fronteira.

Para que isso não ocorra precisamos pensar em qual comunidade participamos. Bauman (2003) expõe a diferença entre comunidades estéticas e éticas, a primeira possui uma natureza superficial e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Assim, quando conhecemos os problemas concretos e complicados da nossa sociedade, possuímos uma relação superficial com eles, sem que haja uma empatia com estes.

Já a comunidade ética seria, em quase tudo, o oposto das comunidades estéticas, esta teria que ser tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis, que, graças à sua durabilidade prevista (melhor ainda, institucionalmente garantida), pudesse ser tratada como variável dada no planejamento e nos projetos de futuro. E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam, reafirmam o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual (BAUMAN, 2003).

É dever da família, do Estado e da Sociedade a proteção desta criança e adolescente. Para que isso aconteça de forma correta devemos nos atentar ao exposto por Maturana (1998, p. 27)

Nós, seres vivos, somos sistemas determinados em nossa estrutura. Isso quer dizer que somos sistemas tais que, quando algo externo incide sobre nós, o que acontece conosco depende de nós, de nossa estrutura nesse momento, e não de algo externo.

Somos cidadãos da mesma comunidade, do mesmo sistema, todos possuímos o compromisso ético de mudar a realidade até então construída. Apenas desta forma poderemos compreender o conceito de comunidade, esta que só exerce o seu papel de acolhimento e segurança através do trabalho coletivo, fundamentando-se em compromissos que sejam a longo prazo, afirmando os direitos de todos e exercendo-os. Direitos esses que necessitam não só de reconhecimento, mas de discussão sobre como podem ser praticados, como exposto acima. É necessário o diálogo com o outro, além de entendê-lo, precisamos compreendê-lo (BAUMAN, 2003).

Através desta ação poderemos desenvolver uma empatia, uma consciência e uma autoconsciência da questão da exploração sexual. A consciência de pertencermos à pátria terrena é que permitirá o desenvolvimento em diversas regiões do planeta, irá promover um sentimento de religação e intersolidariedade (MORIN, 2003). e

Para entendermos o contexto que estamos inseridos devemos nos auto-observar, devido ao fato de pertencermos a um mesmo sistema, além disso, devemos nos comportar como cidadãos. De acordo com Morin (2003, p.74): “Somos verdadeiramente cidadãos, dissemos, quando nos sentimos solidários e responsáveis”. Para sermos solidários precisamos desenvolver o sentimento de patriotismo, cultivando-o na nossa comunidade, no país e no planeta. Devemos nos responsabilizar pelas percepções globais, não apenas na nossa especialização e no nosso contexto (MORIN, 2003).

Desta forma, atentemo-nos ao princípio de Pascal que é defendido por Morin (2003), no qual todas as coisas são causadoras e causadas, ajudadas e ajudantes, sendo sustentadas por um elo natural e imperceptível, que liga as mais distantes e diferentes situações. Logo, trabalhar coma exploração sexual infanto-juvenil em Foz do Iguaçu-PR Fronteira não será um estudo apenas do presente, mas também do futuro. Desta forma, tona-se necessários compreender que possuímos responsabilidade com o futuro, não só destes jovens, mas sim de toda uma comunidade.



Ao nos vermos como responsáveis por estes problemas sociais, estamos fazendo parte desta comunidade, com isso, buscamos o Desenvolvimento Comunitário desta. Mas antes de descrever sobre este conceito, torna-se necessário comentar sobre o termo desenvolvimento. Segundo Silva (s/d), o desenvolvimento não é um fenômeno simplesmente quantitativo, mas qualitativo. Desta forma, apenas um processo que mergulhe as suas raízes na mentalidade da população e seja capaz de operar nela uma transformação terá a garantia de ser eficaz e de ter continuidade.

Com isso,

o termo desenvolvimento comunitário entrou na linguagem internacional para designar o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral (SILVA, s/d, p. 7).

O desenvolvimento comunitário seria um ação para melhorar as condições da vida das pessoas que habitam numa comunidade, tomando como princípio as características deste local. Compreendemos esta forma de desenvolvimento em alguns momentos no município de Foz do Iguaçu - PR: com a instalação do programa Vira Vida, que insere no campo de trabalho e na sociedade os jovens que foram explorados sexualmente e, com a ONG Aldeias Infantis, a qual analisou a demanda do município de Foz do Iguaçu - PR antes de iniciar os seus trabalho e projetos.

## **1.2. Metodologia**

Algumas questões surgiram ao elaborarmos os objetivos da pesquisa: Como iríamos adentrar na comunidade, fazer parte dela, conhecer suas necessidades, seus bairros e a sua população? Nesse momento, pensamos que um ponto crucial para a realização das ações da pesquisa seria a escolha de uma metodologia que atendesse aos objetivos. Optamos, assim, pela pesquisa qualitativa, mais precisamente a cartografia, que possibilita uma compreensão ampla do fenômeno e do campo de pesquisa. Corroboro com as ideias de Edgar Morin, no livro “A Cabeça bem Feita”, o qual faz uma crítica à fragmentação do conhecimento; este autor pauta-se na ideia de Pascal, comentando ser “[...] impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes” (2003, p. 88). Pensando nessas questões, esta pesquisa possibilitará uma visão do todo na entrevistas coletadas,

mas também será apenas uma parte em relação a todo o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil em Foz do Iguaçu - PR.

Considerando este fenômeno e os seus sujeitos de forma integral e não apenas quantificados, esta pesquisa utilizou como metodologia a investigação qualitativa, a qual procura compreender a natureza de determinado fenômeno social, respondendo a questões subjetivas, trabalhando com o universo de valores, motivos, crenças, anseios, atitudes (MINAYO, 1995). Apoiando-nos no que os indivíduos a serem estudados sentem, pensam, julgam e valorizam. De acordo com Campos (2001), a pesquisa qualitativa se baseia em dados coletados nas interações sociais e interpessoais e analisa-os a partir do significado que os sujeitos atribuem ao fato.

Durante a pesquisa, procuramos seguir algumas questões abordadas na “Agenda para jovens pesquisadores” por Marisa Vorraber Costa (2002, p.151 e 152),

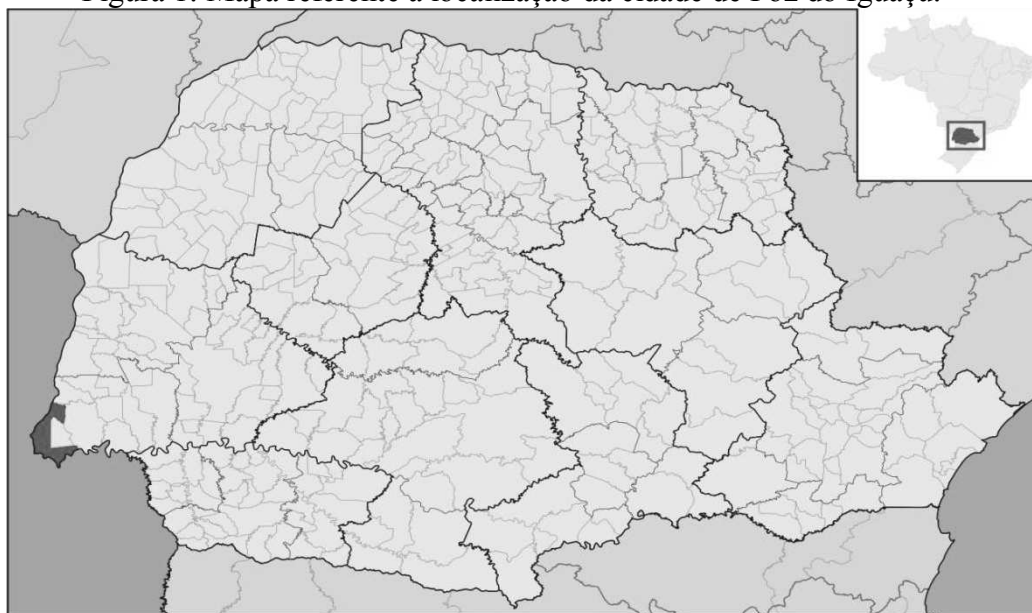
Pesquisar é uma aventura, seja um bom detetive e esteja atento a suas intuições! Pistas, intuições, suspeitas, dúvidas merecem ser objeto de atenção e não deveriam ser descartadas sem antes perscrutar-se cuidadosamente várias possibilidades de conectá-las com aquilo que se deseja investigar”(...) “achados e resultados de pesquisa são parciais e provisórios. Não tenha a pretensão de contar a verdade total e definitiva. A cartografia total de uma idéia ou problema vem se mostrando impossível. Parece que não existe a possibilidade de mapear todas as alternativas de configuração de um campo. As constantes reformulações de teorias consagradas estão a indicar que isto se verifica mesmo nas áreas de pesquisa em que o controle experimental é mais rígido e meticuloso. Assim, como a contingência parece ser nosso limite, abdicar à pretensão de totalidade também significa admitir e aceitar a provisoriedade do conhecimento.

Em relação ao contato com o campo de pesquisa, a metodologia escolhida foi a cartografia, a qual visa a acompanhar um processo, que nos transforma e produz mundos (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2010). Quando referido o conceito de processo, explicamos este uma situação na qual o fenômeno de pesquisa já havia iniciado; pensando nisso, entendemos que o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil carrega uma história e o território presente é portador deste processo.

Segundo Deleuze e Guatarri (1995), o método cartográfico descreve os processos dos objetos e fenômenos, indicando-nos um procedimento de análise a partir do qual a realidade a ser estudada não é estável, mas, sim, está em constante transformação. Assim, ao cartografar, acompanhamos os processos dessa transformação da realidade de si e do mundo.

Mas que mundo é esse? Como podemos definir a Tríplice Fronteira, ou, mais especificamente, Foz do Iguaçu? Como o próprio nome diz, essa é uma região dividida em três fronteiras: Brasil, Argentina e Paraguai. Quando procurada no dicionário Aurélio, a palavra fronteira possui como significado "Divisória", "Limite", "Extremidade" e é nesse ambiente que se localiza a cidade de Foz do Iguaçu- PR.

Figura 1: Mapa referente à localização da cidade de Foz do Iguaçu.



Fonte: Wikipedia<sup>5</sup>

### 1.3 Breve resumo da história local do município de Foz do Iguaçu - PR

Segundo o Anuário Estatístico Perfil (2001), a história do município de Foz do Iguaçu pode ser dividida em quatro ciclos: O primeiro ciclo (1870- 1970) envolve a extração de madeira e o cultivo da erva-mate. Nesse período surgem os primeiros desbravadores, principalmente paraguaios, argentinos e indígenas. Com a fundação da Colônia Militar<sup>6</sup> do Iguassu, há uma maior presença de brasileiros, e a instituição de um pequeno comércio. O 2º ciclo (1970-1980) caracteriza-se pela construção da hidrelétrica de Itaipu. A construção da hidrelétrica de Itaipu trouxe consigo 30 mil trabalhadores e suas famílias. Atraiu grandes contingentes de “mão-de-obra” operativa

<sup>5</sup>Disponível em

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista\\_de\\_bairros\\_de\\_Foz\\_do\\_Igua%C3%A7u#mediaviewer/Ficheiro:Parana\\_Municip\\_FozdoIguacu.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_bairros_de_Foz_do_Igua%C3%A7u#mediaviewer/Ficheiro:Parana_Municip_FozdoIguacu.svg). Acesso em 02 de abril de 2014.

<sup>6</sup> Segundo Wachowicz (1982), os próprios oficiais transferidos para Foz do Iguaçu, com poucas exceções, penitenciavam-se de delitos políticos cometidos contra o governo federal, e, portanto, pouco se preocupavam com a melhoria de suas condições de vida. Muitos até praticavam atividades ilícitas, como o contrabando de erva-mate e madeira

e especializada. O 3º ciclo (1980-1995) é marcado pela exportação e turismo de compras. O término das obras e o início do funcionamento da hidrelétrica de Itaipu contribuíram para a intensificação do comércio de exportação e do turismo de compras no Paraguai<sup>7</sup>. O traço característico desse período é o intenso movimento migratório para Foz do Iguaçu, originando grandes invasões em áreas públicas e privadas por parte de famílias de baixa renda e desempregados, aqui atraídos pela localização limítrofe da cidade com o grande comércio aberto de Ciudad del Este. O 4º ciclo (1995 a 2001) pode ser assinalado como de abertura de mercados a partir da globalização. A consolidação do Mercosul (Mercado Comum do Sul das Américas) marca o processo de abertura do mercado econômico no Brasil.

Atualmente, Foz do Iguaçu - PR tem uma população de 258.368 habitantes, sendo uma cidade jovem, com cerca de 25,24% da sua população, ou seja, 36.328 tem entre 10 - 19 anos. Além disto, essa cidade está localizada na região sul do Brasil, na fronteira com o Paraguai e Argentina, área conhecida como tríplice fronteira.

A Síntese dos Diagnósticos nos Municípios de Fronteira, Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Mercosul, desenvolvido pelo PAIR Mercosul (2011), cita uma pesquisa realizada no final do ano de 2008, pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (ETHOS), a pedido da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), que teve o objetivo de traçar o perfil da população do município de Foz do Iguaçu - PR, destacando: Foz do Iguaçu se caracteriza como uma cidade de classe média baixa, na qual a maioria da população é pobre e tem baixo nível de escolaridade; 75% da população vivem com até 3,5 salários mínimos mensais; quase a metade dos jovens de 16-17 anos encontra-se fora da escola, 33% se considera estudante e, destes, 18% são casados ou se apresentam em união consensual e 14% já são pais; o trabalho informal, sem vínculo, é predominante e o contrabando de mercadorias do Paraguai é considerado como um trabalho normal para 75% da população.

Esta cidade não foge muito do apontado por diversos autores acerca da exploração sexual nas diferentes regiões do Brasil. No entanto, apresenta certas peculiaridades que lhe são inerentes: a ausência de controle quanto à passagem das crianças para o Paraguai; grande impunidade; a especificidade da cultura de Foz, a

---

<sup>7</sup> A inauguração da Ponte Internacional da Amizade, aconteceu em 27 de março de 1965, a qual têm extensão de 554 metros, que ligava Foz do Iguaçu a Ciudad del Este (CORREA; GOLDENBERG, 2008).

qual congrega aproximadamente 70 etnias, aliada ao fato de ser uma região de fronteira com intensa presença de atividades comerciais informais (OIT, 2002).

Essa é a terra das Cataratas do Iguaçu, um dos destinos turísticos mais visitados do Brasil. A Usina Hidrelétrica de Itaipu, inaugurada na década de 1980, também marca a fisionomia da região, sendo em parte responsável pelo seu desenvolvimento. Deve-se destacar, ainda, o problema social criado durante e após o fim da construção da usina. No tempo em que se erguia a barragem, atraiu-se uma quantidade considerável de trabalhadores. A maioria destes tinha um baixo nível de escolaridade e qualificação e, após o final das obras, muitos decidiram continuar em Foz, porém exercendo atividades informais ou marginais para a economia do município, fomentando o comércio ilegal, a pirataria e o contrabando, já então existentes nesta região fronteiriça (CORREA; GOLDENBERG, 2008).

É possível atribuir boa parte dos problemas de Foz do Iguaçu - PR ao fato de estar situada em uma Tríplice Fronteira, região de vulnerabilidade social. O intenso fluxo de pessoas entre os três países facilita a ação de criminosos, dificulta a fiscalização policial e a atuação dos governos por meio de políticas públicas (MARISTA, 2014).

Não se pode esquecer do centro comercial de Ciudad del Este, famoso tanto pelos produtos importados a baixo custo, quanto pelas denúncias de tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, entre outras ilicitudes. A construção da Ponte da Amizade na década de 1950 e a fundação de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) foram os grandes atrativos para imigrantes de origem árabe que quissem instalar-se na fronteira. A princípio dedicando-se à exportação de produtos brasileiros, mais tarde outros imigrantes viriam a abrir seus próprios negócios na cidade paraguaia (OLIVEIRA, 2014, p. 3)

Figura 2: Vista da Ponte da Amizade em 2014, que liga o Brasil e Paraguai.



Fonte: Skyscrapercity<sup>8</sup>

Esse é um lugar em que as divisórias são bem demarcadas, por pontes, rios e idiomas, mas que a fluidez da população é inquestionável. Segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2010), Foz do Iguazu - PR tem mais do que 80 nacionalidades de imigrantes, entre eles da China, do Paraguai e da Argentina. Esse município teve imigrações sucessivas<sup>9</sup> e hoje é considerado por seus moradores e por diversas pessoas como uma cidade atípica (MACHADO e SILVA, 2008).

Ao realizar a pesquisa, encontramos no dia a dia inúmeras pessoas falando ou *hablando* o portunhol, mulheres vestidas com burca, cidadãos que trabalhavam durante o dia em um país, mas morando no outro. Como apontado por Cardozo (2012, p. 92), "Esta situação multicultural remodelou a paisagem urbana de Foz e, assim, o seu cotidiano é marcado visivelmente pelo multiculturalismo". É possível conhecermos igrejas evangélicas, católicas, templo budista, mesquita, clubes

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=922386> Acesso em 01 de maio de 2015.

<sup>9</sup> Foi ocupada inicialmente por argentinos e paraguaios e depois por militares, para, na metade do século passado, passar a ser fortemente procurada por imigrantes, considerando sua posição estratégica na zona de fronteira e o então crescente comércio na cidade paraguaia vizinha (Cidade do Leste), culminando essa ocupação com a construção da usina de Itaipu nos anos 1970, com brasileiros de todo o país que vieram para trabalhar na obra ou prestar serviço a esses trabalhadores (CARDOZO, 2013, p. 14).

específicos e associações atuantes – dos portugueses, dos japoneses, dos coreanos, dos italianos e outras menores (MACHADO E SILVA, 2008).

Mas mesmo com essa fluidez populacional, quando a questão abordada são os problemas populacionais ou nacionais, as respostas normalmente encontradas são que estes advêm dos outros países. Para Maia (2012), esse é o objetivo, os poderes e deveres da fronteira, pôr à margem os outros, empurrando para outras fronteiras, ou seja, excluindo, para outros ambientes, o que não é visto com bons olhos. Quando realizamos a nossa pesquisa, ficou clara a questão da exploração sexual infanto-juvenil em Foz do Iguaçu, contudo, alguns profissionais afirmavam que muitas "paraguaias" vinham para o Brasil, para serem exploradas. Deste modo, é possível interpretar que os brasileiros não eram explorados ou exploradores, mas, sim, que essas meninas ultrapassavam as fronteiras por conta própria para difamar o nosso território.

Maia (2012, p. 19) comenta que

as fronteiras são zonas marcadas pelas tensões, pelos conflitos, pelas disputas, pelas diferenças de saberes, pelas diferenças de olhares, de visões e de divisões sócio- econômico- político-histórico-culturais. Nas fronteiras, múltiplos mundos se entrecruzam sem se encontrarem, vivem sem conviver, olham-se uns aos outros, mas não se vêem.

Ou seja, agem como os “bem-sucedidos”, que possuem como estratégia uma fuga da comunidade, sendo ausentes a um compromisso com esta, não sendo cidadãos (BAUMAN, 2003). Assim, esta elite cosmopolita vive em uma zona livre da comunidade.

Deste modo, neste contexto explicado, quando visitamos a região da Tríplice Fronteira e visualizamos crianças e adolescentes trabalhando na Ponte da Amizade, vendendo diversos objetos. Várias vezes falas dos entrevistados em relação a força da fronteira, principalmente ao Paraguai foram analisadas, por exemplo a pedagoga Beatriz aponta que:

*"Porque, e até... não só quando eles são do, da própria exploração, digamos o aluno que não está mais envolvido com exploração mas precisa de uma renda maior que os benefícios do projeto pode dar pra ela no momento, então isso pesa muito também pra ela, pra aquela família, que tem a necessidade dessa ajuda que o projeto dá, tem hora que ele fica pequeno comparar com que a nossa fronteira pode ofertar, oferecer, pra ela, então a gente luta com ela, com a fronteira, em todos os sentidos, tanto na questão da exploração, tanto na questão de manter nosso aluno aqui, por mais que depois de ele já não estar fazendo mais, a exploração, o próprio trabalho ilegal lá, então é uma disputa muito grande, porque a gente perde o aluno, "o aluno faltou", "por que faltou?", "faltei porque precisava trabalhar, precisava ir lá ajudar minha mãe porque minha bolsa não dá" (sic)"*

Não podemos pensar que essa prática é comum, sendo uma consequência da Guerra do Paraguai. Temos, sim, como membros desta comunidade, o dever de estranhar e questionar tal situação. Isso vai ao encontro do exposto por Morin (2003, p. 60): “não há leis na história”, logo, a situação da exploração sexual não pode ser apontada apenas pelos fatos históricos marcados por pobreza, guerras e outros fatores. Se naturalizarmos esta situação, estaremos submetendo este contexto a um determinismo econômico-social e corresponderemos a um progresso telecomandado (MORIN, 2003).

#### **1. 4 Trajetória da Pesquisa**

A cada visita a Foz do Iguaçu - PR, fomos conhecendo um pouco mais desta cidade. Esta que é composta por 12 regiões (Três Lagoas, Vila C, São Francisco/Morumbi, Porto Meira, Jardim São Paulo, Jardim América, Parque Imperatriz, Vila A, Centro/ Vila Yolanda, Campos do Iguaçu, Vila Carimã e Rural) e 284 bairros (MARISTA, 2014).

Assim, a cartografia, as histórias e os contatos nos guiavam a direções indicadas por qualidades inesperadas, por lugares inimagináveis e, neste processo de (re) conhecer, o conhecimento foi delineando, aos poucos, as redes em que o fenômeno da exploração sexual e suas conexões foram sendo desenhadas, apagadas, redesenhadas, através das forças que as ligavam e de acordo com o que o campo de pesquisa nos mostrava.

Como destaca Passos, Kestrup e Escóssia (2009, p. 75): "o cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território". Fomos levados aos caminhos do território e seus personagens, os quais guiaram a nossa pesquisa, por meio das entrevistas, relatos e trocas de conteúdos sobre a exploração sexual infanto-juvenil.

Esse campo de pesquisa foi repleto de surpresas, alguns dias os contatos e as entrevistas eram bem sucedidos, outros, nem tanto. O que nos chama a atenção são as transformações que ocorreram: nós modificamos o campo de pesquisa, ou seja, Foz do Iguaçu- PR, mas fomos principalmente transformados por este, nos emocionamos, fomos tocados, enfim, sentimos um emaranhado de emoções.



Refletindo estes conceitos, não somente coletamos os dados, mas sim, buscamos e compreendemos esses. Nessa produção de dados de pesquisa, vimos como é importante a relação que tivemos com o campo, uma relação que foi construída a cada visita, contato e entrevista. Um estudo que não ocorreu exclusivamente em um território, mas, sim, em diversas instituições, nos apropriando das características em relação à exploração sexual no município de Foz do Iguaçu- PR. Deste modo, observamos as ruas e os ambientes, que apesar de serem brasileiros, possuem uma influência argentina e paraguaia. Entramos em contato com profissionais da área social e jurídica que lidam ou lidaram com o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil, e algumas instituições possibilitaram o contato com crianças e adolescentes que foram explorados sexualmente. Nessa compreensão dos dados, realizamos entrevistas, acompanhamentos individuais, grupais, observações nas instituições e em locais em que as crianças e adolescentes são explorados, como algumas ruas.

Como instrumento de pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada (APÊNDICE A). Esse procedimento orienta uma conversa com finalidade, sendo um facilitador à ampliação da comunicação (MINAYO et al, 1994). Também pode ser vista como aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e oferecem um amplo campo de mais perguntas. Assim, o pesquisador, seguindo sua linha de pensamento, começa a participar, por meio do contexto em que está inserido, na elaboração do conteúdo da pesquisa.

As respostas dos entrevistados foram abertas, em outras palavras, eles tiveram a liberdade de poder responder como e pelo tempo que quiserem. Para Minayo (1994, p.99): “Instrumento para orientar uma ‘conversa com finalidade, que é a entrevista, ele deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação”. Os assuntos propostos na entrevista procuraram obter informações dos entrevistados sobre questões acerca da exploração sexual infanto-juvenil. Assim, obtivemos uma perspectiva deste fenômeno, porque não focamos apenas uma categoria de alguns profissionais ou uma instituição; pensamos que o conteúdo que surgiu nas entrevistas poderá auxiliar em relação às políticas públicas do município, analisando se estas foram efetivas sobre a vida desses meninos e meninas.

Vale ressaltar que as entrevistas ocorreram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), assinado pelas respectivas instituições. Além disso, as entrevistas foram gravadas, transcritas e mantidas sob sigilo.

### *Participantes*

Os participantes foram contatados por intermédio das instituições públicas que possuem funcionários que trabalham com a exploração sexual infanto-juvenil como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Vara da Infância e Família; Conselho Tutelar; e ONGs, dentre outras políticas públicas no município de Foz do Iguaçu - PR.

Para a realização desta pesquisa foram entrevistados vinte profissionais, sendo estes psicólogos, assistentes sociais, técnico de empregabilidade, mães sociais, Juiz da Vara de Infância e Juventude e funcionários da ITAIPU. Houve um contato com as seguintes instituições: Vira Vida, Aldeias Infantis, Conselho Tutelar, Casa Abrigo Maria Porta do Céu e Comunidade dos Pequenos Trabalhadores, ITAIPU, CREAS, CRAS e Vara da Infância e Juventude. Estas instituições pertencem à rede de proteção do município de Foz do Iguaçu-PR, mas atendem crianças e adolescentes de outros municípios da Tríplice Fronteira, por exemplo, Santa Terezinha de Itaipu.

Tabela 1 - Nome dos Profissionais Entrevistados, profissão, local de trabalho e há quanto tempo atua naquela instituição:

NOME (fictício)	PROFISSÃO	LOCAL DE TRABALHO	Quanto tempo atua nessa instituição
Helena	Psicóloga	Casa de Acolhimento	Dois anos
Cristina	Técnico de empregabilidade	ONG Vira Vida	Menos de um ano
Carla	Psicólogo	ONG Vira Vida	Menos de um ano
Douglas	Psicólogo	Psicólogo	Um ano
Beatriz	Pedagogo	ONG Vira Vida	Cinco Meses
Giovana	Mãe Social	Casa de Acolhimento	Dezenove anos
Leandra	Assistente Social	ONG Vira Vida	Um ano
Ivana	Conselheiro Tutelar	Conselho Tutelar	Seis anos
Sílvia	Assistente Social	Casa de Acolhimento	Menos de quatro anos
Fabrcia	Psicóloga	CREAS	Seis meses

Luiza	Juiz	Vara da Infância	-
Joana	Psicóloga	CREAS	Cinco anos
Joelma	Coordenadora da casa de acolhimento	ONG - Casa de Acolhimento	Três anos
Martina	Assistente Social	CREAS	Um mês
Monica	Psicóloga	ONG - Casa de Acolhimento	Dois anos
Zulmira	Assistente Social	CRAS	Seis Anos
Nilson	Administrador	ITAIPU	
Jessica	Turismólogo	ITAIPU	
Lorena	Estagiário em Administração	ITAIPU	Um ano

Tabela 1: Profissionais Entrevistados

Por questões éticas, os profissionais que foram entrevistados foram referenciados com a nomenclatura masculina, para que não houvesse nenhuma diferenciação entre os mesmos e, assim, suas identidades fossem preservadas. Também em nenhum momento comentamos os seus nomes, sendo utilizados apenas as suas profissões e nomes fictícios.

### *Limites da Investigação*

No início da pesquisa, tínhamos como objetivo investigar a Tríplice Fronteira, esta que é uma região formada por três países: Brasil, Argentina e Paraguai, como demonstra o mapa a seguir:

Figura 3: Mapa da Trílice Fronteira



Fonte: Mapasblog<sup>10</sup>.

As três cidades que fazem parte dessa fronteira são: Foz do Iguazu, com aproximadamente 300 mil habitantes, *Puerto Iguazú*, com 40 mil habitantes, e *Ciudad Del Este*, com 280 mil habitantes. Segundo estimativas da Receita Federal do Brasil, 40 mil pessoas e 5 mil carros atravessam diariamente a Ponte da Amizade que liga Foz do Iguazu a *Ciudad del Este*. Há também a Ponte Tancredo Neves (conhecida como Ponte da Fraternidade), que liga a cidade brasileira à *Puerto Iguazú* (MAARTUSCELLI, s/d).

Ao longo da pesquisa, percebemos que não seria possível realizar o nosso trabalho nos três países, por diversos motivos. Em relação ao Paraguai, entramos em contato com o Consulado Paraguaio, que nos informou não ter registro sobre crianças e adolescentes que sofreram exploração sexual. Também contatamos uma instituição que faria a função do conselho tutelar neste país, mas não tivemos o retorno.

Em relação ao fato do Consulado não ter nenhum dado sobre a exploração sexual infanto-juvenil, esse já pode ser considerado analisável. Segundo várias profissionais entrevistados, diariamente crianças e adolescentes paraguaios são explorados sexualmente no Brasil e naquele país, e isso não está sendo registrado,

<sup>10</sup> Disponível em Fonte: <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/07/mapas-de-puerto-iguazu-argentina.html>  
Acesso em 10 maio de 2014.

estudado e trabalhado. Sobre esta instituição que faz o papel de Conselho Tutelar, o conselheiro brasileiro nos informou que quando uma criança ou adolescente é apreendida no Brasil por exploração sexual, estes órgãos são notificados, mas simplesmente levam-nas novamente para o Paraguai, deixando-as na rua e não realizando nenhum atendimento com a criança ou sua família.

Sobre a Argentina, o número de casos de crianças e adolescentes explorados sexualmente na fronteira são inferiores, pelo fato da solicitação de documentação do menor e presença do pai ou da mãe na passagem pela fronteira, diferentemente do Paraguai, onde não há uma fiscalização rigorosa (MARTUSCELLI, 2011). Durante a nossa pesquisa, todos os profissionais enfatizavam a exploração sexual entre Brasil e Paraguai e, quando questionados sobre o fato da Argentina, comentavam que lá a fiscalização na fronteira é mais rigorosa, que provavelmente haja o tráfico de pessoas, mas em menor quantidade.

Com isso, iniciamos a nossa pesquisa em Foz do Iguaçu e outra questão que colaborou para que a investigação não fosse realizada nos demais países foi a grande quantidade de dados obtidos no Brasil e o tempo limitado para a finalização da pesquisa.

### **1.5 Entre Fronteiras e Reflexões: lugares que percorremos**

Assim, como responder a pergunta: "como foi"? Podemos afirmar que foi intenso. Estávamos realizando duas pesquisas separadas, a mestranda Thalita Rafaela Neves com as crianças e adolescentes que foram explorados sexualmente, e a minha parte, com os profissionais que trabalham com esta temática. Mas com o decorrer da busca e obtenção dos dados, percebemos como ambos os fenômenos estão interligados, e como alguns profissionais relatavam histórias que respondiam a alguns objetivos que ela procurava. Algumas crianças contavam a sua trajetória pela rede, respondendo a alguns dos questionamentos que elaborei na construção da pesquisa.

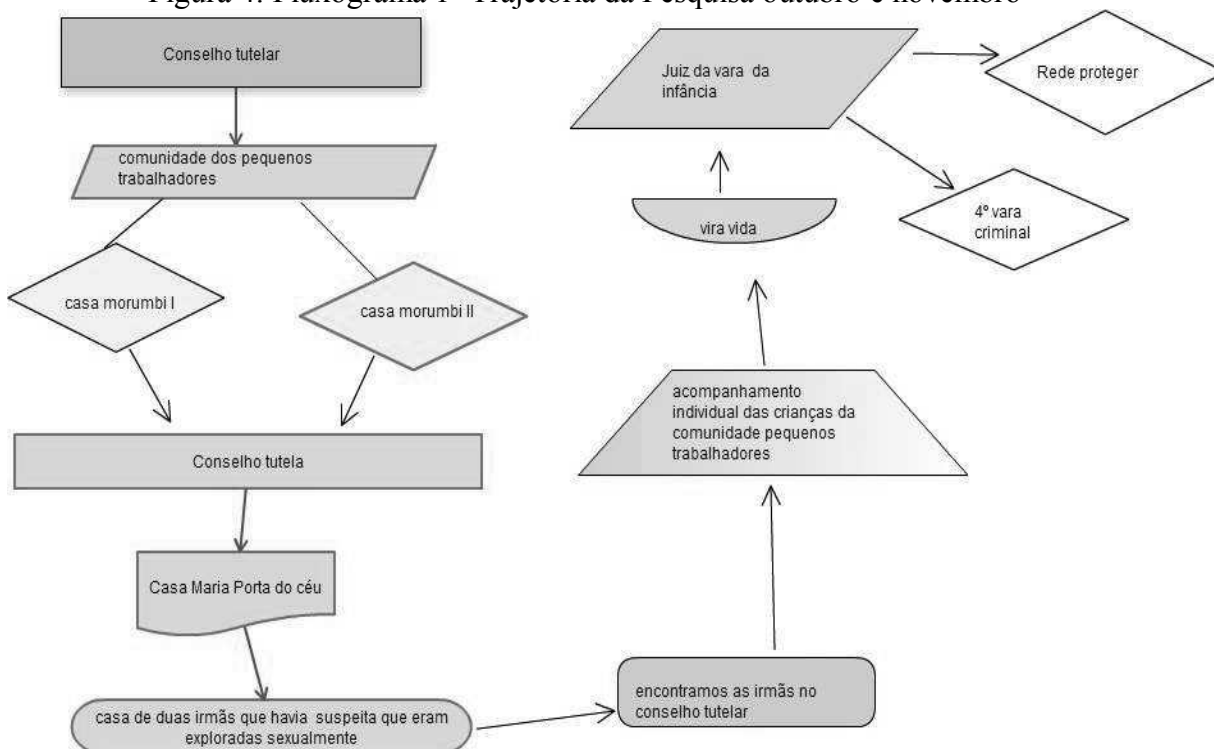
Desta forma intensa, começamos a nossa pesquisa procurando na Internet o telefone e o email de alguns órgãos que poderiam trabalhar com a temática, entre eles CREAS, Casas Lares e nos deparamos com o Vira Vida. Este programa, que foi desenvolvido por iniciativa do Conselho Nacional do SESI e têm como objetivo promover a elevação da autoestima, da escolaridade e o encaminhar para o mercado de trabalho os adolescentes vítimas da exploração sexual infantil e do abuso sexual em

Foz do Iguaçu - PR. Vale ressaltar que este programa é nacional, porém tivemos apenas o contato com os profissionais do município de Foz do Iguaçu - PR.

No ano de 2013, tivemos contato com o campo. O primeiro ocorreu na instituição Vira Vida, no dia 24 de setembro, no qual fomos recebidos por dois profissionais, psicólogo e pedagogo, que explicaram sobre a instituição, suas funções, como era o processo seletivo para os alunos participarem do programa, entre outros aspectos. Explicamos os nossos projetos, que foram acolhidos de forma positiva, entretanto, desde o princípio, os profissionais comentaram sobre a impossibilidade de nosso contato com os adolescentes.

No dia seguinte, 25 de setembro, conhecemos o abrigo Comunidade dos Pequenos Trabalhadores (CPT), onde apresentamos nossos projetos, os objetivos da pesquisa e metodologias. A reunião foi realizada com o coordenador do abrigo e o psicólogo. A instituição demonstrou-se interessada com as pesquisas, tanto os profissionais, quanto o contato com as crianças. Na quinta-feira, dia 26 de setembro, realizamos uma reunião com os psicólogos e assistentes sociais do CREAS, abordando a apresentação dos projetos; essa instituição se demonstrou aberta às nossas pesquisas.

Figura 4: Fluxograma 1 -Trajetória da Pesquisa outubro e novembro



Fonte: Elaborada pela autora.

A segunda ida a Foz dos Iguaçu - PR ocorreu em outubro, entre os dias 14 e 17. No dia 15, marcamos uma reunião com todos os conselheiros, porém compareceu apenas o presidente do Conselho Tutelar, expusemos a ele os dois projetos de pesquisa, a intenção de realizarmos entrevistas com os profissionais e fazer um trabalho individual com crianças e adolescentes. Ele se mostrou disposto à realização da pesquisa e comentou sobre casos que já havia atendido e poderia nos repassar.

No dia 16, tivemos o nosso primeiro contato com as crianças da Casa Lar Pequenos Trabalhadores, um abrigo é dividido em duas casas, uma no Bairro Morumbi III e outra no Bairro Murumbi I. Nessa data, passamos a manhã na do bairro Morumbi III e a tarde na casa do bairro Morumbi I. Para conhecermos as crianças, as reunimos num grupo e orientamos para que desenhassem fatos de que gostavam ou não de fazer; pensamos nesta atividade devido à tenra idade de algumas crianças.

Em novembro aconteceu o terceiro contato com o campo de pesquisa. No dia 12 tivemos uma reunião com os profissionais da ONG Aldeias Infantis, a qual também funciona como forma de casa lar, possuindo aproximadamente 7 residências em Foz do Iguaçu - PR. Dessa reunião participaram o coordenador e os três psicólogos da instituição, deste modo, apresentamos os nosso projetos, deixando uma cópia e também os termos de consentimento.

Passamos o dia 13 de novembro com as crianças abrigadas na instituição Comunidade Pequenos Trabalhadores, realizando atividades em grupos. Na quinta-feira, dia 14, encontramos o Conselheiro Tutelar, que destacou a existência de dois casos de exploração sexual infanto-juvenil, os quais nós acompanhamos em visita. Também acompanhadas do conselheiro, conhecemos o abrigo Casa Maria Porta do Céu, onde nos encontramos com o psicólogo e o assistente social; conversamos sobre o caso de duas irmãs que eram exploradas sexualmente pelo padrasto. Esses profissionais, acompanharam o caso apenas enquanto as irmãs estavam abrigadas, sendo que, atualmente não tinham mais informações sobre elas.

No dia 15 de novembro, acompanhamos o conselheiro na casa das duas irmãs, às quais nos referimos anteriormente. Nós as convidamos para conversar individualmente em outra data, porém não comentamos a questão da exploração sexual. Esse encontro foi realizado em uma sala do Conselho Tutelar, na nossa quarta ida a Foz do Iguaçu-PR, que ocorreu entre os dias 26 e 30 de novembro. No dia 26, conversamos com as irmãs e tivemos como atividade motivadora a dinâmica da Linha da Vida, foi interessante que, nesse encontro, ambas comentaram sobre o abuso sexual

realizado pelo padrasto, marcamos uma continuidade destes encontros, mas as irmãs não compareceram.

No dia 27, iniciamos os acompanhamentos individuais de seis crianças abrigadas na casa lar Cidade dos Pequenos Trabalhadores – CPT. Vale ressaltar que os casos foram repassados pelas profissionais do abrigo. Enquanto os acompanhamentos aconteciam, os acadêmicos de psicologia, Bruno Filipe Marques e Leo Rodolfo Bianchini realizaram atividades em grupo com as demais crianças.

Na quinta-feira, dia 28 de novembro, começamos as entrevistas com os profissionais da rede de proteção de Foz do Iguaçu – PR. Os primeiros entrevistados foram os funcionários da instituição Vira Vida. Entrevistamos o assistente social, o psicólogo, o pedagogo e o técnico de empregabilidade. No dia 29, fizemos a nossa primeira reunião com o juiz da Vara da Infância da comarca de Foz do Iguaçu-PR; mostramos os projetos de pesquisa e ele se mostrou à disposição para nos auxiliar; também repassou alguns contatos, como a Rede Proteger e o juiz da 4ª Vara Criminal.

Em relação a esses contatos, encontramos-nos com eles no dia 10 e 12 de dezembro, expusemos os projetos, porém as entrevistas não foram realizadas devido à incompatibilidade de horários e a nossa disponibilidade para ir a Foz do Iguaçu - PR. No dia 13 desse mês, entrevistamos dois psicólogos da ONG Aldeias Infantis.



Figura 5: Fluxograma 2- Visitas realizadas entre o dia 14 e 17 de janeiro

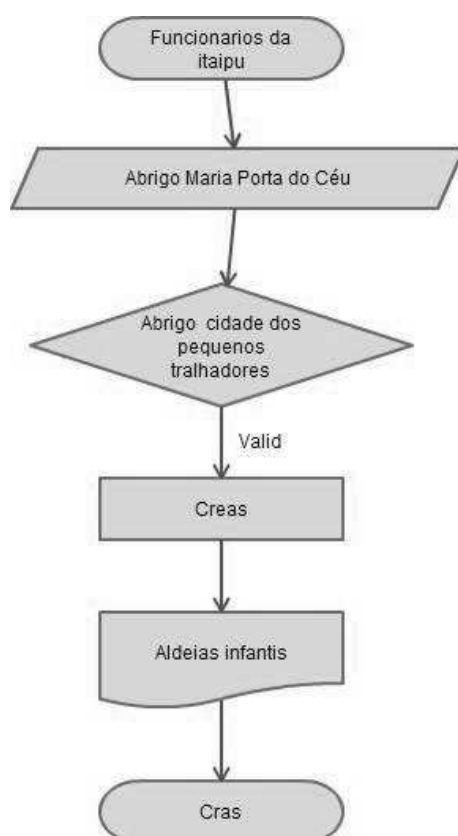


Figura elaborada pela autora.

O nosso último contato com o campo de pesquisa ocorreu em janeiro de 2014, entre os dias 14 e 17. Na terça-feira realizamos uma entrevista com três profissionais da ITAIPU, os quais abordaram nas suas falas os projetos que esta instituição estava realizando, não explicando a questão da exploração sexual. No dia 15, entrevistamos o psicólogo do abrigo Maria Porta do Céu, com o qual discutimos assuntos relacionados à exploração sexual no município de Foz do Iguaçu- PR. Também nessa data encontramos e trabalhamos individualmente com as crianças do abrigo Comunidade dos Pequenos Trabalhadores - CPT,

Na quinta-feira, realizamos as entrevistas com os psicólogos e assistentes sociais do CREAS. É válido destacar que um assistente social entrevistado não foi o mesmo que concordou em participar da entrevista, isso ocorreu devido ao fato de estar ocorrendo transferências de cargos de alguns profissionais no município de Foz do Iguaçu - P. Nesse mesmo dia, no período da tarde, conversamos com os dois assistentes sociais da ONG Aldeias Infantis. Por fim, no dia 17 de janeiro, entrevistamos a assistente social de um CRAS. Deste modo, foi realizada apenas uma entrevista nesta instituição, visto que a mesma encontra-se com a equipe reduzida.

A partir dessa introdução, para que haja a efetivação dos objetivos, este trabalho foi estruturado da seguinte forma: No segundo capítulo, trabalhamos a temática da exploração sexual infanto-juvenil, contextualizando o objeto de pesquisa através da história até os dias atuais e como o fenômeno se manifesta no município de Foz do Iguaçu - PR, principalmente por meio das entrevistas realizadas com profissionais que atuam com crianças e adolescentes.

O terceiro capítulo aborda as políticas públicas de combate à exploração sexual infanto-juvenil, de um conceito macrossocial, pensando na Constituição Brasileira, até programas municipais de Foz do Iguaçu- PR, abrangendo principalmente a sua rede, seus programas e os profissionais que estão trabalhando com esta temática.

O quarto capítulo aborda as políticas públicas de combate à exploração sexual infanto-juvenil, em um contexto microssocial, pensando os programas municipais de Foz do Iguaçu- PR, abrangendo principalmente a sua rede, seus programas e os profissionais que estão trabalhando com esta temática

## **2. Considerações sobre a Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Foz do Iguaçu - PR: reflexões teóricas e as diferentes manifestações deste fenômeno**

*Discursos que podem matar,  
Discursos de verdade e  
Discursos que fazem rir.  
E os discursos de verdade que fazem rir  
E que têm o poder institucional de matar,  
São, no fim das contas,  
Numa sociedade como a nossa,  
Discursos que merecem um pouco de atenção  
(Foucault, 1984)*

Este capítulo aborda, num primeiro momento, uma breve retrospectiva histórica do conceito da prostituição e da infância. Este apanhado histórico é relevante para embasar a questão da exploração sexual infanto-juvenil, um fenômeno que não é contemporâneo.

Posteriormente, busco apresentar o conceito de exploração sexual infanto-juvenil e os seus desdobramentos no município de Foz do Iguaçu, entre eles a exploração sexual intra-familiar (prostituição famélica) e extra-familiar, abordando sobre os aliciadores e a exploração sexual ligada diretamente ao cliente<sup>11</sup>. Ademais, delinheiro a exploração sexual como propósito de diferenciar as questões de gênero entre meninas, meninos e travestis.

### **2.1 Exploração Sexual, Família e Infância**

Quando questionamos o significado do termo ou do entendimento individual do que consiste uma família, são diversos os levantamentos e conceitos manifestados. O âmbito familiar apresenta uma caracterização complexa onde são manifestados os mais diversos comportamentos, tanto os aceitos e reconhecidos pela sociedade de forma ética e moral, quanto ocorrências de características diferentes e complexas, de diversos níveis psicológicos e de consequências inusitadas. Assim, o conceito família de fato aborda inúmeras variáveis positivas e negativas.

Segundo Paiva (2004), a história e a literatura nos mostram as inúmeras variabilidades dos modelos familiares. Foucault (1988) explica que a família do séc.

---

<sup>11</sup> Estes que seriam na sua maioria homens adultos, que negociam dinheiro ou bens materiais pelas trocas sexuais ofertadas por crianças e adolescentes.

XIX era uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações modificáveis. Assim, a separação entre adultos e crianças, a diferença estabelecida entre o quarto dos pais e das crianças, entre outros aspectos, faz da família uma rede complexa, impregnada de sexualidades múltiplas, fragmentáveis e móveis.

A estrutura familiar modificou-se com o passar dos anos e regiões em que os indivíduos se encontram. No Ocidente, o modelo familiar comum é o da família nuclear: um pai, uma mãe e filhos. Apoiado em uma realidade biológica, pois até esse momento é necessário o espermatozoide de um homem e o óvulo de uma mulher para gerar uma criança. (ZAMBRANO, et al, 2006). Uziel (2007) compartilha com o pensamento de Zambrano et al (2006) e afirma que “nesta perspectiva o biológico e o modelo nuclear de família, atores coadjuvantes, são suficientes para definir um núcleo de felicidade e normalidade garantidas” (p.52).

Segundo Lévi-Strauss (1956, p.34), há um modelo ideal de família, e esse deve possuir as seguintes características: (1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e (3) os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, (c) um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo e outros.

Na legislação encontramos um ideal de família, sendo esta afetiva, harmoniosa, fiel, não-incestuosa, e dependente de um estado impregnado destes princípios superiores e cumpridor das suas obrigações (MACHADO, 2012). Corroboro com a ideia de Moraes (2008), que este ideal de família cristã, afetuosa, protetiva não faz parte da realidade de algumas pessoas, como podemos verificar nas histórias compartilhadas nos noticiários ou consultórios de psicologia.

Na contemporaneidade, a parentalidade tornou-se uma opção, multiplicando o número de arranjos familiares e construção de novos tipos de alianças, começaram a aparecer famílias monoparentais, homoafetivas, que não moram na mesma residência. Constatamos que a família não é uma instituição natural e nem existe um único padrão a ser seguido, embora ainda haja um ideal de família mitificado pelo tempo.

Não existe mais um modelo único de família institucionalizado e aceito por todos, visto que a formação familiar atualmente é ampla e flexível, e com o passar dos anos as formações alternativas vêm ganhando maior espaço e reconhecimento. Estas

modificações, ao mesmo tempo em que permitem muitas questões, afetam e resultam em diversas outras, o que é comumente observado em todo o decorrer histórico. O distanciamento entre gerações familiares, observado tanto na falta do relacionamento entre pais e filhos, ou nas demais relações, demonstra as queixas e demandas que as concepções familiares apresentam em sua fase atual, sem contar com outras questões herdadas historicamente e que sempre delimitaram a formação familiar, como brigas, traição, incesto, entre outros.

Analisar, mesmo que de forma simplista, a história da violência sexual, remete à busca deste fenômeno na sua essência. A concepção histórica da violência sexual permite uma análise que ultrapassa o plano imediato, desvendando conexões existentes na constituição do fenômeno e no movimento do real (VIEIRA, 2013).

Historicamente, as instituições governamentais, civis e religiosas têm abordado a questão da prostituição de diversas formas, porém não há fontes que delimitam o seu início. Uma das primeiras Leis que se refere à prostituição data de 2000 a.C., integrante do Código de Lipt-Ishtar, que determinava a separação entre esposas e prostitutas. Engels (2001 apud VIEIRA, 2013) afirmou que, no primitivismo, a poligamia era considerada como um ato comum entre homens e mulheres. Dominava um estado que o autor denomina de *promíscuo*, em que o comércio sexual era característica primordial da espécie humana. Neste sentido, as relações sexuais incestuosas também eram consideradas naturais, não havendo regras morais para inibi-las.

Há relatos bíblicos que apontam que a exploração sexual e o incesto, praticados pelos próprios pais ou parentes, estavam presentes desde as épocas remotas (ABRÁPIA, s/d). Na Grécia, a prostituição era uma profissão rentável, a ponto de algumas mães incentivarem suas filhas a seguir este trabalho. Em contrapartida, as jovens destinadas ao casamento se dedicavam exclusivamente ao trabalho doméstico (CECARELLI, 2008). No século VI a.C criou-se uma organização de prostituição legalizada, por meio da qual eram recrutadas escravas para trabalhar (SANTOS, 2007). Ainda na Grécia, as relações entre adulto-criança não aconteciam por meio da repressão sexual, sendo consideradas como uma prática sexual comum na qual o que a conduzia era a condição do indivíduo na sociedade. Por isso, uma relação sexual com uma criança ou adolescente era vista como uma prática natural, desde que o adulto (homem) mantivesse uma posição de poder perante outrem (VIEIRA, 2013).

Transcendendo ao tempo, Ferreira (s/d) ressalta que, na idade média, a prostituição era semelhante à profissão do carrasco, uma atividade desprezada, mas inteiramente pública e nada sigilosa. Assim, as crianças sabiam da existência dos bordéis e da prostituição. Como aponta Ariés (1981), os infantes<sup>12</sup> eram vistos como adultos em miniatura, participavam em festas, reuniões, etc. Para Postman (2006), nesse período, a infância terminava aos sete anos, porque nesta idade as crianças dominavam a palavra, ou seja, a oralidade, e, assim, poderiam participar e entender sobre os diversos assuntos tratados especificamente por adultos. Segundo a ABRAPI (s/d), o abuso sexual e o incesto também eram comuns na população Inca; por exemplo, os príncipes incas mantiveram sua linhagem pura por gerações com casamento entre irmãos.

Conforme Magalhães (2005, apud VIEIRA, 2013), o século XVII foi apontado como o período no qual se iniciou a repressão às relações sexuais. A repressão, além de estar estritamente ligada à moral da religiosidade da Igreja Católica, também foi ligada à força de trabalho, visto que esta se dilapidava em prazeres, trazendo assim prejuízos ao processo de produção.

É possível evidenciar uma estreita relação entre a história da prostituição e a exploração sexual infanto-juvenil. Primeiramente, porque mulheres e crianças não eram consideradas como detentoras de direitos, ou seja, em grande parte da história foram vistos como objetos e mercadoria. E, também, pelo fato da iniciação sexual acontecer de forma precoce no passado, em que as meninas casavam e mantinham relações sexuais muito precocemente.

Há registros de estudos e pesquisas relevantes neste sentido. Moreno (2005) afirma que os adultos vêm utilizando crianças para práticas eróticas e sexuais ao longo da história. Na idade média, os adultos se relacionavam com as crianças sem escrúpulos e censura; todos os temas poderiam ser discutidos na presença dos infantes. Postman (2006, p. 30) afirma que "Realmente, na Idade Média era bastante comum os adultos tomarem liberdades com os órgãos sexuais das crianças. Para a mentalidade medieval tais práticas eram apenas brincadeiras maliciosas.". Deste modo, comportamentos que hoje são vistos de forma horrenda, eram considerados normais naquela sociedade.

---

<sup>12</sup>Em determinados momentos do texto utilizaremos o termo infantes como sinônimo de crianças.

No Brasil, desde a sua colonização, o conceito de infância passou por diversas modificações, numa perspectiva social, biológica, e embasado por diversas instituições sociais e jurídicas. Com relação aos escravos africanos vendidos no Mercado do Valongo, a autora afirma que 4% dos escravos que estavam à venda eram crianças. Aos oito, nove ou dez anos, essas crianças já apareciam nos testamentos ou inventários dos século XVIII ou XIX, com uma profissão definida (PRIORE, 1992).

Aureni (2009) comenta que no período colonial a relação predominante era do dominador e dominado, do senhor sobre seus escravos e mulheres. Assim, as filhas dos senhores deveriam casar-se cedo, ainda meninas, com doze anos, garantindo que seriam virgens e donzelas. Pensando a questão da mulher esposa e mãe, podemos dizer que a Igreja foi que, a serviço do Estado, impôs as normas de conduta que estabeleciam a divisão de incumbências no casamento dentro do sistema patriarcal. Dessa forma, sob a organização do Antigo sistema Colonial, a vida feminina estava restrita ao bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços. A esposa devia obediência ao marido, sem permissão deste para se ausentar do lar e ainda tinha de receber de bom grado os filhos ilegítimos, ou seja, os filhos que seu esposo tinha com amantes ou concubinas. (CAPRA; BERGAMO,s/d).

Nas senzalas, a realidade era ainda mais cruel: as crianças escravas tinham que fazer a vontade dos seus senhores, sendo abusadas na mais tenra idade (AURENI, 2009). Também Priore (1989) comenta ser comum a existência de mães solteiras, nas classes mais pobres, que foram vítimas de exploração sexual e doméstica, traduzindo-se em humilhações, abandono e violência por parte do homem progenitor da criança.

Além da exploração e violência de gênero que as mulheres negras sofriam por homens negros, pelos senhores brancos, também houve inúmeros episódios em que elas foram alvos ainda de maus-tratos cruéis e mutilações por parte de suas patroas – as Sinhás – que muitas vezes ficavam enciumadas pela beleza daquelas mulheres, belos dentes e corpos que despertavam o interesse sexual de seus maridos. A autora Priscila Nottingham de Lima (2013) cita um trecho da obra clássica *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2006, p. 421):

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender

mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiadas. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido.

Muitas crianças que nasciam desses estupros eram abandonadas; destacam-se as Rodas dos Expostos, estas que foram extintas apenas em 1950. Eram mecanismos que consistiam em um cilindro giratório no qual os bebês eram depositados na parte que dava para a rua, em que as famílias poderiam deixar os seus filhos para serem cuidados pela Santas Casas (PRIORE, 1992).

Muitas crianças enjeitadas acabavam sendo adotadas como “filhas de criação”, que na maioria das vezes passavam a realizar boa parte das tarefas domésticas das casas que os acolhiam. Eram raras as que recebiam um bom tratamento; em sua maioria, não recebiam nenhum tipo de instrução e eram terrivelmente exploradas (CAPRA; BERGAMO, s/d).

A identidade da infância brasileira foi construída com base em estigmas e preconceitos, tratada a partir de uma visão assistencialista e repressora. As crianças e adolescentes foram acometidos por diversas formas de violência e violações de direitos, sendo considerados quase sempre como portadores de necessidades e não como detentores de direitos (GADELHA in MARISTA, 2014).

No século XX, vários motivos começaram a mudar essa imagem da infância em âmbito internacional e nacional, entre eles as devastadoras guerras civis e mundiais. Segundo Oliveira e Paiva (2013, p. 132):

Em 1923, a International Union for Child Welfare formulou os princípios da criança, que foram incorporados, um ano depois, pela Liga das Nações, na primeira Declaração dos Direitos da Criança<sup>13</sup>. Ainda, em 1948, a Declaração dos Direitos do Homem inseriu parágrafo voltado para a garantia de direitos das crianças (SALES, 2007). Tais fatores impulsionaram a consideração do público infante-juvenil como seres de especificidades e direitos, demandando cuidados para um desenvolvimento pleno. Desse modo, a criança começou a ter lugar nas leis nos diversos cenários internacionais e, conseqüentemente, no nosso país.

Além disso, foi também no início do século XX que tivemos a ampliação dos conhecimentos da psicologia, que, debruçada sobre a constituição do sujeito infantil, contou com a contribuição dos teóricos do desenvolvimento humano, destacando-se Freud, Piaget, Vygotsky, Wallon e Watson. Apesar da diferença de matrizes teóricas,

---

<sup>13</sup> Em 1924, foi aprovada a Declaração dos Direitos da Criança, primeiro documento internacional sobre os direitos desse público, que ficou conhecido como a Declaração de Genebra. Considera que o documento deu origem à Convenção dos Direitos da Criança, de 1989 (OLIVEIRA; PAIVA, 2013)



esses autores foram fundamentais para a construção de uma concepção de infância e para a adaptação do processo educativo (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Atualmente, definimos a infância como pertencente a esta categoria, as crianças de zero a doze anos, já os adolescentes teriam entre treze a dezoito anos, sujeitos que se encontram em uma fase peculiar do seu desenvolvimento. Segundo os dados do Censo Demográfico realizado em 2010,

Crianças e adolescentes na faixa de 0 a 18 anos de idade constituem um contingente de exatas 59.657.339 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2010. Representam 31,3% da população do país. São, pelas definições da lei, 35.623.594 de crianças de 0 a 11 anos de idade – 18,7% do total do país – e 24.033.745 de adolescentes na faixa dos 12 aos 18 anos de idade: 12,6% da população total (WAISELSZ, 2012, p.12).

Ao analisarmos esses dados percebemos que 31% da nossa população é composta por crianças e adolescentes, os quais, após a criação do ECA, em 1990, devem ser protegidos pela família, sociedade e Estado, além de ser prioritário o seu acesso às políticas públicas (REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2014). Desta forma, as crianças e os adolescentes são considerados cidadãos, ou seja, têm direitos.

Como concepção basilar do ECA, as crianças e os adolescentes são considerados como vulneráveis e requerem uma atenção especial. Desta forma, cabe aos adultos, em especial a família, zelar e responsabilizar-se por este segmento (VIEIRA, 2013). Além disso, quanto mais nova a criança for, mais dependente e vulnerável à omissão e à violência dos adultos ela estará propensa (MACHADO, 2012).

Também, a criança e o adolescente estão vivenciando as diversas fases do desenvolvimento emocional e físico, como comentado anteriormente, o que requer uma atenção especial. Essas características colocam esses meninos e meninas numa vulnerabilidade peculiar, porque não envolvem apenas as suas condições sociais ou meio em que estão inseridos, mas sim, como exposto, a sua faixa etária.

A forma como o sujeito vai viver a sua sexualidade está interligada com a questão da idade. Uma distinção básica entre uma criança e um adolescente é o fato da puberdade, na qual o jovem terá uma maturação sexual, e esta deve ocorrer de forma paulatina, com novas relações, sensações, podendo, assim, emergir seus desejos sexuais (LIBÓRIO, 2004). Assim, as crianças e os adolescentes apresentam comportamentos sexuais conforme sua fase do desenvolvimento; o respeito a estes

comportamentos é um direito das crianças e cabe aos adultos assegurá-los (RIBEIRO; DIAS, 2009).

Uma doutrina que merece destaque é a de proteção integral às crianças e aos adolescentes, a qual se encontra no Art. 227 da Constituição Federal (2006), que expõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O artigo 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), dispõe que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio, em condições dignas de existência. Porém, encontramos crianças que estão vivenciando situações de alto risco. Devido a isto, é recomendado o acolhimento mais abrangente possível (MACHADO, 2012).

Pensando nisso, estes estigmas e preconceitos que as crianças vivenciaram ao longo da história deveriam ter sido extintos a partir 1989, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que imprimiu a condição de sujeitos de direitos para as crianças e adolescentes, necessitando proteção diferenciada, especializada e integral (MORENO, 2005). Porém, a existência de uma Lei não garante sua execução, visto que encontramos hoje no Brasil inúmeras crianças com os seus direitos violados, violências físicas, negligências, abuso e exploração sexual. São crianças, adolescentes e jovens que trazem marcas da invisibilidade e negação de direitos daqueles que os antecederam (OLIVEIRA; PAIVA, 2013),

Deste modo, essa pesquisa vai ao encontro do exposto por Vieira (2013), o qual afirma que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um produto histórico da constituição das relações sociais. Porém, isso não significa conceber como intrínseca das relações interpessoais a violência seja ela sexual ou não, desenvolve-se sob relações, em contextos e espaços determinados historicamente. Em sua dinâmica de produção e reprodução, revelam-se as suas múltiplas faces e formas de aparecimento na sociedade.

### **2.3 Exploração Sexual Infanto-Juvenil na contemporaneidade: um conceito multifacetado**

A violência sexual infanto-juvenil acontece em escala mundial. Este fenômeno esteve presente na história da humanidade e em quase todos os países (FALEIROS, 2000). Assim, é um fenômeno transversal, presente em todas as classes sociais, apresentando múltiplas dimensões, que tornam complexo o seu enfrentamento (VIEIRA, 2013). A violência sexual revela o perverso cenário brasileiro, no qual a exploração sexual infanto-juvenil ocorre em diversos espaços: na rua, praças, boates, postos de gasolina, estacionamentos, casas especializadas (prostíbulos), entre outras.

Em 2006 a Polícia Rodoviária Federal localizou mais de 1.200 locais que exploravam sexualmente meninas e meninos (CECARELLI, 2008). Outro dado alarmante ressaltado pelo autor refere-se a uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde do Brasil, segundo a qual 40% das prostitutas estão na profissão há mais ou menos quatro anos, sugerindo uma ligação entre prostituição e juventude. Esta ideia vai ao encontro da entrevista realizada com o técnico de empregabilidade, que mencionamos no capítulo anterior, que faz a seguinte afirmação: "*Mas eu acho que é...a exploração tá muito presente no mundo atual como coisa natural*" (Claudio - técnica de empregabilidade ONG).

Não existe uma definição específica que diferencie a prostituição infanto-juvenil de pessoas adultas, ou seja, ambas são tratadas e abordadas pela mesma legislação. A mudança de nomenclatura de prostituição para exploração sexual está acontecendo paulatinamente, sendo que a primeira vez em que se utilizou o termo "exploração sexual" foi na Declaração dos Direitos da Criança em 1959. Segundo Faleiros (2000), o conceito de exploração sexual comercial começou a ser utilizado no Brasil após a discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1989. Anteriormente o termo utilizado era prostituição infanto-juvenil. Entre as maiores diferenças dessa mudança de nomenclatura, encontra-se a percepção das crianças e adolescentes como cidadãos e portadores de direitos e o seu alto valor político (SANTOS, 2007).

Em entrevista com o assistente social, suas colocações vem ao encontro desta temática. Segundo ele, "*é muito complicado a gente falar de exploração porque a sociedade ainda não identifica esse adolescente enquanto vítima, por isso que ainda*

*usam o termo prostituição pra adolescentes, que a gente sabe que é um termo totalmente errôneo*" (Leandra - Assistente social ONG).

A principal diferença de entendimento que esta nomenclatura expressa encontra-se no fato de a criança ou o adolescente não ter um desenvolvimento pleno para escolher participar desta forma de violência. Ela poderia ter um papel ativo neste processo, porém foi levada, devido a vários fatores e acontecimentos<sup>14</sup>, a se envolver nesta prática, configurando-se como vítima e não como um ato volitivo (FERREIRA, 2001).

Como explica Ferreira (2001), o termo prostituição não se deve aplicar às crianças e aos adolescentes, visto que, eles não optam por se prostituírem. Esses são induzidos pelo comportamento criminoso do adulto e, muitas vezes, da própria família. Seriam vítimas da conduta do maior, que deve ser responsabilizado pelo seu ato.

Libório (2003, p. 48) aponta que o envolvimento sexual é o resultado de uma sequência de violências sofridas pelas crianças ou adolescente durante todo o seu desenvolvimento. Cecarelli (2008) compartilha com Libório (2003), no sentido de que entre os motivos que levam essas meninas e meninos à exploração sexual destacam-se os fatores econômicos e a baixa escolaridade. Posteriormente, este envolvimento pode levá-los a uma vida na qual os seus direitos à saúde, à educação e à dignidade não sejam contemplados.

Atualmente o termo exploração sexual infanto-juvenil tem fomentado dúvidas, por possuir vários significados. Santos (2007) ressalta que não há uma precisão conceitual e nem uma diferenciação entre as várias categorias que compõem a exploração sexual. Na entrevista realizada com o psicólogo, citado no capítulo anterior, ele comenta que: "*São situações que não tem como a gente dar um perfil do que normalmente acontece*" (Helena - psicóloga, abrigo).

Segundo Faleiros (1997, p. 10),

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como "autônomo" sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários.

---

<sup>14</sup>Entre estes fatores e acontecimentos destaca-se a história de vida das crianças, adolescentes e seus familiares, as condições econômicas e social, bem como a cultura em que a família está inserida.

Para Santos, Neuman e Ipólito (2004), a exploração sexual comercial seria uma violação de direitos, no qual a criança e o adolescente são tratados como objetos sexuais e mercadorias, compreendendo o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino, à menina, ou a uma terceira pessoa. Neste sentido, ao estar sujeito à exploração sexual, a criança e o adolescente encontram-se como vítimas, como aponta Faleiros (1998):

Mesmo obtendo algum dinheiro, perdem a autonomia, o direito sobre si, a decisão sobre o seu corpo e seu destino, com conseqüências sobre seu equilíbrio psicossocial, sua saúde, sua educação. A prostituição, para alguns especialistas, não é vista como trabalho e sim como escravidão até mesmo para adultos. Para crianças e adolescentes, representa, de fato, uma forma de escravidão, pois estão envolvidas numa relação de opressão da qual é difícil escapar.

No I Congresso Mundial contra a exploração sexual comercial de crianças realizado em 1996 em Estocolmo, na Suécia, definiu-se como exploração sexual comercial de crianças "O uso de uma criança para propósitos sexuais em troca de dinheiro ou favores em espécie entre a criança, o cliente, o intermediário ou agenciador e outros que se beneficiam do comércio de crianças para esse propósito" (SANTOS, 2007, PÁGINA).

O pedagogo também entrevistado, conforme citado no capítulo anterior, (Beatriz- pedagoga, ONG) compartilha estes conceitos ao destacar que: "A exploração, ela faz uso do corpo, (...) tá fazendo uso do corpo... pra ser explorada, comércio, como bem ou como troca". Deste modo, nos casos de exploração sexual, há uma troca sexual e afetiva por remuneração em dinheiro ou objetos simbólicos, os quais não necessariamente são agregados à questão financeira, entretanto estão envolvidos por um valor sentimental para aquelas crianças e adolescentes. Os profissionais entrevistados destacaram casos em que essa troca sexual era realizada por passeios de carro e tatuagens.

Outro aspecto fundamental destacado por LEAL (1999) e FALEIROS (2000) é a relação do fenômeno da exploração sexual com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre. As formas de exploração variam segundo o desenvolvimento econômico das localidades e regiões nas quais existem. Por exemplo, na região norte há a exploração sexual em garimpos, prostíbulos, cárcere privado em fazendas, em estradas e ruas, etc. Já a região Sudeste é caracterizada pelo pornoturismo, exploração sexual comercial em prostíbulos, entre outros.

## 2.4 A Exploração sexual infanto-juvenil: diferenças e semelhanças encontradas em Foz do Iguaçu - PR

Atualmente há uma diversidade e complexas categorias sob a qualificação de exploração sexual infanto-juvenil, demonstradas nos discursos dos profissionais da rede de proteção à infância do município de Foz do Iguaçu - Pr. Isso pode ser compreendido pelo grande número de crianças e adolescentes que são explorados na Tríplice Fronteira. De acordo com a Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF) de 2002, há mais de quatro mil crianças e adolescentes sendo explorados sexualmente na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai (MORAES, 2009), deste número, não há pesquisas que afirmem estatisticamente o número de crianças e adolescentes explorados em Foz do Iguaçu. A dificuldade em contabilizar os casos pauta-se na questão da fronteira, na qual as crianças e os adolescentes possuem acesso livre e circulação entre os países.

Sobre as formas que a exploração sexual pode se manifestar, os profissionais da rede de proteção da criança e do adolescente comentam sobre duas formas de exploração sexual infanto-juvenil: as intrafamiliares e as extra-familiares. A exploração intrafamiliar, também nomeada de "prostituição famélica" (SANTOS, 2007, p. 151), é a que se encontra nas classes mais baixas, como uma prestação de favores sexuais que servem à subsistência ou a proteção contra autoridades. Em relação às classes médias, meninos e meninas se submetem a essa troca para a obtenção de bens de consumo. Estas formas de exploração são consideradas como intrafamiliar devido à relação que estes exploradores possuem com os explorados, um vínculo afetivo, consanguíneo ou por afinidade.

Essa forma de violência sexual pode ser encontrada no município de Foz do Iguaçu - PR, como destaca na entrevista, citada no capítulo anterior, a conselheira tutelar (Ivana - Conselho Tutelar): "*Tem bastante de intrafamiliar (...) Tem bastante! Mais ou menos acho que a metade dos casos que a gente atende aqui sabe*". O assistente social de determinada ONG também reafirmou na entrevista, o fato: "*de poder ficar naquela casa com padrasto, então o padrasto dá algo em troca, troca material, não só dinheiro né, e é por estratégia, não sei se fala estratégia, mas é uma*

*forma de conseguir sobreviver, conseguir ter alguma coisa".* (Leandra - Assistente Social - ONG)

Deste modo, no trabalho de campo tivemos acesso a casos e histórias que abordavam estas formas de exploração. Em determinada situação as filhas eram abusadas pelo padrasto e a mãe consentia, porque ele era o provedor da casa. Nestas circunstâncias, as meninas foram abrigadas e a mãe se separou do padrasto, porém, durante a nossa pesquisa, foi realizada uma nova denúncia, que a mãe estaria com um novo namorado e provavelmente ele estaria abusando das garotas novamente. Consideramos esta história como exploração sexual, uma vez que as filhas trocavam sexualmente e eroticamente seus corpos pelo sustento da sua casa, e a mãe, sem condições, permitia e colocava-se no papel de ingênua, porque não possuía condições de manter a família sozinha.

Um segundo caso foi o de uma menina com nove anos de idade, cujos pais saíam para trabalhar e a deixavam com um vizinho, o qual conquistava a confiança da família doando dinheiro a eles. Os pais eram alcoolistas e, aparentemente, não desconfiavam que este vizinho abusava da menina, e nenhuma atitude tomaram. Em relação a estes casos, o Juiz da Vara de Infância da comarca de Foz do Iguaçu ressalta sobre o fato destes familiares não perceberem que suas crianças e adolescentes estavam envolvidos numa exploração sexual. Na entrevista, citada no capítulo anterior, o mesmo expressa que, curiosamente, a família não percebe que (...) aquela criança ou adolescente está sendo vítima de exploração sexual e, evidentemente, a criança ou adolescente menos ainda percebe que essa troca de favores não é normal num pode existir isso"(Luiza - Juíza).

Tais casos também podem ser atribuídos a famílias de pré-adolescentes, namorando homens mais velhos, os quais auxiliam a família com bens materiais e valores em dinheiro. Portanto, compreendemos que esses familiares, encontrando-se em situação de carência material e emocional, em vez de proteger essas crianças e adolescentes, incentivam para a exploração sexual infanto-juvenil.

Esta forma de exploração sexual também é abordada pelo psicólogo Carla: *"moram na casa com padrasto, por exemplo, e o padrasto diz "pra você ficar na minha casa, comendo a minha comida, quem paga as coisas aqui sou eu, você vai ter que fazer", exploração também, né!"* (Carla - psicólogo, ONG). Contudo, como já foi exemplificado, a exploração familiar não se restringe apenas a laços afetivos, mas também consanguíneos.

Outra situação expressiva foi a de L., uma criança de dez anos, que vivia em uma família de nove irmãos, na qual oito haviam sido abusados sexualmente pelo pai. Segundo L, "*Ele dava cinquenta reais pra mim e pra ela*", nesta fala, a menina se refere à sua irmã K como ela, que durante a pesquisa, em 2013, tinha oito anos. O pai também fornecia doces, balas, entre outros objetos de troca. Neste caso, o pai foi preso e as crianças foram abrigadas na casa lar do município de Foz do Iguaçu-PR, pelo fato de a mãe também estar presa por outro delito.

Destacamos a dificuldade de alguns profissionais diferenciarem, ou perceberem tais formas de exploração como abuso sexual. Durante a apresentação e realização da pesquisa, os entrevistados descreveram casos considerados como abusos sexuais, outros entrevistados conheciam apenas a exploração sexual comercial extrafamiliar e, quando explicado sobre a exploração sexual intrafamiliar, compreendiam do que se tratava e passavam a relatar a existência dos casos intrafamiliares.

Nesse ponto, entendemos necessária uma breve explicação sobre os conceitos de abuso sexual, pedófilo e abusador sexual.

Segundo Gasparini (2001, p. 89), o abuso sexual: "*[...] es aquella situación en que un adulto utiliza su interrelación con un menor para obtener satisfacción sexual, en condiciones tales que el/la niño/a son sujetos pasivos de tales actos y pierden la propiedad sobre sus propios cuerpos*". Nessa relação, a criança ou adolescente é posto numa posição de passividade por meio de ameaças, violência, indução e convencimento. Já a exploração sexual tem como principal característica a criança e o adolescente ser ou estar como objeto de troca.

Segundo a World Health Organization (1999, p. 7), a Organização Mundial da Saúde define o abuso sexual como:

[...] o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder.

O abuso sexual pode ocorrer na forma intrafamiliar e extrafamiliar. O primeiro é considerado quando o agressor tem alguma relação de parentesco, ou seja, quando compõe a chamada família ampliada. Já o abuso sexual extrafamiliar acontece quando não há vínculos de parentesco entre o agressor e a criança ou o adolescente (PAIVA 2012, apud REDE MARISTA, 2014).



O abuso sexual também pode manifestar-se sem contato físico, o qual envolve o abuso sexual verbal, exibicionismo<sup>15</sup>, voyeurismo<sup>16</sup>, entre outros. E, o abuso sexual com contato físico, com atos físico-genitais, que incluem relações sexuais com penetração vaginal ou anal, tentativas de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral (ABRÁPIA, s/d).

Lembramos, conforme Seto (2008), que, mesmo dentro da categoria do abuso sexual, existem pedófilos que o cometem (chamados de abusador sexual pedófilo), assim como há indivíduos não pedófilos que abusam sexualmente (abusador sexual não pedófilo) de crianças (que o fazem por outras razões, tais como tendências antissociais; aproveita a situação para satisfazer-se sexualmente; desinibição devido ao álcool ou drogas e valores culturais, dentre outras).

O abusador, aproveita-se da relação assimétrica de poder que mantém com a vítima, para fins de gratificação e satisfação sexual; o agressor sabe que seus atos são errados, ilegais e prejudiciais à criança, mas mesmo assim os mantém (CHILDHOOD, 2010). Em sua maioria, apresentam motivações variadas para os seus crimes, que raramente têm origem em transtornos formais da preferência sexual (SERAFIM; SAFFI; RIGONATTI; CASOY; BARROS, 2009).

Para Seto (2008), uma distinção entre esses indivíduos se faz necessária, pois há pedófilos que conseguem conter seu desejo sexual e não têm contato sexual com uma criança e, mesmo assim, são colocados no mesmo patamar dos agressores sexuais que cometem o abuso.

Retomando a questão da exploração sexual intrafamiliar, também há os casos em que os adolescentes fazem troca sexual (*sex trade*) por objetos de valores, bens de consumo e outros favores (SANTOS, 2007). Contudo, como aponta Daminelli (2010), esta exploração comercial não chega a caracterizar-se como profissionalização, por ser uma prática esporádica ligada a objetivos imediatos e de curto prazo. Da mesma forma, os profissionais entrevistados em seus relatos argumentam em torno desta questão:

*"a adolescente quis pra poder tá participando, indo numa balada, ficando num camarote e daí também ela inverte né, ela entende que aquilo foi uma vantagem, "tive uma noite com ele mas eu fiquei no camarote"* (Leandra - Assistente Social, ONG).

---

<sup>15</sup> Exibicionismo consiste em exibir sua própria nudez.

<sup>16</sup> Obtém suas gratificações através da observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas (ABRÁPIA, s/d).

*"eu fiquei, eu fui pro iate, eu bebi uísque importado e no final das contas eu fiquei com ele e no final das contas ele me deu dinheiro", então ela conta isso como se ela tivesse explorado ele e não ele explorado ela" (Claudio-técnico de empregabilidade - ONG).*

*" por uma via da troca mesmo, "quero ir na balada" por exemplo "mas não tenho dinheiro, eu fico com um cara mais velho que me chamou pra ir, vai me levar no camarote, vai comprar roupa pra eu ir, vai pagar minha bebida, depois eu fico com ele a noite e ta tudo certo eu não preciso pagar nada". (Carla - Psicóloga - ONG)*

Com base nas falas dos profissionais entrevistados, verificamos que a exploração sexual acontece na maioria das vezes com adolescentes que realizam trocas sexuais por objetos, bens de consumo, festas, etc. É notório que esses jovens não se vêem como explorados, mas, sim, acreditam estar explorando o parceiro, pelo fato deste pagar bebidas, festas, roupas, entre outras coisas.

Um fato que chamou a atenção foi a opinião de um psicólogo que atua em uma instituição de abrigamento. Quando questionado sobre o caso de uma adolescente que morou naquela instituição e anteriormente era explorada sexualmente na rua, afirmou:

*"Eu acredito que porque era algo que ela gostava. Porque ela era uma menina né, gostava entre aspas, talvez aprendeu dessa forma, porque ela era uma menina que mesmo sem ter o retorno financeiro que ela tinha antigamente, ela era uma menina que se envolvia demais assim, era comum, normal, pra ela ter vários relacionamentos, então cada dia ela tava com um namorado, cada dia ela tava com um ficante, então pra ela, talvez no desespero da carência afetiva, procurava esse tipo de relação"*

Particularmente, esta fala nos chocou durante a realização da pesquisa, visto que um profissional que deveria trabalhar e lutar contra a construção de estereótipos e preconceitos, ainda têm essa fala fixa, por meio da qual fica clara a visão que naturaliza, ou justifica, a exploração sexual: "a menina que teve vários relacionamentos deve gostar e, por isto, é explorada sexualmente".

Outra forma de exploração sexual infantojuvenil presente no município de Foz do Iguaçu - PR, são os contratos de namoro, realizados, segundo os profissionais entrevistados, principalmente por pessoas da cultura árabe e turca. É um contrato realizado formalmente, através de um documento, em que a adolescente se compromete a ter um relacionamento com o homem árabe/turco por um determinado período em troca de presentes, dinheiro, passeios e outros.

Segundo Claudio, o técnico de empregabilidade entrevistado: *"nós sabemos de casos de árabes que fazem contratos com as adolescentes de namoro, contrato de namoro*

*“namora comigo três meses” e aí ela se sente o máximo, porque durante três meses ela vai pra jantar, ela vai dormir em hotel, ela vai ganhar bichinho de pelúcia, roupa nova, quem sabe sapato e ela fica super feliz*". A assistente social entrevistada, Leandra, converge com a ideia do técnico de empregabilidade, argumentando que *"aí tem a população árabe também aqui né, a gente teve casos de adolescentes que por troca de urso fizeram contrato com... com adolescente"* (Leandra - assistente social, ONG).

Sobre essas formas de exploração sexual, alguns apontamentos são necessários. O primeiro refere-se ao sentido do "ficar" na atualidade e a questão da figura masculina e feminina, pautada num conceito de gênero. Em relação a este primeiro apontamento, podemos definir o ficar como um relacionamento episódico e ocasional, não implicando compromissos futuros, sem maiores consequências ou envolvimento profundos. De forma resumida, o "ficar" envolve algum tipo de contato físico, como carícias e beijos, podendo chegar a uma relação sexual.

Embora a palavra ficar, em sentido genérico refere-se à parada ou permanência, o que remete a certa fixação a algum lugar, para os jovens, tem um significado oposto. Como afirma Justo (2005), este é entendido como um relacionamento passageiro, superficial e sem consequências maiores ou envolvimento profundos. Deste modo, deixa de existir a exclusividade, o compromisso e a presença de sentimento. Neste sentido, os contatos amorosos da atualidade têm como marca a velocidade, ou como os denomina Bruns & Almeida (2004), são "[...] relacionamentos relâmpagos", os quais não exigem continuidade, pois acontecem como se fossem eventos, com duração de uma balada ou mesmo de um fim de semana na praia.

Levando-se em consideração os relacionamentos relâmpagos, numa perspectiva teórica semelhante, conforme Bauman (2004), são relacionamentos amorosos fluidos, breves e instantâneos. Esses relacionamentos estão interligados com a atual sociedade, que tem como marca o movimento constante; tal movimento deve ser entendido no sentido de mudança: mudanças tecnológicas, econômicas, culturais, nas instituições sociais, nas relações de gênero e entre os indivíduos. Nada é fixo e, assim, a incerteza e a insegurança governam a época atual.

Scott (1995), define gênero como sendo um elemento das relações sociais fundamentadas nas distinções percebidas entre os sexos, permeadas por quatro diferentes elementos que se relacionam e operam de forma simultânea: os símbolos culturais; as instituições sociais e políticas e as organizações; os conceitos normativos; e a formação da identidade subjetiva. Segundo a autora, gênero é uma forma primária de relação de poder,

isto é, se atribui à mulher o papel de “sexo frágil”, o que possibilita o controle sobre ela, quando se impede sua participação no âmbito político, social e econômico, consolidando-se, desta forma, o poder e naturalizando as posições masculinas e femininas como sendo desiguais.

Além da questão de gênero, há o envolvimento da prostituição famélica com a ambição de bens de consumo, visto que os jovens relacionam-se por vias informais ou contratuais em permuta de objetos, viagens, uma ostentação de bens de consumo. Questão que vai ao encontro da sociedade contemporânea norteada por uma cultura do narcisismo e espetáculo, impulsionando o sujeito a procurar apenas a exaltação do eu, fazendo uso de toda e qualquer forma para aparecer no cenário social. Ou seja, o que importa é a exterioridade do indivíduo, sua imagem.

Neste período contemporâneo, o modelo designado a ser seguido é o do corpo jovem e escultural. Sendo assim, ser jovem não é o suficiente, também é necessário atender aos modelos de beleza vigente. Para isto, tanto os jovens quanto os adultos procuram transformar-se em “seres belos, atraentes, sedutores e felizes” (BRUNS; ALMEIDA, 2004, p. 33). Essa intensa preocupação com a beleza, nas relações amorosas, pode se tornar um dos principais critérios na escolha do parceiro, conduzindo, assim, relações superficiais embasadas na aparência e estética.

Tais relações são pautadas em abreviações e resumos, voltadas para a satisfação de necessidades e desejos imediatos, sem compromissos que ultrapassem o momento da relação. Os relacionamentos são instantâneos, com uma exata duração da confluência de demandas temporárias, já que há uma renovação e uma troca constante (JUSTO, 2005).

Para Daminelli (2010), a juventude é um grupo social que se destaca pelo valor às coisas mutáveis, transportáveis, as quais seriam o testemunho da personalidade emergente, do estilo e do pertencimento de grupo. Dessa forma, compreende-se que o dinheiro ganho com as práticas sexuais comerciais são gastos com objetos para si, em pequenos signos de distinção social. Apesar da carência econômica, a renda produzida não é destinada às contas da família.

Assim, em relação à prostituição famélica, relacionamentos como o “ficar”, adquirem uma validade enquanto a troca trazer lucro para os adolescentes, durante uma festa ou uma viagem. Depois deste momento de barganha, é a hora de buscar novos parceiros, para novas festas, novos presentes e novas trocas sexuais.

## 2.5 Prostituição ou Prostituídas? Relatos sobre a exploração sexual comercial em Foz do Iguaçu

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um fenômeno que tem sido constatado em várias partes do mundo, inclusive em Foz do Iguaçu - PR. A principal diferença entre essa prática e a prostituição familiar é o caráter de trabalho regular e sistemático (SANTOS, 2007). Este fenômeno pode ser categorizado em quatro modalidades: a pornografia, o tráfico de crianças e adolescentes, o turismo sexual e a exploração sexual comercial infanto-juvenil (prostituição infanto-juvenil).

A principal característica é o caráter comercial, envolvendo termos como comércio sexual, cliente, oferta, demanda (MORAIS et al, 2007). Deste modo, a exploração sexual de crianças e adolescentes pode acontecer de maneira formal ou informal. No mercado formal, crianças e adolescentes são explorados e agenciados diretamente por uma terceira pessoa, um aliciador, que não é o cliente final do serviço sexual (SANTOS, 2007).

Segundo Daminelli (2010), na aliciação, as crianças e adolescentes encontram-se próximas a sujeitos que oferecem certa comodidade, como moradia, alimentação, segurança e mimos, em troca de um percentual dos programas realizados. Nessas situações encontram-se casas de prostituição, no município de Foz do Iguaçu - PR, como afirma em entrevista o técnico de empregabilidade: "*existe na nossa cidade existe, tem uma casa noturna que é famosa no Brasil inteiro, que vem empresário e conhece!*" Claudio - técnico de empregabilidade)

Entre os relatos e informações, foi possível verificar que no município de Foz do Iguaçu - PR e Tríplice Fronteira há uma rede ou redes de exploração sexual comercial infanto-juvenil que também estão interligadas ao turismo sexual. Este pode ser caracterizado por um "deslocamento de pessoas de ambos os sexos, para outras cidades ou países à procura de aventuras eróticas" (SILVA; ÁVILA, 2010, p. 187). No campo legal-jurídico, este conceito possui outra definição, mais específica, que envolve a violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, ou seja, as leis contra pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e tráfico de mulheres (SILVA; BLANCHETTE, 2005). Outra visão do turismo sexual é apresentada pela Organização Mundial de Trabalho, que o descreve como viagens constituídas que utilizam as estruturas da indústria de turismo com os fins principais de facilitarem o comércio sexual entre turistas e nativos (CARVALHO, apud SILVA; BLANCHETTE, 2005).

Foz do Iguaçu - PR, além de ser uma cidade turística, possui uma localização

fronteiriça, o que facilita a vinda de crianças e adolescentes para serem explorados e, com isso, eles e a rede de exploração sexual obtêm um maior lucro devido à demanda turística e estrangeira (DANTAS; TAVARES; NETO, s/d). Por estes e outro fatores, o fenômeno do turismo sexual é visto como uma prática comum no município, pois, quando questionados sobre estas redes de exploração sexual, os profissionais, taxistas e da rede hoteleira, confirmaram a existência dessas organizações, porém quando perguntados sobre nomes e lugares, as informações se restringiram a comentários de pouca relevância e contribuição ao trabalho.

Identificamos que essas redes são formadas por meninas brasileiras e paraguaias. Outras ações que tais redes de exploração sexual organizam são o aliciamento de brasileiras para serem exploradas no Paraguai, precisamente em fazendas em que moram brasileiros. Podemos analisar que há uma falha na proteção dos direitos das crianças, não apenas nacional, mas, sim, envolvendo a Tríplice Fronteira.

*"É, professora, a gente conhece todas as bocadas da cidade, conheço todos os endereços, aí eu pergunto pro cliente que tá chegando na rodoviária ou no hotel é no aeroporto, ele pergunta pra mim pra onde é que eu vou? Onde você pode me levar? Aí eu pergunto, você quer gastar quanto?" Então dependendo de quanto quer gastar o endereço é A, B ou C."* (Claudio - técnico de empregabilidade).

É possível o turista chegar a Foz do Iguaçu - PR com a exploração sexual já programada, visto que há hotéis e taxistas que favorecem o encontro com as meninas ou meninos. Esse fato também foi relatado na pesquisa realizada pela OMT (2007), a qual mostrou que a maioria dos turistas europeus que vêm ao Brasil em busca de sexo adquire pacotes que incluem passagem aérea, hotel, festas e uma companheira. Como anteriormente citado, dependendo do quanto o turista está disposto a pagar, a rede de exploração sexual infanto-juvenil disponibilizará.

## **2.6 Exploração Sexual de meninas, meninos e Travestis**

Em relação à categoria de gênero, no município de Foz do Iguaçu - PR, há as explorações sexuais realizadas com meninas, meninos e travestis. É notório o elevado número de meninas que são exploradas sexualmente, como aponta a pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro para Infância e Adolescência e divulgadas pelo Ministério da

Ação Social, cerca de 500 mil meninas eram exploradas sexualmente no Brasil (MORAES, 2007).

De acordo com Faleiros (2003), a grande parte de quem está no comércio sexual constitui-se de meninas, e quem explora esta forma de trabalho são homens adultos. Entre as razões que explicam esse fenômeno encontra-se novamente a questão de gênero, por meio da qual as pessoas do sexo feminino são estereotipadas<sup>17</sup>.

Em relação a essas questões, alguns profissionais entrevistados afirmam que:

*"São crianças que normalmente ficam mais em situação de rua (...). E que mais sofre exploração são as meninas, né, são mais vulneráveis acho que o principal é isso, situação de rua mesmo"* (Douglas- psicólogo, abrigo).

*"Eu acho que até pela cultura do país assim, que a mulher é muito mais submissa, de que tem mesmo que fazer, essas coisas sobre a sexualidade, que tem que fazer! A sociedade ainda é muito machista, a mulher ainda é muito um objeto"* (Carla, psicólogo, ONG).

*"E a menina como é que ela sai da pobreza? Ela vira bailarina de funk e de pagode e ela vai mostrar a bunda e ela vai tirar foto. Então o... o Brasil a...a...a exposição feminina ela é histórica no nosso país e se a gente for ver lá fora qual é a imagem do Brasil samba, carnaval e mulher pelada. Então eu acho que o viés da é... da exploração da imagem feminina, do corpo da mulher, eu acho que ela é muito presente na nossa cultura. E aí as meninas vêem isso como naturalidade"* (Claudio - técnico de empregabilidade).

Por meio dessas afirmações, é possível verificar que alguns fatos são vistos com naturalidade pelo senso comum, mas precisam de uma análise aprofundada. O que nos leva a alguns questionamentos: as mulheres são submissas e vulneráveis? A mulher é um objeto? Para essas meninas, consideradas de famílias de baixa renda, o seu futuro pertence a um exibicionismo do corpo? Aparentemente, para esse grupo social de meninas, sim.

O gênero está relacionado às diferenças sexuais, mas, para ser constituído, depende de como a sociedade vê a relação que transforma um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher (STREY, 1998). Deste modo, para as meninas e adolescentes, a visão e papel de mulher são totalmente individuais, porque é através da linguagem, das experiências, da história de cada indivíduo que a sua identidade de gênero é construída.

---

<sup>17</sup>Estereótipos que aqui podem ser entendidos “como uma supergeneralização de uma característica para toda uma categoria ou grupo e pessoas” (BRAGHIROLII; PEREIRA; RIZZON, 2005).

Podemos entender que ainda vivenciamos uma época em que a dominação-exploração das mulheres é vista como normalidade por várias pessoas. Mas afirmar que as meninas são exploradas apenas por serem do sexo feminino, esse seria um argumento redutor. Deste modo, são inúmeros fatores que podem levar à exploração sexual feminina, como o cultural, o histórico, o econômico, o familiar e o pessoal. Cada história é única e assim devemos considerá-la, não pré-julgando, mas, sim, respeitando o sujeito e a sua história como únicos.

Em relação à exploração sexual infanto-juvenil masculina, destacam-se a heterossexual e a homossexual. Semelhante à exploração sexual feminina, a masculina também se define como a comercialização do corpo para a realização de práticas eróticas e sexuais, em troca de uma remuneração (TEIXEIRA, 2011).

No que se refere à identidade desses adolescentes, há os hipermasculinizados, os homossexuais e os bissexuais (TEIXEIRA, 2011). A respeito dos clientes, esses não se limitam apenas ao sexo masculino, mas ao feminino e ao homossexual. Os profissionais entrevistados ressaltaram que há meninos que frequentam festas e são explorados sexualmente, independente do sexo do cliente, diferente das meninas, que se limitam, na sua maioria, a terem clientes masculinos.

Como já afirmamos, são inúmeros os motivos que levam os adolescentes masculinos à exploração sexual, entre eles fatores econômicos e familiares. Sobre este último destacam-se os meninos homossexuais, que não recebem o apoio dos seus familiares e, como estratégia de sobrevivência, numa sociedade extremamente preconceituosa, são explorados sexualmente. Este fato é abordado Luiza, Juíza da Vara de Infância da comarca de Foz do Iguaçu- PR: "[...] no caso dos meninos homossexuais a aceitação da família é muito difícil e o que acontece é o abandono. Então eles passam a não ser mais aceitos nas famílias, com os pais principalmente, acabam buscando um meio de sobreviver sozinhos, então isso é o que lança. Mas eu acredito que faz com que esse índice aumente um pouco aqui na região, culturalmente aonde existe essas famílias que não aceitam a homossexualidade do filho e, a necessidade de sozinho ter que sobreviver de alguma maneira, sendo muito jovem sem experiência, é fácil ser convencido a praticar qualquer coisa".

Sobre esse grupo, há alguns entraves em relação à exploração sexual: primeiramente esta é velada, escondida e raramente os meninos se expõem nas ruas ou casas noturnas. Como abordado anteriormente, na prostituição famélica, há uma



dificuldade por parte dos mesmos em compreender que estão sendo vítimas de exploração sexual, conforme a entrevista da assistente social Leandra:

*"O adolescente, o jovem sai com uma mulher por troca de dinheiro é mais difícil ele entender que também está em situação de exploração, pô ele é homem, não é, tem toda uma questão cultural eu acho também, o cara saiu com a mulher, dormiu com ela e ainda ganhou. Eu acho que tem uma questão cultural aí também, mas difícil né. Mas é mais velado"*

Um diferencial observado refere-se à demanda dos profissionais com relação à exploração sexual infanto-juvenil. Na rede de assistência social, a grande maioria dos profissionais entrevistados informaram que o gênero feminino é preponderante. Porém, quando questionamos o juiz da Vara de Infância da comarca de Foz do Iguaçu-PR, este relatou que os casos mais atendidos no judiciário são os de meninos. Isso pode ser explicado, devido ao fato da exploração sexual masculina não ser vista com naturalidade, da mesma forma que das meninas. Portanto, quando a exploração sexual masculina é desvelada, torna-se um crime, que precisa ser investigado, além de tomadas as devidas providências.

A terceira forma de exploração pautada no gênero é a dos travestis. São pessoas que não se identificam com o gênero biológico e se vestem, se comportam e se transformam (tomando hormônios, colocando próteses) como pessoas de outro sexo, porém não é realizada a mudança do órgão sexual.

Pelúcio (2005, p. 224) afirma que:

*Ser travestis" é um processo, nunca se encerra. Construir um corpo e cuidá-lo é uma das maiores preocupações das travestis. Elas estão sempre buscando a "perfeição", o que significa "passar por mulher", uma mulher bonita e desejável, geralmente "branca" e burguesa. Em busca dessa imagem afinam seus traços, bronzeiam seus corpos, adornam-se com roupas de remetem a mulheres glamourosas, escolhem nomes de atrizes.*

O processo de transformação dos travestis se inicia com a ruptura do convívio familiar, seguido pelo apego à rua, na qual os travestis sobrevivem, aprendem e se potencializam (PELÚCIO, 2005). Da mesma forma que o grupo homossexual, os travestis são explorados sexualmente por uma questão familiar e econômica. Um discurso que se tem generalizado entre os mesmos refere-se é à importância de alcançar a sobrevivência, o que se faz possível por meio da prostituição. Não vêem uma alternativa, tamanho é o preconceito que sofrem.

Atualmente a exploração sexual feminina está pautada em uma exclusão baseada no patriarcado, com relação aos travestis, o preconceito baseia-se na

heterossexualidade. Seguindo esta lógica, na nossa sociedade, apenas o feminino e o masculino têm seus espaços garantidos, colocando em situação de desvantagem e marginalidade os que não se caracterizam como tal; uma situação de clara exclusão social por não estarem dentro da normatividade, da organicidade, dos padrões simbólicos e subjetivos (SILVA; BARBOZA, 2005).

Outro fator que mantém os adolescentes na condição de explorados sexualmente é o alto valor que ganham e dos quais necessitam para manter a sua aparência. Alguns profissionais entrevistados ressaltam esse fator: "e aí a gente tem também o público dos travestis, os travestis tem muito disso, porque eles ficam na rua mesmo, então eles dizem "pô, vou ganhar dinheiro" (Carla - psicólogo, ONG). Tornando assim evidente a facilidade de ganhar dinheiro por meio da exploração sexual comercial.

### **3. Exploração sexual infanto- juvenil: como estamos trabalhando com esse fenômeno**

Esse capítulo está dividido em duas partes: a primeira comenta a questão da exploração sexual infanto-juvenil numa perspectiva jurídica, com as leis em vigor no Brasil. Em um segundo momento, é comentado sobre a construção das políticas públicas de combate à exploração sexual desenvolvidas no país, baseando-se na criação do SUAS e seus desdobramentos, como o Programa Sentinela, Conselho Tutelar, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), e o Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro PAIR.

#### **3.1 Exploração sexual infanto-juvenil e a Legislação**

No Brasil, como em muitas outras sociedades ocidentais, as crianças têm os seus direitos e deveres regulamentados por leis. Entre estes regulamentos destaca-se a idade em que crianças e adolescentes poderiam, de forma livre e consciente, ter relações sexuais entre eles mesmos e com adultos. A transgressão dessas leis é considerada crime, devendo o transgressor responder judicialmente por seus atos, principalmente se houver emprego de força física (SANTOS; NEUMANN; IPPOLITO, 2004).

O nosso país têm bons instrumentos legais para o enfrentamento dos crimes sexuais praticados contra a população infanto-juvenil. Sprandel, Carvalho e Romero (2004) explicam que a base jurídica para o tratamento e análise desse fenômeno são a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras leis.

A década de 80 foi marcada, no Brasil, pela redemocratização do país; houve uma grande articulação da sociedade em torno da mudança na legislação e de políticas públicas especiais (SPRANDEL; CARVALHO; BUENO, 2004). Entre as inúmeras conquistas, destaca-se a criação da Constituição Federal, a qual foi promulgada em 5

de outubro de 1988. Esta seria uma é a lei suprema do país, servindo de parâmetro de validade para as demais normativas. Em relação à infância e à juventude, foi um marco normativo exemplar que outorgou a normatização referente aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e define o dever do Estado, da sociedade e da família (SANTOS, 2007; BRASIL, 2013). Podemos exemplificar a partir de dois artigos, o Art. 227, que descreve:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, 1988).

Como todos os cidadãos brasileiros, tanto a criança quanto o adolescente estão, juridicamente, providos dos direitos de uma vida digna, incluindo escolaridade, saúde, lazer e principalmente o desenvolvimento mental, físico e moral. Frente a isso, cabe ao poder público, à comunidade e às famílias protegê-los das formas de violação de direito, como: negligências, danos, violências e de exploração (BRASIL, 2002). Em relação à exploração sexual de crianças, o art. 227, § 4 da nova Constituição afirma que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (SPRANDEL; ROMERO; CARVALHO, 2004).

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 é anterior à Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>18</sup>, ratificada pelo nosso país em 24 de setembro de 1990, demonstrando a sintonia dos constituintes brasileiros com a discussão em âmbito internacional. Assim, no Brasil, como fruto dessa discussão, foi desenvolvido o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Brasil foi um dos primeiros países a adequar sua legislação interna aos princípios determinados pela Convenção das Nações Unidas.

Esse instrumento inovador tem como base a concepção de proteção integral, defendida pela ONU na Declaração Universal dos Direitos da Criança. Sprandel, Romero e Carvalho (2004, p. 21) afirmam que:

Sobretudo, o ECA superou o enfoque repressor e assistencialista das leis anteriores e introduziu na legislação nacional a concepção das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos exigíveis em leis. Além disso, a questão saiu da alçada exclusiva dos Juizes de Menores, por meio da descentralização político-administrativa e participação da população por

---

<sup>18</sup>Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20/11/1989, no ano seguinte foi oficializada como lei internacional. Essa convenção é o instrumento de direitos humanos de maior aceitabilidade na história, sendo ratificada em 192 países.

meio de suas organizações representativas, ou seja, os Conselhos municipais, estaduais, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi instituído pela Lei 8.069, no dia 13 de julho de 1990, e regulamenta os direitos das crianças e adolescentes baseado nas diretrizes da Constituição Federal. O ECA é o resultado de um intenso esforço e mobilização política em torno do Estado de Direito. Assim, esse estatuto é uma síntese da discussão nacional e internacional a respeito da infância e da juventude (GOLÇALVES; GARCIA, 2007).

Com a criação do ECA, há uma ruptura com antigos padrões societários, assim, esse representa um importante avanço civilizatório – o dos direitos humanos. A construção de novas relações adultos/jovens, baseada em relações afetivas, de proteção e de socialização, implica em denúncia e responsabilização dos violadores desses direitos (BRASIL, 2000).

Esse Estatuto aborda diversos temas relacionados à proteção à infância e à juventude. Em relação aos crimes sexuais, destacam-se os Art: 5, 130, 240, 241, 244-A, 263 (MORAES, 2007). O primeiro Artigo explica que "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (BRASIL, 1990). Fica claro que é proibido envolver crianças e adolescentes em formas de exploração, entre elas a sexual ou outras formas de violência.

O Artigo nº 130 preconiza que: "Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar<sup>19</sup>, o afastamento do agressor da moradia comum" (BRASIL, 1990). Esses casos podem ser observados em prostituições famélicas, nas quais os agressores possuem uma relação intrafamiliar com as crianças e adolescentes explorados sexualmente. Como normalmente os julgamentos podem demorar, os juízes, visando à segurança e ao bem-estar das crianças e adolescentes, podem pedir a medida cautelar em alguns casos. Deste modo, a exploração será cessada, pelo menos temporariamente, com o afastamento dos agressores, sendo mais difícil e complicada

---

<sup>19</sup> É um procedimento intentado para prevenir, conservar ou defender direitos. Trata-se de ato de prevenção promovido no Judiciário, quando da gravidade do fato, do comprovado risco de lesão de qualquer natureza ou da existência de motivo justo, desde que amparado por lei. Deve-se examinar se há verossimilhança nas alegações (*fumus boni iuris*); e se a demora da decisão no processo principal pode causar prejuízos à parte (*periculum in mora*) (STF, s/d).

essa situação do que a exploração sexual de rua, visto que envolve laços afetivos com os agressores. Na pesquisa realizada, verificamos alguns casos em que o juiz havia pedido a medida protetiva das crianças/adolescentes, mas algumas vezes esta era falha. Num dos casos havia a suspeita de que o responsável estava morando novamente com o abusador. E, em outro caso, que as crianças estavam abrigadas; uma delas nos relatou que seu pai (abusador) estava circulando próximo da casa lar, colocando em risco a vida das crianças.

Um outro aspecto que merece destaque é a pornografia; esta pode ser considerada como um meio de expressão que tem sua liberdade garantida como outro qualquer, desde que não seja ou não se torne ilegal, como no caso do envolvimento de crianças ou da venda de material a menores (MARZOCHI, 2003). A pedofilia é retratada principalmente como um problema relacionado à pornografia infantil (LANDINI, 2006). Entretanto, a pedofilia não pode se limitar a isso, visto que ela tem um significado mais amplo, uma conotação de doença.

Segundo Alves (2002), o termo pedofilia significa distúrbio de conduta sexual, com desejo compulsivo de um adulto ou adolescente por crianças ou adolescentes mais novos, podendo ter característica homossexual ou heterossexual. Vale ressaltar que "O sujeito pode ser um pedófilo e nunca chegar a encostar a mão em uma criança", detalha a psicóloga Karen Michel Esber (apud Andrade; Beraldo, 2010). Desta forma, não pode punir a pedofilia (desejo), apenas a prática da violência sexual, ou seja, o abuso, a exploração, a pornografia infantil, entre outras (TAVARES<sup>20</sup>, apud Andrade; Beraldo, 2010).

Entendem-se como pornografia infantil os materiais audiovisuais utilizando a imagem de crianças. Assim, na atualidade, um dos aspectos mais alarmantes e que tem merecido a atenção em defesa da criança e do adolescente diz respeito à prática da pedofilia cometida por meio da Internet, que envolve a produção de material pornográfico utilizando imagens de crianças, muitas vezes submetidas à violência sexual.

É interessante ressaltar o quão preocupante este fato é, visto que o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking de material pornográfico, com pelo menos 1210 endereços na

---

<sup>20</sup> Diretor-presidente da SaferNet Brasil - organização não governamental que desenvolve pesquisas e ações de combate à pornografia infantil na internet.

internet<sup>21</sup> (RODRIGUES; FILHO, 2004; FELIPE, 2006). Essa rede se organiza internacionalmente, de modo que existem facções em todos os lugares onde há pessoas interessadas em obter acesso a esse tipo de material (FELIPE, 2006). Segundo a mesma autora (2006), outro ponto importante é o lucro desse negócio, sendo que quanto mais nova for a criança, mais caras são as imagens.

O Art. 240 destaca a questão da pornografia infantil, como o ato de "Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente" (BRASIL, 1990). Adquirindo como pena a reclusão de quatro a oito anos e multa. Também "Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou, ainda, quem com esses contracen" (BRASIL, 1990). Deste modo, fica clara a proibição de utilizar ou induzir qualquer criança e/ou adolescente para a realização, participação em materiais visuais pornográficos.

No mesmo sentido, o Art. 241 determina sobre a pornografia infantil, mas num sentido de comercialização e a ligação com os meios de comunicação e informática. Segundo este:

Art. 241. Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança e adolescente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I – agencia, autoriza, facilita ou, de qualquer modo, intermedeia a participação de criança ou adolescente em produção referida neste artigo;

II – assegura os meios ou serviços para armazenamento das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do caput deste artigo;

III – assegura, por qualquer meio, o acesso, na rede mundial de computadores ou internet, das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º A pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos:

I – se o agente comete o crime prevalecendo-se do exercício de cargo ou função;

II – se o agente comete o crime com o fim de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial.

Também podem ser analisados os vídeos/imagens que são repassados pelas internet por meio das mídias sociais de comunicação (Facebook eInstagram) Lowenkron (2010) comenta que a pedofilia aparece como um problema jurídico e

---

<sup>21</sup>Segundo a Telefono Arcobaleno, associação Italiana para a defesa da infância, o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial dos sites dedicados a pornografia infantil. Em seu balanço anual de 2003, catalogou pornografia infantil em 17.016 endereços na internet – desses 1.210 são brasileiros (RODRIGUES; FILHO, 2004).

social mais recente no Brasil, sendo que alguns crimes estão descritos no ECA, entre eles os crimes de produção e de publicação de “cenas de sexo explícito ou pornografia”. Vale ressaltar que os Art. 240 e 241 foram alterados em 2003, por meio da lei 10.764, a fim de acrescentar outros núcleos verbais (“apresentar”, “vender”, “fornecer” e “divulgar”) e, principalmente, incluir na definição dos delitos a utilização de qualquer meio de comunicação, em especial a rede mundial de computadores (INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE, s/d).

No Brasil não há leis que punam quem consome materiais de pedofilia; só é punido quem produz o material pornográfico. Muitos alegam que os consumidores não fazem mal nenhum à criança (FELIPE, 2006). Esse fato é analisável ao se pensar a pedofilia como um desejo, o qual não irá necessariamente se manifestar através da violência sexual. Neste sentido, Libório e Castro (2010, p. 32) afirmam que "Os pedófilos representam uma parte da demanda que fortalece o comércio sexual envolvendo indivíduos menores de idade, porém não são os únicos responsáveis.". É necessário considerar que a violência sexual e a pornografia não são atos isolados, mas remetem às relações de poder entre adultos e crianças.

Deste modo, não se pode reduzir a pedofilia ao ato em si. Deve-se observar todo o contexto social. Mas também não se pode afastar a dimensão penal, pois há violência praticada. O pedófilo precisa primeiramente de tratamento, não de cadeia, visto que, na maioria das vezes, a prática daquela conduta se torna inevitável, irresistível, embora ele saiba que seja errado, tenha consciência de seu ato. Há que se pensar em tornar o tratamento para o pedófilo obrigatório, como já se faz em alguns países (MARZOCHI, 2003).

Um artigo em que o termo exploração sexual aparece como crime é o Art. 244-A: "Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2o desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa. Porém, como explicado anteriormente, não há uma diferenciação nesse artigo entre a nomenclatura de exploração sexual e prostituição<sup>22</sup>, o que se torna errôneo perante os significados diferenciados que essas palavras assumem.

---

<sup>22</sup>O termo prostituição será utilizado em alguns momentos neste capítulo, porque seria esta forma que algumas leis brasileiras ainda se referenciam a exploração sexual infanto-juvenil; Porém, vale destacar que ele é considerado uma maneira errada.



Outra legislação que merece destaque é o Código Penal, a principal legislação nacional a ser utilizada no enfrentamento de crimes contra crianças, adolescentes e adultos, entre eles os sexuais. Atualmente há afirmações que esse código encontra-se desatualizado, visto que foi outorgado em 1940, logo, tem setenta e cinco anos que o separam dos hábitos, costumes morais e tipos criminais da atualidade, além da sua óbvia distância em relação a leis nacionais e internacionais mais recentes (SPRANDEL; CARVALHO; ROMERO, 2004).

Sobre os crimes sexuais, esses se dividem em crimes contra a liberdade sexual, sedução e corrupção de menores, lenocínio e tráfico de pessoas, ultraje público ao pudor e crimes contra a assistência familiar (SANTOS, 2007). Entretanto, a maioria destes é descrita de uma forma geral, não restrita ao público menor de 18 anos, por exemplo, o crime de estupro, assédio sexual, entre outros.

Em relação aos crimes praticados com menos de 18 anos destaca-se a corrupção de menores, que pode ser compreendido como corromper ou facilitar a corrupção de menores de 18 anos e praticar ou fazer com que essas crianças ou adolescentes presencie atos libidinosos.

Um segundo crime praticado com crianças e adolescentes seria mediação para servir a lascívia de outra pessoa. Brasil (2009):

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: (LEI 12.015 DE 2009)  
Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Pode-se entender que a pessoa irá aliciar a criança e o adolescente, para que esses atendam sexualmente ou libidinosamente a ele mesmo ou a uma terceira pessoa. O agente<sup>23</sup> irá induzir (convencer, criar a ideia) a vítima a praticar algum ato que vise a satisfazer a lascívia de outra pessoa. O ato deve ser meramente contemplativo (ex.: uso de uma fantasia), sem que exista contato físico entre o terceiro beneficiado e a vítima. Se vier a ocorrer conjunção carnal ou outro ato libidinoso diverso, ambos, quem induziu e beneficiado, serão responsabilizados por estupro de vulnerável (CASTRO, 2014).

O favorecimento à exploração sexual infanto-juvenil é o ato de induzir, atrair ou impedir que abandone a prostituição. É válido ressaltar que essa pessoa tenha entre 14 a 18 anos, para que seja visto como prostituição pelo código penal. Para Santos

---

<sup>23</sup> Esse mediador pode ser uma pessoa da família e/ou um aliciador.

(2007), o agenciamento seria um processo continuado da exploração sexual de adolescentes através do rufianismo<sup>24</sup> ou do mercado do sexo. Vale ressaltar que se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, a pena em forma de reclusão pode aumentar de 2 a 5 anos, e multa, para 3 a 8 anos (BRASIL, 2009).

Quanto à Exploração sexual de crianças e adolescentes, neste ano de 2014, a presidente Dilma Rousseff sancionou lei que torna esse fenômeno como crime hediondo. Desta forma, torna-se um crime inafiançável, sem o direito de anistia, graça ou indulto, sendo a pena prevista de quatro a dez anos de reclusão (BRASIL, 2014).

O tráfico de pessoas consiste em "promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha a exercer a prostituição, ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro" (SANTOS, 2007, p. 74). A pena para esse crime aumenta caso a vítima seja menor de 18 anos, e tenha a presença de violência, ameaça ou fraude. Este delito foi encontrado em vários discursos dos profissionais entrevistados, principalmente com relação a crianças/ adolescentes paraguaios que são explorados sexualmente em território brasileiro, ou de brasileiros que são explorados no Paraguai.

*"E ali na fronteira ... é muito novas mesmo, meninas assim de onze, doze anos, paraguaias né, então ali são explorada aí assim sabe, é... aí assim com doze anos elas já engravidam, quando elas tem vinte anos o filho de dez já tá indo junto, é bem complicado, aí o Conselho do Brasil pega e leva pro Paraguai, fica cinco minutos no Paraguai e eles tão aqui de volta, tem uma... e bem alto o índice assim" (Carla - Psicóloga).*

*"Mas as meninas vão muito pra balada no Paraguai, menor de idade vão, é mais barato, tem acesso à droga mais fácil" (Carla - Psicólogo).*

### **3.2 Políticas Nacionais: uma breve cronologia**

Antes de iniciarmos esta reflexão, é essencial explicar o conceito de Política Pública. Tivemos conhecimento de várias explicações para este conceito. Segundo o dicionário Aurélio, estas seriam conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de

---

<sup>24</sup>Rufianismo pode ser entendido como um crime que explora a prostituição do outros.

forma difusa ou para determinado seguimento social. Este conceito vai ao encontro do utilizado por (PRIOTTO, 2013, p. 58, o qual a autora descreve como política pública,

"conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico"

A ideia de Souza (2006) também segue este conceito. Segundo o autor, podemos resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação. Além disso, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Desta forma, as políticas públicas visam ao bem comum, ou seja, ao interesse de todos, buscando solução para problemas políticos que se tornam demandas sociais e políticas. Entre as políticas públicas, podemos encontrar as políticas de educação, de saúde, de assistência social<sup>25</sup>, entre outras.

Pensando sobre a Exploração Sexual Infante-Juvenil, o combate contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes antecede até mesmo a luta pela institucionalização de seus direitos. Como aponta Santos (2007), as primeiras ações voltadas à exploração sexual infante-juvenil aconteceram graças ao trabalho de organizações que atendiam a meninos e a meninas de rua e erradicação do trabalho infantil. Corroborando com essa ideia, Oliveira e Paiva (2013) apontam que, mesmo sem registros históricos bem definidos, os psicólogos já desenvolviam trabalhos em instituições ligadas ao campo da Assistência Social em tempos anteriores ao SUAS, como orfanatos, Casas de Passagem, FEBEMs, programas voltados a grupos de risco, como crianças em situação de trabalho infantil ou de exploração sexual, entre outros. Foram espaços que contaram com ações desde a década de 1970. Os mesmos autores (2013) afirmam que a ineficácia dos resultados, aliada ao descontentamento da sociedade com o regime militar no final dos anos 1970, proporcionou o fortalecimento dos movimentos sociais organizados que reivindicavam novos parâmetros de atuação

---

<sup>25</sup> A Assistência Social foi definida pela Constituição Federal de 1988 como política pública de direitos e não contributiva, passando a compor o Sistema de Seguridade Social, ao lado das políticas de Saúde e da Previdência Social, constituindo-se em "Política de Proteção Social" articulada a outras políticas sociais destinadas a promoção e garantia da cidadania (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2011, p. 11).

do Estado. Além disso, a crise dos anos 1980, considerada década perdida em termos econômicos, também favorece um avanços no campo das lutas políticas.

"Os anos 90 foram marcados pela passagem dos chamados modelos alternativos às estratégias de transformação de políticas públicas" (SANTOS, 2007, p. 37). Assim, no ano 1990, com o ECA, as crianças e adolescentes foram assegurados juridicamente como cidadãos de direitos, como explicado anteriormente. Nessa mesma década, a violência sexual começou a ser vista como uma questão pública e enfrentada como problema de cunho social. Alguns eventos contribuíram decisivamente para incluir o tema da violência sexual infanto-juvenil como um assunto discutido nacionalmente, entre eles estão a divulgação do estudo e dossiê "Crianças da Amazônia" e o livro "Meninas da Noite", de Gilberto Dimenstein (SANTOS, NEUMANN; IPPOLITO, 2004).

Importantes marcos históricos referentes ao enfrentamento à violência sexual praticada contra crianças e adolescentes foram firmados no país a partir de 1993, como, por exemplo, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que buscou investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes (REDE MARISTA, 2014). Essa CPMI, evidenciou a falta de política públicas básicas e de atendimento a essas vítimas (LIBÓRIO, 2004). Alguns dos desdobramentos mais importantes da CPI foram a mobilização dos segmentos interessados no combate à exploração sexual infanto-juvenil e o lançamento de campanhas nacionais de ação contra esse fenômeno (SANTOS, 2007).

No contexto internacional, o mundo já defendia a criação de planos para o enfrentamento da violência sexual (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2013). Desta forma, no ano de 1996 o Brasil assinou o acordo estabelecido no I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo, visando a desenvolver programas de ação e de cooperação nacional e internacional, objetivando erradicar a violência sexual (REDE MARISTA, 2014).

Após um ano, em 1997, foi realizada no Brasil a II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o lema "Criança e adolescente, prioridade absoluta". Nesse mesmo ano, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, em parceria com o Ministério da Justiça, UNICEF e a Embratur, implantou a Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (RECRISA), com o intuito de fornecer suporte para os bancos de dados

desenvolvidos regionalmente que atendiam a demanda por informações sobre o assunto o assunto e ainda, subsidiar as políticas públicas, a pesquisa e a capacitação dos profissionais (CECRIA, 2008; REDE MARISTA, 2014). Também, a Abrapia implanta o Disque Denúncia, com o objetivo de acolher qualquer denúncia de violência contra crianças e adolescentes, sendo que desde 2006 é nomeado de Disque 100 e recebe, analisa e encaminha os casos para os órgãos de responsabilização (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

O instrumento do Disque 100 foi analisado como uma importante ferramenta para que a população possa fazer a denúncia e ter a sua identidade preservada. A juíza Luiza afirmou: *"o disk 100 é muito importante toda vez que o disk 100 é acionado é... os profissionais o conselho tutelar entra em ação o ministério público a própria policia se acaso de aparece algum crime e ai a vara da infância também pode ser acionada"*. O Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes é coordenado e executado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Assim, as denúncias chegam a esse órgão, são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos responsáveis<sup>26</sup>, no prazo máximo de 24 horas (BRASIL, s/d).

Esse foi um período marcado por várias mobilizações e articulações visando a alcançar uma maior eficiência nos programas sociais de enfrentamento a violência sexual. Assim, em junho de 2000, foi elaborado, na cidade de Natal, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, o qual foi estruturado em seis eixos: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infantil (REDE MARISTA, 2014). É válido ressaltar a vagarosidade do desenvolvimento e implementação dos planos estaduais e municipais, visto que apenas em 2004 o Paraná criou seu Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescentes, e, Foz do Iguaçu, somente em outubro de 2013 (MARISTA, 2014).

A construção do Plano Nacional sinalizou a preocupação do país com a violência sexual infanto-juvenil, compreendendo este fenômeno a partir da sua complexidade e das graves consequências que acarreta às crianças e adolescentes. Esse documento é um marco nacional para o enfrentamento dessa expressão da violência, permitindo a articulação entre Estado e sociedade civil no processo de formulação e

---

<sup>26</sup> Conselhos Tutelares, Ministério Público e Delegacias;

execução de políticas públicas que busquem erradicar o fenômeno no país (VIEIRA, 2013).

Com a implementação desse Plano Nacional, o país vivenciou avanços importantes na área do reconhecimento e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse Plano é um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto de ações e metas fundamentais para garantir a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual (BRASIL, 2000). Tornou-se referência e ofereceu uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual (BRASIL, 2013).

Visando a cumprir as metas do Plano Nacional de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, foi criado o Programa Sentinela, por meio da Portaria n. 878/2001, que propunha o desenvolvimento de ações especializadas para o atendimento dos casos identificados como abuso e/ou exploração sexual infanto-juvenil, por meio dos serviços de Famílias Acolhedoras e Centro de Referência (REDE MARISTA, 2014). Nos Centros de Referência do Programa, desenvolvem-se ações de atendimento integral, especializado e multiprofissional às crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência e o abuso sexual (BAPTISTA; FRANÇA; COSTA; BRITO, 2008). Este se constitui como unidades instaladas nos municípios para realizar ações especializadas, por exemplo, o atendimento multiprofissional, acompanhamento permanente de casos, acolhimento por 24 horas, nas casas de passagem, entre outras.

No Brasil, em 2005, foi implementado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). O SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa. Destaca-se que este sistema é uma política universal, independente de contribuição previdenciária, tem suas ações na centralidade da família, ou seja, o usuário não é visto como isolado do seu meio social. E, buscou-se uma superação do assistencialismo, onde o que antes era visto como uma ajuda ou auxílio, atualmente deve ser analisado como um direito socioassistencial daquele sujeito.

Com o SUAS, o serviço do Programa Sentinela foi incorporado ao Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), seguindo as Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social. Entre as tarefas realizadas pelos CREAS destacam-se o serviço especializado e a abordagem social, que têm como finalidades assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos<sup>27</sup>. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias, diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (BRASIL, 2009). Neste serviço, a família terá acesso a um acompanhamento psicossocial, orientação jurídico-social, o qual buscará o empoderamento dos seus membros, através de uma articulação com a rede de serviços socioassistenciais, com os serviços de outras políticas públicas e demais órgãos do Sistema de Garantias de Direito<sup>28</sup>, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares.

Em 2003, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República organizou uma área destinada ao enfrentamento à violência sexual e o Programa Nacional de Enfrentamentos à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA). Esse programa abrange uma série de diretrizes e políticas específicas como o Programa de Ações Integradas e Referenciais de enfrentamentos à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro (PAIR), o qual possui uma abrangência

---

<sup>27</sup> Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; - Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

<sup>28</sup> O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, s/d).

nacional e pode ser considerado como uma rede de enfrentamento da violência sexual (REDE MARISTA, 2014).

O Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro - PAIR Mercosul é uma ação do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O PAIR constitui-se em uma metodologia de articulação de políticas e de intervenção de redes, determinada na Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente, sendo embasado pelos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2013, s/d) define o PAIR como:

A Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no âmbito do Mercosul (PAIR MERCOSUL) é um projeto de Disseminação da metodologia do PAIR em 15 cidades gêmeas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina<sup>29</sup>, com foco na prevenção e enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais nas regiões de fronteiras.

Assim, o PAIR tem como objetivo geral a integração de políticas públicas, como Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando ao desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais. Também busca o desenvolvimento de metodologias de enfrentamento a violências sexuais contra crianças e adolescentes, que possam ser estendidas para as regiões brasileiras, a partir de ações referenciais de organização, fortalecimento e integração dos serviços locais, possibilitando a construção de uma Política Municipal de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente, assegurada a participação social na construção dos processos (PROGRAMA AÇÕES INTEGRADAS E REFERENCIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, s/d).

---

<sup>29</sup>As cidades em processo de implantação do PAIR – Mercosul são: Foz do Iguaçu (PR), Ciudad del Este, Chui (RS), Puerto Iguazú, Rivera, San Tomé, Santana do Livramento (RS), Bella Union de Los Libres, Uruguiana (RS), Rio Branco (AC), Barra do Quaraí e Jaguarão (RS) (BRASIL, 2013).



Conforme divulgado pelo governo brasileiro via Portal Brasil (<http://www.brasil.gov.br/>), nos últimos anos, o número de serviços de atenção à violência sexual aumentou em 760%. Em 2002, eram 82 serviços e, dez anos depois, em 2012, um total de 625 serviços (REDE MARISTA, 2014).

Podemos observar que nos últimos vinte anos houve muitas conquistas na luta contra a violência sexual infanto-juvenil, dentre elas um aumento no número de leis e uma abrangência das políticas públicas, não ficando localizado apenas em capitais, mais, sim, expandindo-se por outros municípios. Percebemos também que essa problemática não está sendo discutida apenas na época do carnaval, quando o nosso país recebe inúmeros turistas, ou na data de 18 de maio<sup>30</sup>, que é considerada a data de enfrentamento ao abuso e exploração sexual, mas, sim, este assunto, que é de suma importância, está ganhando conhecimento em todos os aspectos e as crianças estão adquirindo o seu direito de proteção.

---

<sup>30</sup>O dia 18 de Maio é uma lembrança a toda a sociedade brasileira sobre a menina sequestrada em 18 de maio de 1973, Araceli Cabrera Sanches, então com oito anos, quando foi drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma tradicional família capixaba. O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes reafirma e responsabiliza a sociedade brasileira em garantir os direitos de todas as crianças e adolescentes (BRASIL, 2009).

#### **4.0 Exploração Sexual Infanto-Juvenil: como este fenômeno está interligado à Rede de Proteção do município de Foz do Iguaçu- PR**

O quarto capítulo aborda as políticas públicas de combate à exploração sexual infanto-juvenil, em um contexto microssocial, pensando os programas municipais de Foz do Iguaçu- PR, abrangendo principalmente a sua rede, seus programas e os profissionais que estão trabalhando com esta temática. Para contextualizar as ações do município relacionadas a este fenômeno, o capítulo estrutura-se em três partes: o primeiro eixo busca a apresentação dos programas desenvolvidos em Foz do Iguaçu - PR, como as instituições e profissionais contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa e fatos que nos chamaram a atenção. O segundo eixo visa a discutir a rede de atendimento do município, analisar se realmente há uma rede e analisar o fluxo de atendimento. O último eixo objetiva analisar algumas dificuldades e problemáticas que encontramos com relação ao fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil no município.

#### **4.1 Descentralização das Políticas Públicas e o Protagonismo do Poder Executivo Municipal**

No Brasil, as políticas sociais de proteção à infância, baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), organizam-se na descentralização político-administrativa, ampliando as competências e responsabilidades dos municípios e da comunidade.

De acordo com documento elaborado pela Fundação ABRINQ (2008, p. 35), “municipalizar é permitir, por força da descentralização político-administrativa, que determinadas decisões políticas e determinados serviços públicos sejam encaminhados e resolvidos no âmbito dos municípios”. Desta forma, o presente capítulo versa acerca

do caminho e as ações de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil no município de Foz do Iguaçu - PR.

O principal instrumento para a concretização da municipalização, no âmbito do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, são os Planos Municipais, que procuram estabilizar as diretrizes nacionais, por meio da descentralização e do fortalecimento da participação da população local. Considerando esse processo, é possível apreender que:

A gestão compartilhada representou a maior inovação para o âmbito municipal, uma vez que, com a promulgação da Constituição de 1988, os municípios passaram a ser reconhecidos como entes da federação. Até então, eram compreendidos como unidades administrativas do Estado. Ao serem reconhecidos como tal, os municípios passam a ter autonomia para formular a legislação própria, definir mecanismos de arrecadação de tributos e, mais importante, passam a ser os principais responsáveis pela execução das políticas sociais. Estabeleceu-se, assim, o processo de descentralização das políticas sociais, mecanismo que tem por objetivo tornar a decisão e a execução mais próximas dos cidadãos (DESLANDES, 2009, p.111).

A presença de uma rede de apoio social pode favorecer a ativação de recursos pessoais das crianças, do adolescente e da família para o enfrentamento dos estressores e das adversidades. A rede de apoio envolve todos os recursos disponíveis do indivíduo e do seu meio social. Incluem-se como tal a família, a escola e as instituições com as quais a criança tem contato, explicitando-se a sua ação no suporte direto de pessoas e no suporte institucional mediado por políticas e programas públicos (MILANI; LOUREIRO,2008) . Pensando nisso, é de suma importância analisarmos as políticas, projetos e programas desenvolvidos em Foz do Iguaçu, que visam ao combate à exploração infanto-juvenil, sendo estes: Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai, desenvolvido pela OIT; Rede Proteger; Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA); Conselho Tutelar; Ficha de Comunicação de Aluno Ausente (FICA); Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente (NUCRIA); Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); ONG Aldeias Infantis SOS Brasil; Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

#### **4.2 Programas e Ações destacados em Foz do Iguaçu:**

### **OIT - Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai**

Visto que a Tríplice Fronteira se tratava de uma região marcada pela presença do crime organizado e do tráfico internacional de drogas, armas e seres humanos, de setembro de 2001 a 2005, com o financiamento do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, a OIT implementou nos municípios de Puerto Iguazú (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai (MARISTA, 2014; SPRANDEL, 2006). Segundo Guimarães & Sprandel (2005), numa avaliação final do Programa, ficou claro o quanto a sociedade local foi influenciada e respondeu positivamente às demandas de transformação de uma realidade apresentada de forma extremamente negativa: O Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai teve repercussões locais, nacionais e internacionais. Para as populações locais, houve o reconhecimento da força da mobilização, como no ato de ocupação da Ponte da Amizade. Também, a articulação entre operadores de direito foi fundamental para que a discussão sobre exploração sexual comercial infanto-juvenil e tráfico de seres humanos passasse a incorporar a percepção da migração como um direito. A partir das avaliações feitas pelos próprios atores nos relatórios e nas entrevistas, estes entenderam que a lição apreendida foi a conscientização de que é possível deslocar o Estado de sua centralidade para que a sociedade possa atuar considerando os recursos disponíveis, atuais e potenciais.

### **Rede Integral de Proteger a Criança e ao Adolescente (Rede Proteger)**

Conhecemos o trabalho da Rede Proteger, por meio dos profissionais do Vira Vida, que apontaram como suma importância a atuação desta no município de Foz do Iguaçu- PR. Como comentando anteriormente, marcamos uma conversa inicial com o presidente da Rede, o Sr. Helio, mas não realizamos uma entrevista formal, devido à incompatibilidade de horários e datas. Também, tentamos participar da reunião da Rede, que ocorre mensalmente, mas também não conseguimos.

Segundo informações do próprio site<sup>31</sup>, A Rede Integral de Proteger a Criança e ao Adolescente (REDE PROTEGER) é composta por aproximadamente 40<sup>32</sup> instituições filiadas que atuam dentro dos eixos de proteção e garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes na região de Foz do Iguaçu.

O objetivo da Rede PROTEGER é integrar e fortalecer serviços e programas de proteção integral às crianças e adolescentes da região da Tríplice Fronteira, propondo estratégias para o fortalecimento das Instituições e suas ações, apoiando estratégias e acordos que visam à melhoria do acesso da população às ações e serviços de atenção integral às crianças e adolescentes e fomentando o aperfeiçoamento das políticas públicas que contemplam a Atenção Integral à criança e ao adolescente e ao seu meio social (REDE PROTEGER, s/d).

Em entrevista realizada com os profissionais da ITAIPU, tivemos conhecimento de que essa instituição é responsável pelo apoio financeiro, com recursos mensais e pela secretaria executiva da Rede Proteger. Assim, o agendamento das reuniões, reserva das salas, entre outras ações são realizados por um profissional da ITAIPU, a nossa entrevistada Lorena, que é estagiário em administração.

Sobre as reuniões, a psicóloga Carla afirma que:

*"É mensal, a reunião ela é mensal e ela tem grupos de trabalho então assim, a reunião acontece uma vez, mas tem encontros de quinze em quinze dias. E participa os técnicos das instituições ou um representante de cada instituição (...) então, sempre tem uma pessoa pra representar e a gente discute assim "olha, a gente tá passando por essas dificuldades, o que a gente pode fazer?", aí dentro dessa reunião onde tem todos os informativos, as coisas, apresentação, a gente vai fazer um processo de inserção, então a gente pede uma fala na reunião da rede pra mobilizar as instituições que a gente vai fazer processo de inserção pra apresentar a metodologia, e as instituições vão dizendo cada uma o que estão fazendo pra gente se articular. E aí dentro da rede existe os grupos de trabalho, daí tem grupo de trabalho da aprendizagem, grupo de trabalho da drogadição e assim, todos os grupos se reúnem e discutem possibilidades pra aquele tema, pra poder atender o jovem naquele tema. É um trabalho bem bacana."*

A funcionária da ITAIPU, Lorena, analisa como de suma importância o trabalho desenvolvido pela Rede Proteger; segundo ele: *"A gente percebe principalmente nas reuniões da rede que as instituições tem muita dificuldade e é na rede que essas dificuldades são expostas então a gente vê que se não tivesse esse*

<sup>31</sup> <http://www.redeproteger.com.br/#!quemsomos>

<sup>32</sup> Comunidade Pequenos Trabalhadores, Bem Viver - Associação Cristã, ADIFI, ITAIPU, Guarda Mirim Foz do Iguaçu, Fundação Nosso Lar, PROVOPAR Foz do Iguaçu, SEST/SENAT, Aldeias Infantis, SESI, SENAI, Casa Família Maria Porta do Céu, Associação Fraternidade Aliança, Instituto Internacional POLOIGUASSU, Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida (SCNSA), Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar, Polícia Militar, Guarda Municipal, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, por meio das Secretarias de Esporte, Educação, Saúde, Cultura, etc. (MARISTA, 2014; PRIOTTO, 2013).

*trabalho essas dificuldades seriam muito piores e é fundamental porque se já não tá bom como deveria ser se não tivesse esse trabalho estaria bem pior com certeza".*

Enfatizamos a construção e o desenvolvimento da Rede Proteger, porque é um momento mensal em que as instituições comprometidas em combater e trabalhar com a situação da exploração sexual infanto-juvenil, podem se reunir e discutir os pontos negativos e positivos e, além disso, pensar estratégias para melhorar a situação do município de Foz do Iguaçu - PR.

### **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)**

A principal atribuição do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) é a fiscalização e a elaboração de políticas públicas destinadas a garantir e proteger os direitos de crianças e adolescentes. Mas também cabe ao Conselho administrar os recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) (CIRANDA, s/d). Além disso, propor o orçamento-programa municipal destinado ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada e fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais regularmente inscritas e registradas no respectivo Conselho (CMDCA-GO, s/d).

Como utilizamos a metodologia da cartografia para a realização da pesquisa, fomos levadas pelo campo de pesquisa, assim, o próprio local de pesquisa nos indicava os participantes. Por exemplo, ao entrevistarmos um participante, normalmente ele comentava que deveríamos entrevistar tal pessoa e nos repassava o contato. Assim, durante a nossa pesquisa, em nenhum momento, algum participante nos indicou ou comentou que deveríamos entrevistar algum participante do CMDCA, fato que, posteriormente analisado, nos chamou a atenção.

Mas, de acordo com o PAIR Mercosul (2011), o CMDCA, enquanto formulador das Políticas Públicas na área da Infância e da Adolescência em Foz do Iguaçu, desenvolve o seu papel apenas na realização de campanhas para o enfretamento da violência, não dispendo de um mecanismo para avaliar e monitorar as ações governamentais e não governamentais dirigidas ao atendimento do Direito de Crianças e Adolescentes e do funcionamento da Rede de Proteção, comprometendo, assim, o controle social. Também, não havia informações sobre os casos de violência sexual (número, região, tipo, perfil da vítima, perfil do agressor, etc.). Nesse

diagnóstico desenvolvido em 2011, foi percebida a falta de articulação deste conselho com o Conselho Tutelar, por exemplo, demonstrando as fragilidades das relações institucionais (PAIR Mercosul, 2011).

### **Conselho Tutelar**

Os Conselhos Tutelares surgiram a partir do ECA, constituindo-se como um órgão estruturado no Município que visa a garantir a defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes sempre que violados. Frente à ocorrência de violação de direitos da criança e do adolescente, o trabalho dos Conselhos Tutelares torna a intervenção mais imediata, com a aplicação de medidas de proteção e providências administrativas, que permitem o ressarcimento de seus direitos. Assim, "considera-se que as decisões tomadas, as interações estabelecidas e as expectativas geradas pelo Conselho Tutelar podem influenciar a resposta à situação de risco psicossocial e o desenvolvimento infantil" (MILANI; LOUREIRO, 2008, p. 53). Pensando nisso, destaca-se a importância deste órgão, na defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual infanto-juvenil.

Baseados nisso, entramos em contato com um dos Conselhos Tutelares de Foz do Iguaçu – PR. Vale ressaltar que este município têm dois Conselhos Tutelares. Como primeira ação, marcamos uma reunião com os cinco conselheiros, mas apenas um compareceu. Este contato me chamou a atenção, pela situação precária do local, tanto em condições físicas como em recursos humanos.

Em relação à estrutura física, o Conselho Tutelar é localizado na região central do município, em uma sala que é cedida pela prefeitura. Não têm nenhuma forma de acessibilidade, visto que está situado no segundo andar. As salas contêm divisórias de plástico transparentes, permitindo que todas as situações sejam visualizadas. Chamou-me a atenção, no dia em que realizamos a entrevista com o Conselheiro e eu podia ver na sala ao lado, um menino de mais ou menos dez anos, chorando, enquanto o conselheiro que realizava o atendimento não o fazia de forma humanizada. Também o fato de Foz do Iguaçu - PR ser uma cidade muito quente e na instalação ora referida não haver bebedouros, aparelhos de ar-condicionado, ou seja, não era um ambiente que fornecesse um acolhimento a essas vítimas e suas famílias. Essas condições ficam muito explícitas na fala da Conselheira Ivana: *"Tanto é que nós mesmo pra gente*

*conseguir o mínimo pra trabalhar tivemos que entrar na justiça (...) E ainda assim, quando chove, tem que abrir guarda-chuva aqui dentro".*

Esta precariedade também foi observada pelo PAIR (2011, p. 56), que afirma:

O Conselho Tutelar está situado no centro da cidade de Foz do Iguaçu, em instalações precárias, sem veículo adequado, pois os mesmos vivem no conserto e os Conselheiros ficam a mercê da benevolência de outras entidades para que emprestem os seus veículos para o exercício de suas funções, dificultando o adequado atendimento e o acesso as 05 regiões distritais de Foz, salientando que se trata de um município de 610,209 km<sup>2</sup>, ficam claras a dificuldade e a necessidade de condução apropriada.

Outra questão importante é em relação à equipe de funcionários deste Conselho Tutelar. Ao chegarmos para a nossa pesquisa, percebemos várias vezes uma adolescente na recepção, atendendo num primeiro momento a demanda e os telefonemas. Posteriormente fomos informados que essas adolescentes fazem parte do Projeto Guarda Mirim e deveriam estar exercendo a função de estagiárias, mas devido à situação atuam como recepcionistas, telefonistas e cuidam dos arquivos, estes que deveriam ser sigilosos. O mesmo Conselheiro comenta:

*"Totalmente defasada, é na recepção você vê uma adolescente fazendo a triagem, o que não deveria, telefone na parte da tarde tem a senhora, parte da manhã uma adolescente no telefone, não deveria, a gente já fez essas denúncias no Ministério Público. Então assim, nossa parte já, nós comunicamos. Ai tem dois administrativos, motorista, tem só, é, dois motoristas, três conselheiros são, é, eles dirigem mesmo, então foram pra rua pra atender, no plantão, dirigindo. Mas não tem nenhuma estrutura no carro, não tem bebê conforto, não tem nenhum carrinho, então se você precisa levar no carro, buscar nenê. Tem bastante coisinha assim, que são detalhes".*

Além dessa defasagem de profissionais, o Conselheiro nos informou que tais estagiários também não recebem uma qualificação para realizarem o trabalho.

Conforme a Resolução Nº 170, de 10 de Dezembro de 2014, a qual altera algumas questões da Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, afirma, no seu Art. 4º, que a Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para implantação, manutenção, funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades. Desta forma, custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax, entre outros necessários ao bom funcionamento dos Conselhos Tutelares; a formação continuada para os membros do Conselho Tutelar; o custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, inclusive diárias e transporte, quando necessário deslocamento para outro município; o espaço adequado para a sede do



Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção; e, o transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e segurança da sede e de todo o seu patrimônio são todas funções que devem ser exercidas pelo Poder Executivo (BRASIL, 2014). Mas como o próprio Conselheiro nos informou: "*Na verdade não é um dos objetivos da administração local agora, se percebe claramente*". E a partir dos encontros com o Conselho Tutelar pudemos observar que realmente não só o Conselho Tutelar não é um dos objetivos da atual administração, mas, sim, toda a questão da Assistência Social.

### **Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente (NUCRIAs)**

Outro programa que é desenvolvido no município de Foz do Iguaçu - PR é em relação à Segurança Pública, por meio do qual foram criadas delegacias especializadas, que atendem diretamente situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, por exemplo, os Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente (NUCRIAs) presentes apenas na Cidade de Curitiba e Foz do Iguaçu (PRIOTTO, 2013; REDE MARISTA, 2014). No município de Foz do Iguaçu, o NUCRIA foi criado em 2004, instituído pela parceria do Governo do Estado, Prefeitura Municipal e Itaipu Binacional, tendo como principal atribuição o combate à exploração sexual, aos maus tratos e aos abusos sexuais praticados contra crianças e adolescentes (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2009). Vale ressaltar que, durante a pesquisa, vários profissionais nos indicaram entrevistar o delegado que atua nesse Núcleo, com isso, tentamos marcar a entrevista várias vezes, porém sem sucesso.

Através da entrevista com os outros profissionais, entendemos um pouco do trabalho desenvolvido pelo NUCRIAs. Quando ocorre a denúncia, quem faz a primeira ação é o Conselho Tutelar e registra o boletim de ocorrência na delegacia. Segundo o conselheiro tutelar: "*no primeiro momento, se a gente tem, é, a gente faz a denúncia no, no Nucria né. Na delegacia, é aberto inquérito policial, no primeiro momento. Depois são feitos os exames né, de conjunção carnal ou lesão corporal*". Durante a entrevista com o Juiz, também tivemos a informação de que em Foz do Iguaçu o NUCRIA repassa as informações para a Vara Criminal, para que seja investigado o

crime e o abusador, e para a Vara da Infância, para que as medidas de proteção sejam efetuadas. Como explica o juiz:

*"a gente combinou desse dessa forma de que se ela verificasse essas situações então enviaria uma copia do inquérito pra cá pra que então a gente pudesse ingressar com uma medida de proteção e ai trabalhar junto a essa família né, supervisionar essa família e aplicar as medidas de proteção que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece pra auxiliar essa família de alguma maneira a vencer essa situação de vulnerabilidade e tirar esse adolescente dessa situação de risco então, esse é o trabalho que a gente faz nesse sentido, com a família e com o adolescente em si pra dai punir o agressor. Porque as Varas Criminais vão punir o agressor, só vai preso vai ser processado vai sumir daqui, vai embora, tal a situação aparentemente de exploração vai terminar mas e como que fica o resto então a gente aqui vai investigar as causas que levaram essa família a estar nesta condição o adolescente que geralmente está abandonado ta por si, ta sozinho então até causas mais graves".*

Segundo o site da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (2009), o NUCRIA, além dos policiais, têm com uma equipe técnica especializada, contando com psicólogos, sendo um especialista na área de violência sexual, e assistente social para o atendimento de crianças e adolescentes. Mas durante as nossas entrevistas tivemos a informação de que isso não se procede mais. Segundo o psicólogo, " Mas daí o NUCRIA não tem um psicólogo, não tem nada". Logo, percebe-se uma dificuldade, que a escuta inicial que deveria ser feita por um profissional especialista, torna-se impossível, pela falta de recursos humanos.

### **Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)**

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, s/d). O principal serviço ofertado no CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual consiste no trabalho social com família de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir para melhoria de qualidade de vida (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2009).

Entre os objetivos do CRAS destacam-se: fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos

vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2009).

O município de Foz do Iguaçu - PR conta com quatro CRAS (Norte, Leste, Nordeste e Sul). Para a realização desta pesquisa, nós conhecemos apenas um CRAS e entrevistamos apenas o Assistente Social. Em relação ao trabalho de prevenção, o Assistente social comenta: "*a gente faz mais o trabalho de deveria né seria o trabalho de prevenção pra que antes que de aconteça a situação de quebra de vínculo da violência né a gente possa tá trabalhando essa prevenção*". Este Centro é uma referência na questão de prevenção; além do auxílio financeiro para as famílias (bolsa família, baixa renda na luz), também pode desenvolver os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Este serviço é realizado através de grupos desde crianças menores de 6 anos até os idosos e visa ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social desta população (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2009).

Uma questão interessante é que o profissional entrevistado comentou que eles encaminham diretamente os adolescentes para o Vira Vida. Segundo ele: "*A gente faz o relatório que é solicitado por eles e é encaminhado ao Vira Vida também tem a equipe pronta pra tá acompanhando essa família ele já é um programa específico pra isso*", essa relação é importante, demonstrando a interligação da rede. Assim, quando estes profissionais da rede de atenção básica identificam um adolescente com o seu direito violado através da exploração sexual infanto-juvenil, podem encaminhá-lo para que realize a matrícula neste projeto de destaque que é o Vira Vida. Porém, percebemos uma falha, não sabemos se ela existe ou apenas não foi comentada durante a entrevista: em nenhum momento o assistente comentou sobre a notificação dos casos ao Conselho Tutelar ou ao NUCRIA. Ficando como incompleta e até omissa diante da responsabilidade do seu trabalho.

## Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)

O CREAS é uma unidade estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em um local de referência na oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

Quanto à definição de equipe de referência, a NOB-RH/SUAS (2006) prevê na sua composição profissional o nível médio e nível superior de formações específicas (serviço social, psicologia e direito), objetivando as especificidades do acompanhamento familiar especializado.

O nosso primeiro contato com o CREAS foi uma reunião com os técnicos, dois psicólogos e dois assistentes sociais, quando apresentamos a nossa pesquisa e objetivos. Posteriormente, realizamos as entrevistas com os dois psicólogos e um assistente social. Segundo o psicólogo Fabrício, que atua no CREAS, ele explica o seu trabalho:

*"eu faço atendimento a crianças, adolescentes e as suas famílias, crianças vítimas de violação de direitos diversos, entre eles a exploração sexual, a própria exploração sexual e também outros tipos de violência, física, negligência, enfim. De tudo, e também idosos, pessoas com deficiência e as suas famílias, então esse CREAS aqui ele acaba concentrando um público bem amplo de atendimento a indivíduos com violação de direitos diversos. O meu caso, especificamente, da psicologia, além do acompanhamento as famílias e aos indivíduos que sofreram essas violações de direitos você acaba enfocando mais no indivíduo que sofreu essa violação, a fim de minimizar os impactos dessa violação e ao mesmo tempo você trabalha com a família pra garantir que essa família esteja fortalecida e que essa violação de direitos ela não continue, pra romper com esse ciclo de violação de direitos, então o trabalho paralelo, com o indivíduo e com a sua família".*

Esta fala vai ao encontro da ideia do seu colega, psicóloga Joana. Segundo ela:

*"Então, aqui, eu atendo pessoas que passaram por algum tipo de violência. Os direitos foram violados. Direito sexual, direito à integridade física, psicológica. Normalmente crianças, adolescentes, idosos e pessoas com algum tipo de necessidade especial, é o público que a gente atende. Atendimento prioritariamente familiar, embora possam ser feitos atendimentos individuais. Mas a ideia aqui é acompanhar a família. É um serviço focado na família. Assistência pessoal é só um acompanhamento".*

Também entrevistamos o assistente social do CREAS, mas há apenas um mês ele havia sido remanejado, de forma conflitante, e afirmava que conhecia a política da

assistência social, mas este trabalho técnico ainda não. É válido ressaltar que, segundo o documento das Orientações Técnicas, o qual pontua as principais atribuições do Técnico em Nível Superior do CREAS, não há distinção entre os profissionais de psicologia, serviço social e direito (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011). Mesmo com formações diferentes, as principais atribuições realizadas devem ser as mesmas. Também, os atendimentos devem ser realizados de forma psicossocial (psicólogo e assistente social) (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, s/d).

Assim, a partir de uma intervenção ativa, cria-se uma possibilidade de construir um conhecimento mais aprofundado sobre a demanda: seus recursos, recursos, seus vínculos, suas redes sociais de apoio, e seu contexto sócio-histórico e cultural no qual está inserida e sua relação com o mesmo (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, s/d). Esta visão também é encontrada na psicologia social, a qual visa ao estudo do indivíduo na sociedade, analisando o contexto no qual ele está inserido (RODRIGUES, 2002).

Durante a pesquisa, analisamos que o CREAS realiza um papel ativo na rede de instituições que atendem às crianças e aos adolescentes vítimas de exploração sexual. Este Centro pode encaminhar adolescentes para serem inseridos no Vira Vida e, além disso, continua o atendimento em parceria com essa instituição. Por exemplo, segundo o psicólogo do Vira Vida:

*“olha pode acompanhar a família?” ou não ta vindo aqui e a gente não consegue contato, a gente liga pro CREAS “olha o fulano do () não ta vindo faz quatro dias” a gente tenta fazer... trabalhar junto assim, tem alguns lugares que eles moram que a gente não pode entrar, então a gente liga pro CREAS “tem como alguém ir com a gente na casa do fulano?”, aí alguém desce com a gente sabe.”.*

Esse exemplo de trabalho vai ao encontro do discutido pela teoria, através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 21), o qual afirma que o CREAS deve realizar a articulação em rede com os serviços socioassistenciais de Proteção Básica e Proteção Social Especial; Serviços de políticas públicas; Sociedade civil organizada; demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; Sistema de Segurança Pública; Instituições de Ensino e Pesquisa; Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

Um ponto que nos chamou a atenção é que este CREAS é referenciado a um município de grande porte, devendo ter como capacidade de

atendimento/acompanhamento apenas 80 casos (famílias/indivíduos), e como equipe de técnicos de referência dois assistentes sociais e dois psicólogos. Porém, segundo a fala do psicólogo Fabrício: "*CREAS com a configuração técnica que nós temos aqui que é um psicólogo e dois assistentes sociais, ele deveria atender 80 indivíduos né, estar entre 80 indivíduos em atendimento, nós atendemos 600. Então é muito além daquilo que nós poderíamos então você não consegue*". Assim, os profissionais que atuam nesta instituição não conseguem de forma clara atender à sua demanda.

## **Vira a Vida**

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem...” (Guimarães Rosa)

O Programa Vira Vida foi criado em 2008 pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI/CN), em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e tem como objetivo apoiar meninos e meninas, com idade entre 16 e 21 anos, que sofreram violência sexual, sendo o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil. Em Foz do Iguaçu - PR, conta com o apoio da ITAIPU, a qual é comprometida em articular com fornecedores e empresas terceirizadas para a inclusão deste jovens. Através deste projeto, estes adolescentes têm acesso à qualificação profissional, bem como a inserção no mercado de trabalho.

Projeto ViraVida disponibiliza atendimento psicossocioeducativo voltado à promoção dos direitos fundamentais, incluindo educação continuada, atendimento psicossocial, noções de autogestão e de empreendedorismo, qualificação profissional e encaminhamento ao mundo do trabalho. O Projeto também oferece às empresas a oportunidade de contribuírem para o desenvolvimento social dos jovens brasileiros (BRASIL, 2014).

Segundo o próprio site do Vira Vida<sup>33</sup>, mais de 5,8 mil jovens foram matriculados no Projeto Vira Vida em âmbito nacional. Atualmente o Programa é desenvolvido em 18 estados, abrangendo 26 cidades. No estado do Paraná, este localiza-se nos municípios de Curitiba, Londrina e Foz do Iguaçu. Neste último município há uma instituição do Vira Vida, localizada na Vila A, este foi a única situação que deixou um pouco a desejar, visto que, este programa atende adolescentes que em sua maioria são vulneráveis e, localiza-se em um bairro classe média alta no município, não acontecendo uma territorialização do trabalho.

<sup>33</sup> Disponível em <http://www.viravida.org.br/programa> Acesso em 29 de agosto de 2015.

O Vira a Vida foi a primeira instituição que tivemos contato via internet e, posteriormente em Foz do Iguaçu- PR. Entrevistamos quatro técnicos que compõem a equipe deste município, sendo eles o psicólogo, o assistente social, o pedagogo e o técnico em empregabilidade. Desde o primeiro contato, todos se mostraram muito receptivos em nos atender, mas sempre foram muito claros que não teríamos acesso aos adolescentes, devido uma questão de ética e sigilo.

São atendidos adolescentes que foram vítimas da exploração sexual, mas durante a entrevista fomos informados que eles não estavam tendo muita demanda e, estavam com dificuldades de fechar turmas, devido a isso havia a possibilidade de também serem atendidos vítimas de abuso sexual. Com relação aos encaminhamentos para esta instituição, fomos informados que toda a rede pode realizar, CRAS, CREAS, Escolas, etc. Mas, que houve vários remanejamentos de profissionais naquelas instituições e, devido a isso, aconteceu uma diminuição nestes encaminhamentos. Segundo a assistente social Leandra, não houve nenhum encaminhamento dos CRAS este ano:

*"A gente sabe que o CREAS que seria referência né, o ano passado nós tivemos vários encaminhamento do CRAS, aqui em Foz foi o maior encaminhador esse ano a gente não tem nenhuma ficha, né. Eu entendo, eu entendo que o CREAS que é referência específica pra dessa e desse adolescente em situação de abuso/exploração mas não justifica não ter nenhum encaminhamento pra assumir, quando deveria ter encaminhamento".*

Como será explicado posteriormente, durante o período em que a pesquisa foi realizada, houve um grande número de remanejamento de profissionais na Secretaria da Assistência Social, o que acarretou várias dificuldades, principalmente em relação a rede, visto que, teve-se que iniciar um novo processo de vinculação e explicação sobre o que os trabalhos desenvolvidos pelas instituições. Como complementa Leandra: "*Porque tem profissional que não conhecia o Vira a Vida. Então tem que começar de novo.*".

Além destes empecilhos, desde o primeiro contato com o Vira Vida, ficamos encantados com o projeto. Primeiramente que este adolescente tem um auxílio de R\$ 500,00 como incentivo para sair da situação de exploração sexual e continuar no projeto. Além disso, a equipe busca o empoderamento destes adolescentes, um apoio psicossocial e, principalmente a inserção no mercado de trabalho.

Segundo a Assistente Social Leandra:

*Quando a gente vê esse adolescente, que chegou aqui é... a própria aparência física né, que você vê a cara que chega né, no olhar cansado, na*

*feição e quando ele sai, quando ele tá no mercado de trabalho, que ele tá... tem sonhos, ele tem metas, ele tá conseguindo completar aquilo que ele falou desde o começo "eu queria um emprego" né, então "quero uma faculdade, quero uma", então a gente tem um aluno que tá fazendo hotelaria e tá na UNIOESTE, não é a faculdade particular, então... meu Deus cara, mérito dela, é mérito dela, poxa, ela estudou, ela tá fazendo uma faculdade pública, então a gente, a gente reconhece né, são casos que a gente vê, a gente conseguiu fazer diferença na vida desses meninos né, a gente fez a diferença e eles, eles são mediadores agora, porque agora eles fazem, os pais, a família, percebem isso.*

Em relação ao trabalho desenvolvido pela profissional de serviço social, Leandra comenta que sempre busca-se garantir todos os direitos desse adolescente. Segundo ele "é a garantia dos direitos mesmo, através de encaminhamento, de... de tudo que eles tem direito assim, saúde, é, é habitação (...)". Assim, conforme o próprio livro intitulado "Vira Vida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil", aponta que este trabalho, visa ir além do acompanhamento clínico, do aconselhamento, tendo como horizontes a participação dos adolescentes e as expressões subjetivas que emergem e se refazem nesse campo ampliado de relação e da formulação de expectativas e projeções de vida (SESI, 2010).

Em relação ao seu trabalho, o pedagogo Beatriz nos afirmou que:

*"A minha função, segundo eles, é mais... cobrada, é tendo em vista que a gente cobra deles é...rendimento em sala de aula, comportamento no Vira a Vida, é os cursos tanto do SENAI quanto do SESI são apertadas, então meu contato é com os professores e com eles, então eu cobro frequência, nota, disciplina, comportamento com o professor, com os alunos, não que a equipe não cobre, a equipe num todo a gente trabalha juntos né, então todas cobram isso, todas apoiam nesse sentido então, mas algumas questões ficam mais focadas... pra questão do pedagogo mesmo."*

E o técnico em empregabilidade, Claudio, afirmou que desenvolve o trabalho:

*Eles ficam o primeiro ano no projeto, passando pelo atendimento psicossocial e passando é...é quinzenalmente comigo em oficinas de empregabilidade em que a gente vai construindo o valor do trabalho, perfil profissional, pra quando ele chegar ao término desse primeiro ano ele possa ser encaminhado pro mercado de trabalho e quem faz esse trabalho então, essa ponte entre o mercado e o jovem sou eu, esse é meu papel.*

A partir dessas falas, podemos analisar que o Vira Vida realiza um trabalho integral com esses adolescentes, trabalhando uma auto-estima o empoderamento, analisando e buscando a concretização do direitos desses jovens e adolescentes, acompanhando o rendimento escolar e, encaminhando para o mercado de trabalho. Realmente, quando o jovem ingressa nessa instituição ele terá todo o apoio técnico para Virar a Vida. Ao analisar esta instituição, consideramos que ela é a mais completa



neste município, tanto em relação aos recursos humanos, quanto no seu espaço físico, contando com várias salas amplas e bem estruturadas.

### **ONG Aldeias Infantis SOS Vida**

Como forma de acolhimento, tivemos contato com a ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, que atua em Foz do Iguaçu- PR desde 2011, em forma de acolhimento institucional das crianças em casas-lares. Segundo o site da Rede Proteger, por solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu - PR, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos indicou o nome de Aldeias Infantis SOS Brasil para assumir parte do serviço de acolhimento institucional no município, iniciando o diálogo para o conveniamento de um Programa Aldeias Infantis SOS Brasil para atender as demandas de acolhimento institucional na modalidade de casas lares da cidade. Hoje há 7 casas lares atendendo até 63 crianças e adolescentes ao todo. Vale ressaltar que essa instituição está presente em apenas dois municípios no estado do Paraná, Foz do Iguaçu e Goioerê. Assim, na instituição, cada núcleo familiar é composto por até nove crianças, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos, que ficam sob o cuidado de uma mãe social (cuidadora residente), estes têm suas próprias características, ritmo e rotina. No núcleo familiar estimula-se a convivência na comunidade, compartilhando responsabilidades, trabalhando conflitos e limites da vida cotidiana, na perspectiva de um desenvolvimento integral (ALDEIAS INFANTIS<sup>34</sup>, 2011).

O nosso contato com esta instituição ocorreu em vários momentos; foi uma equipe que desde o início demonstrou-se solícita com a pesquisa e disponíveis em nos ajudar. Tentamos um contato com os adolescentes por meio de um grupo com os adolescentes, isso foi planejado, visto que havia uma travesti de 17 anos que estava abrigada em uma das casas; havia sido explorada sexualmente e estava em um processo de adoção. Este foi um caso que nos chamou a atenção, pela história de vida dessa adolescente e pelo processo de adoção, mesmo sendo mais velha. Mas a adolescente não aceitou participar dos nossos grupos, não dando continuidade a essa

---

<sup>34</sup><http://www.aldeiasinfantis.org.br/>

parte da pesquisa<sup>35</sup>. Além do contato com os adolescentes, também entrevistamos o psicólogo, o assistente social e uma mãe social, esta que trabalha no núcleo familiar em que esta adolescente estava abrigada.

Em relação à história dessa adolescente, a psicóloga conta:

*"a gente trabalha com um caso de exploração que é que ela já vem com esse histórico dos 12 anos de idade de já ter casado com um senhor mais velho ter vindo pro acolhimento por conta que estava na rua fazendo programa, então ela vem pro acolhimento (...) hoje ela se assumiu como uma mulher, troco nome, se veste como uma mulher tem cabelo comprido então, o primeiro passo e trabalhar essa identidade dela, por que na instituição onde ela tava não permitiam que ela fosse mulher então ela tinha roupas as roupas que ela tinha eram roupas de mulheres que ela fazia programa então roupas bem ousadas bem curtas e na instituição ela tinha que se vestir como um homem ser chamada como um homem então esse foi o primeiro trabalho assim que foi feito se era realmente isso que ela queria por que dessa decisão e como é não tinha o que ser discutido ela se enxergava como mulher tinha os trejeitos de uma mulher se aceita desse jeito, aí cabe a gente nunca reprimir em nenhum momento. Hoje se veste como mulher normal a gente chama ela pelo nome que ela escolheu esse foi o primeiro trabalho e aí a gente começo a investir em coisas que ela gostasse de fazer, buscar até mesmo a sua própria autovalorização".*

É destacável o trabalho realizado por essa equipe, respeitando a orientação sexual da adolescente e buscando estratégias para sua valorização e auto-estima. Fomos informados de que a mesma estava fazendo aula de dança, oportunidade para trabalhar com o corpo e discutir sobre este. Além disso, o que nos chamou a atenção foi o processo de adoção, como já mencionado. Os profissionais comentaram que já estavam realizando um processo de independência com essa adolescente, visto que, ao atingir a maioridade, ela deveria ser desabrigada. Mas a mesma tinha um contato com uma cabeleireira, a qual agora está em processo de adoção.

Acerca deste tema, vemos surgir um movimento contemporâneo que Costa e Rossetti-Ferreira (2007) denominam *cultura de adoção*, em que se pode perceber uma mudança significativa na configuração deste processo, pois o que há nos dias atuais é uma busca por *"famílias para as crianças e não crianças para as famílias"* (p. 425). Tal movimento nos faz refletir sobre os princípios dessa temática e considerando que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo nº 277 baseado na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: *"Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a*

---

<sup>35</sup> Importante ressaltar o respeito da Equipe do Aldeias Infantis, que em nenhum momento quis expor a adolescente, sempre mantendo em sigilo sua identidade e imagem.

*convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (ECA, 1990, Art. 19).*

A adoção é um dos principais direitos de crianças que por algum motivo não puderam permanecer em seus lares de origem. Sendo assim, a justiça volta seu olhar para a criança ou adolescente, o qual terá o direito de permanecer em convivência familiar. Portanto, sabe-se que a adoção vem a ser o ato jurídico pelo qual, após observados os requisitos legais, um vínculo de filiação. Neste, se dá origem a uma relação jurídica de parentesco civil, entre adotante e adotado. Tal posição de filho será constituída de maneira definitiva e irrevogável, para todos os efeitos legais, uma vez que a criança ou adolescente é desligado totalmente de qualquer vínculo com os pais biológicos.

### **Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes**

No período de 2009 a 2010 foi desenvolvido, na região da Tríplice Fronteira, o Programa Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no MERCOSUL – PAIR MERCOSUL. Para o êxito desse programa, foram efetuadas ações articuladas entre Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Rede Proteger, Itaipu Binacional e UNIOESTE. A metodologia executada através do programa possibilitou um fortalecimento da Rede local na sua capacidade de entendimento da importância de construirmos estratégias articuladas e intersetoriais para fazer frente a situações de violência Sexual (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2013).

Diante desse contexto favorável, tivemos ao longo da execução do PAIR MERCOSUL uma gama de atividades: seminários, encontros, capacitação da rede local, capacitação da rede trinacional e duas oficinas especificamente para a construção do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência sexual contra crianças e adolescentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2013). O último passo em direção à resolutividade ou amenização da problemática da exploração sexual infanto-juvenil ocorreu em 2013. Em julho deste, com a participação de

algumas organizações<sup>36</sup> detalhadas anteriormente, foram realizadas, nos dias 27 e 28 de julho, oficinas que resultaram na primeira versão do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Este Plano foi aprovado em outubro de 2013 e entrou em vigência em 2014 (MARISTA, 2014).

Este Plano está dividido em seis eixos, sendo estes: Prevenção, Atenção, Defesa e Responsabilização, Comunicação e Mobilização Social, Participação e Protagonismo, Estudos e Pesquisas. O primeiro, nomeado como Prevenção, visa a considerar o envolvimento das diferentes mídias em campanhas de mobilização e prevenção da violência sexual, a qualificação das campanhas de prevenção, o fortalecimento da rede familiar e comunitária e a inserção das escolas em ações de prevenção. O segundo eixo, Atenção, visa ao atendimento dos casos de violência sexual no município, evidenciando a eficácia e resolutividade, além disso, destaca-se a padronização nos procedimentos e no fluxo de atendimento. Intitulado Defesa e Responsabilização, o terceiro eixo considera os dados sobre as ocorrências de notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, investigações e a proporção com a responsabilização. Outro aspecto importante a ser observado é a obtenção de dados de desenvolvimento e utilização de novas metodologias de responsabilização que reconheçam a importância da proteção das vítimas. O quarto eixo, nomeado Comunicação e Mobilização Social, possibilita avaliação da qualidade e o potencial da mobilização e realização de ações de enfrentamento, envolvendo todos os atores que têm incidência sobre o tema, a representatividade e pertinência da participação das instituições envolvidas e o grau de comprometimento com as demandas pactuadas. O Participação e Protagonismo, quinto eixo, visa à participação de um número mínimo de crianças e adolescentes envolvidas nas discussões e que estas sejam qualificadas para assegurar a efetiva participação destes. Por fim, o eixo Estudos e Pesquisas objetiva a realização de estudos e pesquisas qualitativas e quantitativas, da situação da violência sexual nesses locais, e organizar sistemas articulados de informações sobre a situação da violência sexual e as possibilidades e cenários futuros (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2013).

### **4.3 Integralidade da Rede e o Fluxo de Atendimento**

---

<sup>36</sup> Rede Proteger, ITAIPU, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

O que seria essa integralidade da Rede? Durante a pesquisa fomos aos poucos conhecendo os profissionais que compõem essa rede de atendimento e entendendo as suas funções. Primeiro, temos que explicar o que entendemos como conceito de rede. Segundo a Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal (2008, p. 52),

[...] rede é uma trama que une pontos (pessoas/instituições) permitindo sustentação. Também são estruturas abertas que podem se expandir, formar novos nós, abrir novas possibilidades de comunicação e articulação entre as pessoas e as instituições que delas fazem parte, promovendo ações conjuntas que envolvem trocas de informação técnica sobre a violência e formando vínculos e conhecimento das ações de cada serviço da comunidade. A idéia de rede remete aos sentimentos de apoio, suporte e solidariedade necessários para não só compreender, mas também atuar no enfrentamento da violência.

Em relação ao fenômeno da Exploração Sexual Infantojuvenil, encontramos uma rede que deve ser interdisciplinar e intersetorial. O enfrentamento da violência sexual deve contar com a integralidade das políticas de segurança pública, saúde e assistência social. Entretanto, é importante que os demais setores, como os da habitação, educação, transporte, turismo, cultura e lazer, também se envolvam neste processo (REDE MARISTA, 2014). É necessário mudar a visão das instituições como sendo órgãos independente e hierárquicas, favorecendo o compartilhamento de responsabilidades, por meio de objetivos, compromissos comuns (SANTOS, 2007).

Cada instituição tem importância no enfrentamento da violência, seja como atendimento, proteção, prevenção, responsabilização do agressor e discussão de alternativas e união de esforços para enfrentar a violência. Assim, faz-se necessário unir as ações entre os órgãos/instituições, pois, quando surgir um caso, estes já têm o contato da pessoa/ instituição, para o atendimento específico, assim como, em contrapartida, a instituição também será acionada considerando a importância da atuação de todos nesta problemática (SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, 2008).

Porém, ao longo da nossa entrevista, percebemos ações quase sempre buscando uma bilateralidade, punir o culpado e atender a vítima. Porém, estas ações ainda são realizadas de forma isolada, não havendo uma conversa entre os profissionais. Esta situação vai ao encontro do exposto por Santo (s/d, p.5). Segundo a autora, "[...] por falta de integração e comunicação e coordenação, esses eixos se dirigem unilateralmente, seguindo rumos distintos e provocando a revitimização, bem como o colapso dos profissionais e das instituições que são convocadas a atuar em tais situações".

Foz do Iguaçu é formada por uma rede que integra diversas instituições; algumas foram mais detalhadas anteriormente. Destacamos novamente o trabalho da Rede Proteger, a qual realiza reuniões mensalmente, objetivando a discussão de ações e problemáticas, visando à solução para os problemas e demandas apontados pelos próprios profissionais.

Mas quando questionamos sobre a atual situação da Rede<sup>37</sup>, no município foco da pesquisa, tivemos diversas respostas, entre elas destacam-se:

*" Olha... a rede, eu acho que a gente tá num processo de fortalecimento dessa rede, existem algumas falhas"*

*" Acho que tá fora de foco mesmo." FABI*

*"alguma coisa assim eu pelo menos não conheço na região é lugares onde a rede seja tão forte assim" (Funcionário ITAIPU)*

Estas falas podem explicitar um pouco da situação com que nos deparamos no município de Foz do Iguaçu- PR. Por um lado, nota-se a figura da ITAIPU, envolvida nos trabalhos de campanhas e nas reuniões da Rede Proteger, mas não conhecendo o contexto e a realidade vivida pelos profissionais. E, por outro, percebemos a rede um pouco confusa sobre a temática da exploração sexual infanto-juvenil. Podemos apontar três problemáticas principais: a dificuldade em entender o fenômeno da exploração sexual, a falta de um protocolo e um fluxograma de atendimento.

Em relação à ITAIPU, percebemos um grande incentivo na questão de publicidade, prevenção e financeiro. Durante a entrevista com os profissionais, tivemos conhecimento sobre vários projetos que são desenvolvidos, como Trilha Jovem, Projeto Meninos do Lago, a Campanha Trinacional de Combate a Violência Sexual, a qual tem como representante a Xuxa, campanhas no 18 de maio, com adesivos, que financiou as ações do PAIR Mercosul, por meio da contratação de palestrantes, e apoio financeiro<sup>38</sup> a UNIOESTE e UNILA.

Como o próprio Funcionário 1 ITAIPU explica as ações: *"a gente busca apoiar sabe da aquele empurrão, ai puxa falta uma coisinha a Itaipu ela não faz, ela nem um tem essa característica de ir lá e fazer as coisas mas, a gente sempre busca parceiros*

---

<sup>37</sup> Vale ressaltar que não tivemos contatos com profissionais da Secretaria de Educação e Saúde, o trabalho acabou focando-se na Secretaria da Assistência Social.

<sup>38</sup> Vale lembrar que essa pesquisa teve apoio da própria ITAIPU, por meio de bolsas de mestrado e pagamento das despesas.

*pra incentivar e fortalecer essas políticas públicas*". Podemos perceber que a ITAIPU é uma empresa atuante no município de Foz do Iguaçu - PR, mas como o próprio funcionário apontou, esta não realiza as ações, buscando profissionais para que possa ser feito.

Com a nossa pesquisa, analisamos que essa estatal tem um grande poder no município e região da tríplice fronteira, tendo várias vezes realizado o papel que deveria ser do poder executivo, como a organização da Rede Proteger. Entretanto, analisamos esta empresa ainda um pouco distante da realidade, talvez pelo fato de os profissionais que nos receberam não serem técnicos atuantes, mas trabalham na parte administrativa. Quando o funcionário comenta: *"alguma coisa assim eu pelo menos não conheço na região é lugares onde a rede seja tão forte assim"* e complementa posteriormente *"negocio num qual que é a minha visão disso a rede em si até funciona legal o problema é que as entidades não funcionam entendeu"*. Nota-se que a culpabilização ocorre para as entidades do poder público. E, realmente, as entidades não estavam funcionando de acordo, o que se justifica por inúmeros fatores, conforme discutimos posteriormente no tópico Dificuldades e Problemáticas Encontradas.

Percebemos uma grande empresa como a ITAIPU preocupando-se em realizar suas ações sociais, mas ainda um pouco desfocada em como agir. A prevenção é necessária, sim, mas há alguns problemas gritantes que poderiam ser melhor discutidos e resolvidos através da Rede Proteger e Poder Executivo. Deste modo, o que analisamos vai ao encontro do exposto pelo relatório do PAIR Mercosul (2010), segundo o qual as ações são financiadas pela ITAIPU e por outros organismos internacionais, mas são financiamentos externos, e ocorrem por um período determinado, apresentando resultados satisfatórios, mas não são incorporados enquanto Política Pública Municipal, o que causa interrupção de ações, fato que acarretou um enfraquecimento da Rede na sua capacidade de fazer frente ao fenômeno da Violência Sexual, de forma contínua e planejada.

Por outro lado, temos a visão dos profissionais que fazem parte dessa Rede, a qual segundo os mesmos, ainda é muito falha. Durante a nossa pesquisa, percebemos o quanto falha é a Rede de atendimento de Foz do Iguaçu - PR. Anteriormente foi exposto o caso de duas irmãs que estavam sendo exploradas sexualmente e haviam sido abrigadas. Quando nós tivemos conhecimento do caso, elas não estavam mais morando no abrigo, mas, sim, com a mãe, e havia a suspeita de que o padrasto, que era o explorador, estava residindo novamente no domicílio. Com isso, o Conselheiro

Tutelar nos levou para conversar com a equipe técnica daquele abrigo, os quais nos informaram que após o abrigamento não tiveram mais notícias sobre as irmãs. E, isso, não condiz com as orientações técnicas de acolhimento, que prevê que a equipe técnica continue o acompanhamento de seis meses a um ano o adolescente e a família após o abrigamento.

Com isso, percebemos que o Município conta com uma gama de serviços variados na área da infância e adolescência; entretanto, a comunicação entre esses serviços é bastante falha ou poderíamos dizer até mesmo inexistente, o que compromete a atuação em rede e inviabiliza uma ação eficaz para o enfrentamento da violência sexual contra as crianças e adolescentes de Foz do Iguaçu.

O município deveria desenvolver ações para integração da rede. Para isso, é necessário o reconhecimento mútuo da missão e respeito ao trabalho de cada componente da rede, a conquista de legitimidade, respeito ao ritmo e ao tempo histórico das instituições e da rede, instrumentos que possam facilitar as conexões, como reuniões, encontros, contatos periódicos, fluxos e protocolos pactuados (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2011).

Averiguamos a necessidade de que os profissionais desenvolvam alguns protocolos para os atendimentos, entre eles destaca-se o instrumento Referência e Contrarreferência (APÊNDICE C). Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (s/d), a referência pode ser caracterizada como o trânsito do nível menor para o de maior complexidade, ou o encaminhamento a qualquer serviço socioassistencial, ou para outra política setorial no seu território de abrangência. E, a contrarreferência, ao inverso, consiste no trânsito do nível de maior para o de menor complexidade.

Assim, estes podem ser entendidos como o encaminhamento de um usuário a uma instituição e, esta, deve responder (*feedback*) à instituição que encaminhou. A partir da elaboração e aplicação destes instrumentos, uma questão poderia ser amenizada no município de Foz do Iguaçu – PR: os encaminhamentos sem respostas, algo que percebemos como constante nas falas dos profissionais. Segundo eles, muitos casos são encaminhados e não há respostas.

#### **4.3.1. Fluxograma**

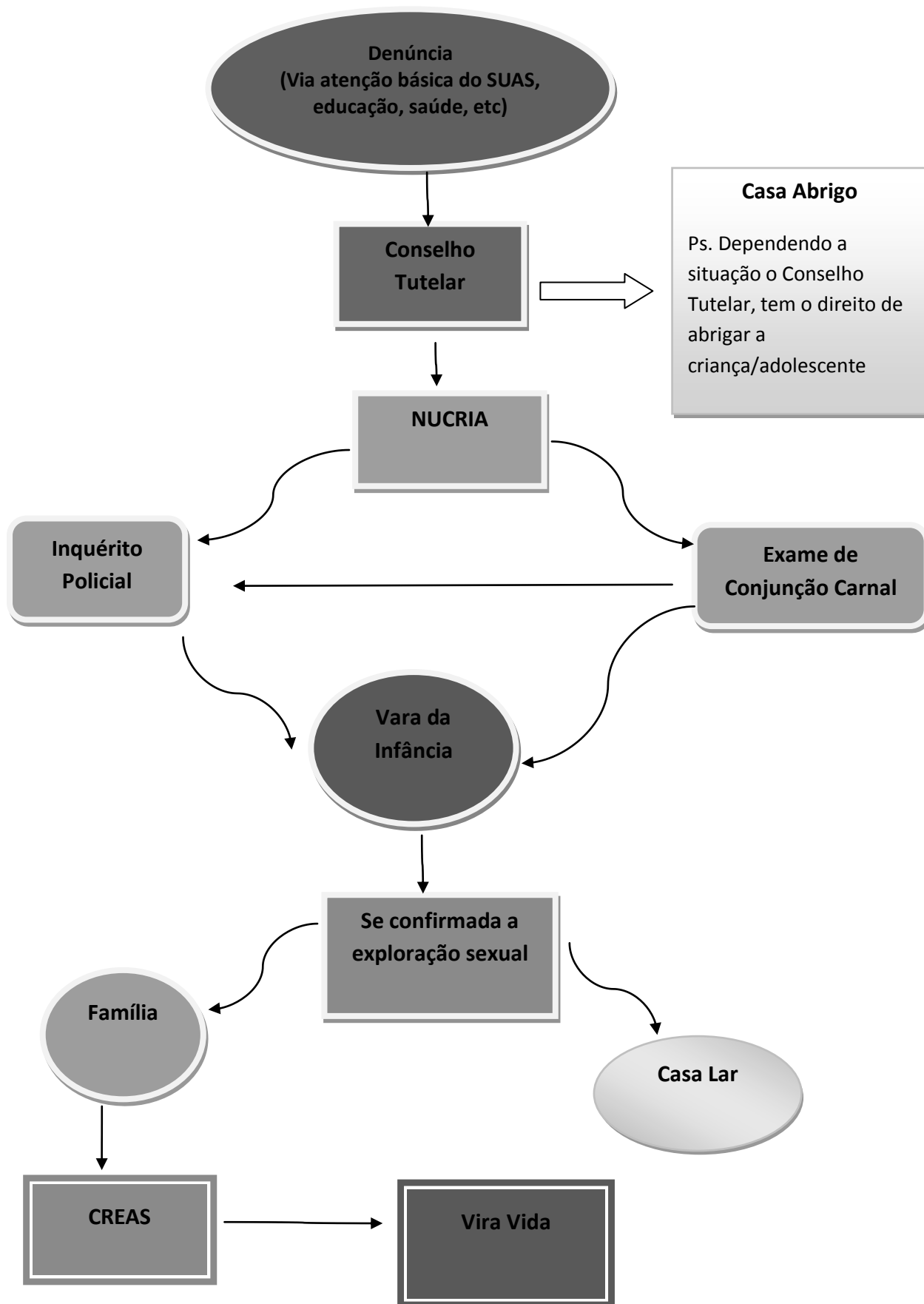


Outro instrumento que percebemos como inexistente no município de Foz do Iguaçu –PR é o fluxograma de encaminhamentos/atendimentos da criança e adolescente vítimas de exploração sexual. Entende-se como fluxograma um diagrama que tem como finalidade representar fluxos de materiais e operações, apresentado de forma essencialmente dinâmica, para que seja fácil a sua compreensão (FARIA, s/d).

Ao analisar as 20 entrevistas com os profissionais, em nenhum momento foi citado o conceito de fluxograma. Com isso, identificamos uma grande dificuldade dos profissionais ao realizar encaminhamentos corretos. Vale ressaltar que apenas a criação deste instrumento, não seria necessário para ocupar as lacunas existentes nos encaminhamentos de Foz do Iguaçu - PR. Também é tanto quanto necessário que haja pessoas capacitadas para perceber quais os encaminhamento correto a serem realizados, quais as instituições que atendem neste município e as suas demandas.

Desta forma, através de um fluxograma, vamos demonstrar como a rede em Foz do Iguaçu - PR está realizando os seus encaminhamentos. Posteriormente, mostraremos como deveria ocorrer de forma correta este fluxograma.

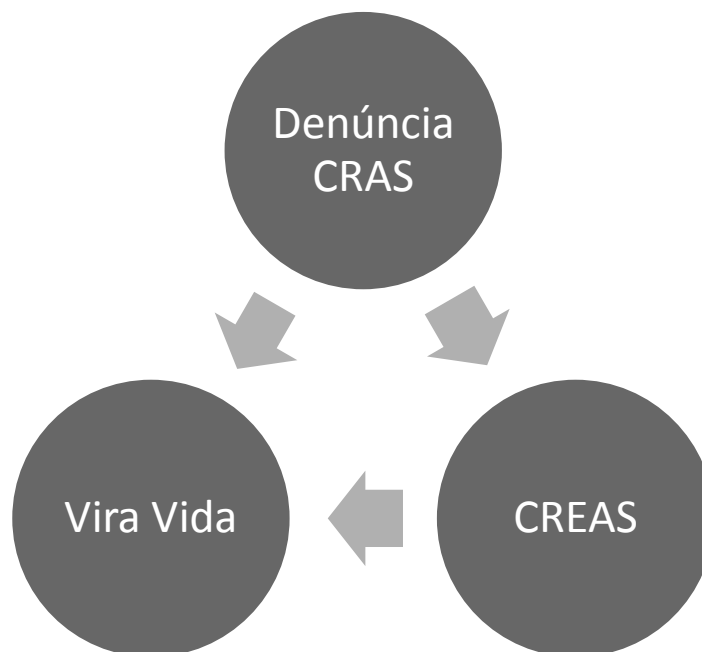
Figura 6: Fluxograma - Fluxograma de denúncias obtido através das entrevistas



Fonte: elaborado pela própria autora

Através das entrevistas, analisamos uma segunda entrada das denúncias, realizadas através do CRAS.

Figura 7: Fluxograma 4- Fluxograma de denúncias obtido através das entrevistas



Fonte: elaborado pela própria autora

Com este fluxograma percebemos que há duas entradas principais para que as denúncias cheguem à Assistência Social, através do CRAS e do Conselho Tutelar. Este último irá encaminhar para o NUCRIA, para que seja aberto o processo de investigação e exame de corpo delicto. Segundo a fala do Conselheiro Tutelar Rui,

*"no primeiro momento, se a gente tem, é, a gente faz a denúncia no, no NUCRIA. Na delegacia, é aberto inquérito policial, no primeiro momento. Depois são feitos os exames, de conjunção carnal ou lesão corporal e depois aí a, a situação se é um, um, abuso intrafamiliar, aí é procurado alguém da família, um substituto há uma família extensa que possa receber, não tendo daí vai pro abrigo, se for pro abrigo aí já tem a equipe técnica que acompanha no próprio abrigo. Se ficar na família, ou em outra família aí a gente encaminha pro CREAS, depois pra psicóloga do CREAS."*

Esta é a forma mais correta de ocorrer o fluxograma: a denúncia chegar ao Conselho Tutelar, depois ao NUCRIA, Poder Judiciário e, quando for constatado que o direito daquela criança ou adolescente foi violado, deve ser encaminhado ao CREAS.

Um ponto que identificamos falho é o CRAS encaminhar o caso diretamente para o CREAS, sem comunicá-lo ao Conselho Tutelar e ao NUCRIA. A estes últimos

órgãos cabe o poder de averiguar se a criança ou adolescente está com o seu direito violado. Como afirma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (s/d):

"Também não é atribuição do PAEFI<sup>39</sup> realizar a escuta para subsidiar processos investigativos e/ou decisões de caráter judicial para responsabilização de autores de violação de direitos. Sendo assim, não cabe à equipe de referência do PAEFI realizar investigação para apresentar relatórios, pareceres, estudos sociais com conteúdo inquiratório ou de responsabilização ao órgão e/ou instituição solicitante".

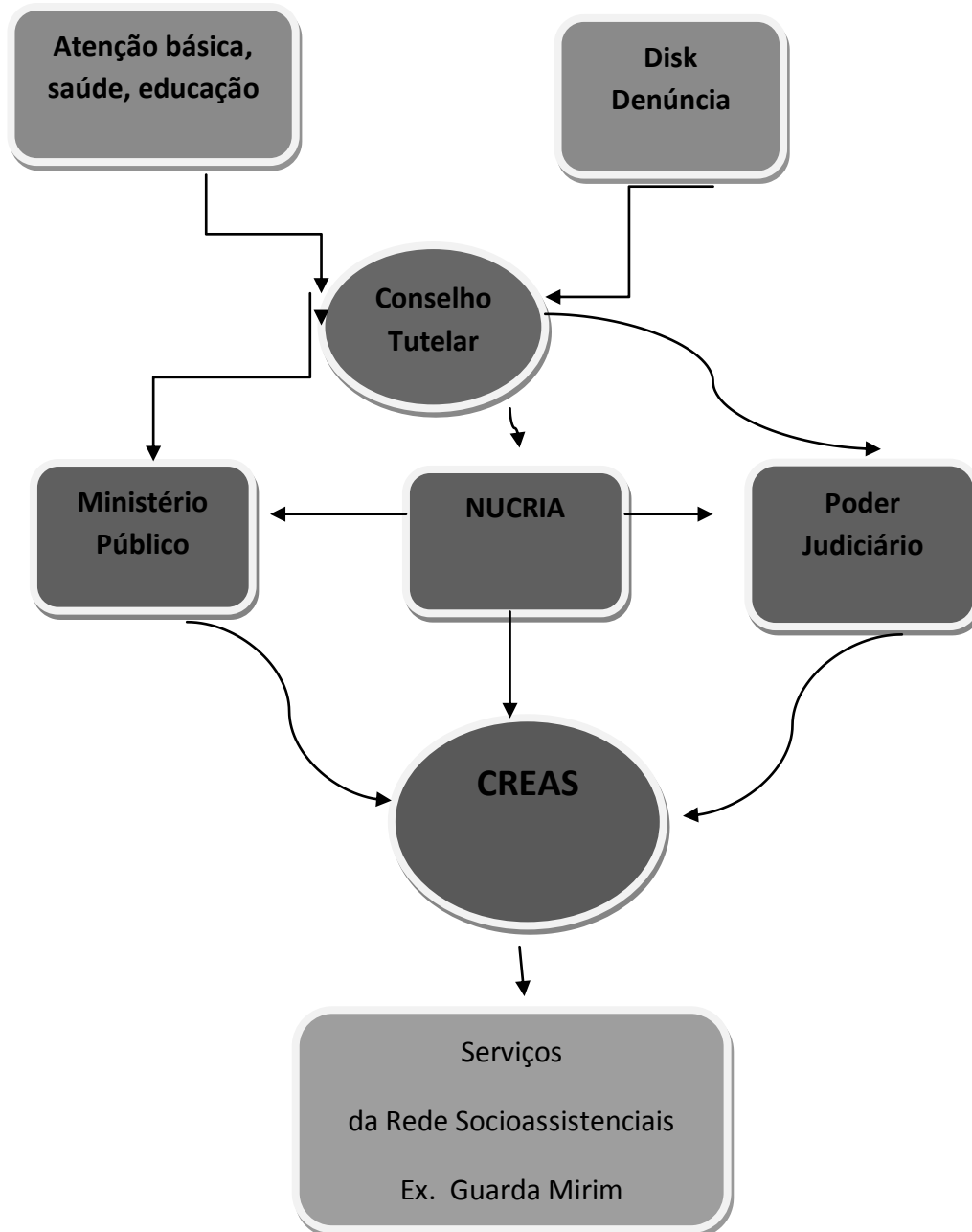
Portanto, não compete à equipe do CREAS ocupar lacunas provenientes da ausência de atendimentos que devem ser ofertados na rede pelas outras políticas públicas e/ou órgãos de defesa de direito (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011). A equipe do CRAS deve encaminhar então as situações de suspeita e/ou confirmação de exploração sexual infanto-juvenil para o Conselho Tutelar, para que este órgão proceda da maneira correta. Posteriormente, quando for constatada a violação de direito, as famílias serão encaminhadas ao CREAS, que, via serviços do PAEFI, irão atender essas famílias, buscando a superação da violação. Deve o CREAS trabalhar articuladamente com os órgãos da justiça, realizando um trabalho de escuta e acolhimento das famílias. Este, sustentado na ética de resguardo do usuário, no sigilo e na preservação do vínculo. Ressaltamos a importância de construção de estratégias junto à própria família, a qual é parte central dessa rede de proteção.

A seguir será demonstrado o fluxograma criado, embasado em alguns documentos como o ECA:

---

<sup>39</sup>PAEFI configura-se como serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e as submetem a situações de risco pessoal e social (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2011)

Figura 8: Fluxograma 5- Fluxogramas Ideal das Denúncias - município de Foz do Iguaçu - PR



Fonte: Elaborada pela própria autora

Ou seja, a demanda sobre a exploração sexual infanto-juvenil deve ter entrada na rede através da Atenção básica (CRAS, Serviços de Convivência), saúde, educação, Disk Denúncia (ou qualquer outra instituição da rede) e ser encaminhada primeiramente ao Conselho Tutelar, conforme explica o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no seu Art. 13. "Os casos de suspeita ou confirmação de maus-

tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais."

Posteriormente, o Conselho Tutelar deve comunicar os órgãos competentes, NUCRIA, Ministério Público e, caso haja necessidade, o Poder Judiciário. Conforme for comprovada a violação de direito, essa criança/adolescente e seus familiares deverão ser inseridos no CREAS e nos programas da Assistência Social de Foz do Iguaçu, como é o caso da guarda mirim.

É claro que este é apenas um modelo de fluxograma que foi elaborado baseado na demanda encontrada durante a realização desta pesquisa. Mas se formos analisar através do conceito de rizoma, exposto por Deleuze e Guatarri (1991), iremos visualizar que estes encaminhamentos realizados pela rede do município de Foz do Iguaçu- PR é muito complexa e que a mesma deve ser aberta, ou seja, com várias entradas e podendo também ter várias saídas.

#### **4.4 Dificuldades e Problemáticas Observadas**

Quando questionado sobre fato de o município de Foz do Iguaçu- PR estar preparado para trabalhar com a exploração sexual infanto-juvenil, a psicóloga Carla afirmou:

*"Eu acredito que não, sabe. A gente tá iniciando agora que eu vejo assim, tá mais focado nisso, mas muita coisa tem que ser feita de orientação, informação, capacitação, constante em todos os sentidos, esse é um aspecto também, mas eu acho que tem que ser muito trabalhado, muito... mais falado sobre esse assunto né, que fica meio um tabu né, essas questões".*

Compartilhamos com essa visão de que o município no período em que realizamos a pesquisa não estava preparado para trabalhar com este fenômeno da exploração sexual. Algumas problemáticas já foram apontadas anteriormente, como a dificuldade em distinguir o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes e a inexistência de instrumentos, como a referência, a contrarreferência e o fluxo de atendimento. Além destes, percebemos três aspectos que dificultavam ainda mais o trabalho que deveria ser desenvolvido com essas vítimas e suas famílias, os quais são: número reduzido de funcionários, rotatividade de funcionários e estrutura física.

Foz do Iguaçu é classificada como um município de médio a grande porte, com 5.000 famílias referenciadas, segundo a Norma Operacional Básica de Recursos

Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS os seus CRAS deveriam contar com 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõem o SUAS e, 4 técnicos de nível médio. Quando entramos em contato com o Assistente Social de um dos CRAS, este nos informou:

*"a equipe praticamente não existe hoje que no CRAS, seria pelo menos a equipe técnica com dois assistentes sociais e uma psicóloga, e eu sou só a assistente social, não tem uma assistente social não tem psicóloga não tem outra assistente social a gente ta praticamente sem educador, uma educadora e a outra está de férias então são duas educadoras me parece que deveriam ter 4 ou 5 no mínimo"*

Tivemos relatos como este que apontavam equipe mínima em vários locais. O relato de Helena, psicóloga de uma casa abrigo nos chama a atenção; segundo ele:

*"Eu vejo que assim, o município como um todo teria que se... é, se adequar, tanto o CRAS que é equipe reduzida pra Foz do Iguaçu, sabe. Então já a demanda do CRAS, aí o CRAS não da conta, aí manda no CREAS, aí o CREAS tem que fazer um trabalho profundo mesmo e aí sim o Conselho Tutelar sabe, então já tem que ter um embasamento, um estudo das famílias que estão em risco, que tem os problemas pra que aí em última instância mesmo venha pro acolhimento".*

E a nossa observação vai ao encontro da fala desses profissionais: o poder executivo deveria dar maior atenção a Política da Assistência Social, porque os profissionais estão tentando dar conta de uma demanda utópica.

Além da falta de profissionais percebemos que no ano de 2013, houve um remanejamento de vários profissionais que estavam atuando na área da Assistência Social. Segundo observações e as falas dos profissionais, isso ocorreu sem um estudo com os técnicos, sem uma escuta para compreender se todas estas modificações seriam benéficas para o serviço. Assim, percebemos vários profissionais desmotivados, que gostavam do seu antigo local de trabalho e alguns até mesmo ainda desorientados com o serviço que deveriam desempenhar. Segundo a Assistente social Martina, *"com a implantação do CRAS eu fui para o CRAS, 2008, onde eu fiquei até o mês passado, onde de uma forma conflitante nós fomos transferidas e eu to no CRAS, no CREAS, há somente um mês, então tenho pouquíssima experiência desse trabalho"*. E, ele ainda complementa afirmando sobre o remanejamento:

*"Porque foi feita de uma forma aleatória, todos os técnicos foram mudados, né, de lugar e de trabalho sem ser consultado, e foi feito assim, numa sexta-feira foi avisado e numa segunda-feira tinha que se apresentar"*

*no outro lugar de trabalho, então nesse período que estou aqui, que vai fazer um mês já, então eu tive que passar por uma base de estudos, uma série de coisas for ao conflito interior, da forma como foi feito".*

No decorrer da pesquisa, não tivemos contato com nenhum membro da Secretaria de Assistência Social. Tentamos marcar um horário com a atual secretária, mas isso não foi possível. Até mesmo para conseguirmos a carta de anuência tivemos contato com cinco funcionários diferentes. O que ficou responsável por conseguir a assinatura da secretaria para a nossa carta, não foi o mesmo que nos entregou posteriormente, devido ao período de férias.

Mas pessoas que tiveram seus direitos violados, como no caso de crianças e adolescentes, precisam de uma vinculação, para que não haja novamente o processo de revitimização, ou seja, ter que contar o que ocorreu para mais um profissional. Assim, a questão mais relevante nessa perspectiva é a formação de vínculos, a possibilidade de interagir com o sujeito, acessar a sua subjetividade, estabelecer relação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009). Vale ressaltar que o público que frequenta estas instituições já está com as suas relações fragilizadas, muitos não conseguem mais confiar no profissional que está atendendo, visto que já tiveram seus direitos violados inúmeras vezes. Assim, se um profissional conseguiu estabelecer uma relação com aquele usuário e ocorre o remanejamento de funcionário todo um processo em construção é perdido; mesmo que o antigo funcionário deixe relatórios, há a probabilidade de aquele usuário não interagir com o novo técnico.

Podemos exemplificar essas situações através da fala do psicólogo Helena, segundo ele:

*"Essa menina fugiu do acolhimento. A gente teve a saída de uma mãe social aqui e ela gostava muito dessa mãe social. Essa é uma dificuldade que a gente tem também, porque um a mãe social fica aqui em média seis meses, um ano, cria um vínculo com quem tá aqui aí depois sai, essas saídas são constantes e depois da saída dessa mãe ela fugiu"*

Outra problemática que encontramos em relação às instituições públicas do município de Foz do Iguaçu - PR são as condições físicas dos estabelecimentos. Já foi apontada anteriormente a situação do Conselho Tutelar, sem acessibilidade, bebedouros, salas em que possam ser realizados atendimentos de forma sigilosa, entre outros. Percebemos que em outras instituições esse problema também acontece. No CREAS com que tivemos contato não havia uma sala grande para realizar os



atendimentos individuais, e também não observamos um ambiente propício para a realização de grupos.

#### **4.5 Formação e Capacitação dos Profissionais da Rede Socioassistencial do município de Foz do Iguaçu- PR**

Nas entrevistas com os profissionais, questionamos se nas suas formações eles tiveram algum conteúdo relacionado a exploração sexual infanto-juvenil e, para a nossa pasmo todos tiveram a mesma resposta: não tiveram nenhuma informação durante a graduação.

Segundo a Assistente Social Zulmira:

*Que eu lembre não já sou formada a 14, 15 anos (incompreensível) não que eu me lembre preparação pra isso não, a gente tem uma preparação muito generalista né a gente entra nas áreas e você vai se capacitando pra isso né, é a gente tem a relação geral das políticas e tal e depois que tem que se capacita pra cada, pra cada uma delas então na faculdade especific/ específico eu não me lembro acredito que se teve foi alguma coisa assim durante uma aula mas num.*

E a pedagoga Beatriz comentou: *Não tive, acho que tem que ser algo buscado depois da faculdade.* Com isso, analisamos, que independente do curso de formação ou há quanto tempo o profissional está formado, não foi trabalhado sobre essa temática. Vale ressaltar, que a maioria dos funcionários realizou a graduação no município de Foz do Iguaçu - PR. Assim, há uma formação que pode ser interpretada como descontextualizada com a realidade social, sobre o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil.

Outro fator relevante foi a capacitação dos profissionais, observamos que no município há capacitações, como explicita o psicólogo Fabrício do CREAS:

*Eu estou formada a quase 10 anos, nesse tempo eu sempre trabalhei dentro da política de assistência, sempre e nesse tempo eu percebo que o município ele tem se preocupado com isso, então vira e mexe tem alguma capacitação em relação a isso, em alguns momentos parece que ela surge com uma força maior, sabe, que daí eles evidenciam o público, aí preparam realmente toda a rede, aí essa capacitação é estendida a vários... instituições, não somente dentro da assistência mas da própria saúde, educação, né, então acaba envolvendo várias instituições, várias políticas e em outro momento parece que some. Então... em alguns momentos me pareceu descontinuado, mas agora com a Rede Proteger e com o outro fórum que acontece constantemente que não me recordo o nome isso parece que vem tendo uma certa regularidade, até pra auxiliar os profissionais nessa formação sobre o tema, pra estar sempre em voga, sempre discutindo a respeito do assunto, então ultimamente eu percebo que*

*há uma regularidade, mas Foz do Iguaçu, desde que eu me formei tem se preocupado com o assunto.*

Podemos analisar novamente o papel fundamental da Rede Proteger, em capacitar de forma contínua os profissionais da rede, mas, várias vezes essa está ocupando lacunas deixada pela prefeitura municipal, visto que, quando perguntávamos sobre o papel da prefeitura nas capacitações dos profissionais, sempre havia referência a rede Proteger, a ITAIPU e raras vezes foi mencionado o poder público.

Desta forma, podemos analisar que há no município de Foz do Iguaçu- PR questões a serem melhoradas, principalmente na valorização e capacitação dos recursos humanos, visto que, eles são a ponta da rede de proteção e ação em combate a exploração sexual infanto-juvenil, são estes profissionais que têm o contato direto com os usuários.

## Considerações Finais

"And in the end  
The love you take  
Is equal to  
The love you make"  
(The Beatles)

Escrever as Considerações Finais deste trabalho é uma tarefa complicada, várias questões começam a ser lembradas e surge indagações, principalmente se foi possível demonstrar e analisar todo o conteúdo que tivemos acesso e demonstrar essa realidade que por muitas vezes foi árdua, de choros, sentimentos de repulsa, mas também de acolhimento, abraços e carinhos. Iniciamos com uma certeza, estas são considerações parciais, não podemos afirmar que o trabalho com o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil no município de Foz do Iguaçu -PR está completo, muito ainda deve ser desenvolvido. Como explicado anteriormente, já caminhamos muito com a implementação do ECA, mas as nossas crianças e adolescentes ainda não prioridades absolutas, como deveriam devido esse estatuto.

Durante o percurso, esta pesquisa sofreu algumas transformações, os objetivos foram repensados, para tentarmos demonstrar fatos que nos chamavam a atenção. Deste modo, refletimos como os profissionais de Foz do Iguaçu compreendem o fenômeno da Exploração Sexual Infanto-juvenil. Buscamos realizar um mapeamento cartográfico da rede de atenção de combate à exploração sexual infanto-juvenil; identificar como foi à formação destes profissionais, bem como se estes recebem alguma capacitação frente à exploração sexual de crianças e adolescentes; e, por fim, analisar se há em Foz do Iguaçu - PR uma rede de proteção a essas crianças e adolescentes.

Evidenciamos a construção histórica dos conceitos de família, infância e exploração sexual. Como a infância brasileira desde da época colonial, foi construída embasado numa visão assistencialista e repressora. Assim, as crianças e adolescentes tiveram por inúmeras vezes seus direitos violados, não sendo vistos como pessoas cidadãs, com direitos. Demonstramos os diversos documentos, que buscaram a mudança desta visão, entre eles a Declaração dos Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Destacamos o conceito da exploração sexual infanto-juvenil e a diferença entre ele a o termo prostituição, um erro comum no vocabulário da sociedade, o qual não

analisa a questão do desenvolvimento pessoal e o contexto social em que as crianças e os adolescentes estão inseridos. Reiteramos sobre as diversas formas encontradas sobre a exploração sexual infanto-juvenil no município de Foz do Iguaçu - PR, entre elas: a intrafamiliar, a extrafamiliar, com meninas, meninos e travestis. Este foi um ponto que nos chamou a atenção, tendo em vista a ampla diversidade de casos e histórias encontradas, não focando apenas em uma faixa etária ou gênero, mas sim encontramos desde um menino de 4 (quatro) anos até uma travesti de 17 anos. Também analisamos, que a grande demanda da rede socioassistencial são meninas, enquanto na âmbito jurídico são meninos.

A Legislação que ampara o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil é integrada, nos documentos analisados (Constituição Federal, Código Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente), encontramos sempre uma visão semelhante: a criança e o adolescente como detentor de direito e, sendo dever da família, sociedade e Estado defendê-los. Analisando o ECA, verificamos que não são punidos os consumidores da pornografia infanto-juvenil, ou seja, os pedófilos. Pensamos que os pedófilos precisam primeiramente de tratamento, não de cadeia, visto que embora ele saiba que o seu ato é errado, o mesmo torna-se muitas vezes inevitável e pode reincidir criminalmente. Também destacamos que a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que torna a Exploração Sexual Infanto-Juvenil como crime hediondo, sendo inafiançável, sem o direito de anistia, graça ou indulto, sendo a pena prevista de quatro a dez anos de reclusão (BRASIL, 2014).

Ressaltamos ainda, que foram analisados os documentos nacionais, estaduais e municipais, em relação as políticas públicas de combate a exploração sexual infanto-juvenil e trabalho com as vítimas e seus familiares. Importantes instrumentos foram criados, entre eles o Disque Denúncia, ou Disque 100, o qual analisa, trata e encaminha as denúncias aos órgãos responsáveis, no prazo máximo de 24 horas (BRASIL, s/d). Como grande avanço entendemos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual busca a superação da visão assistencialista e o empoderamento do sujeito, sempre trabalhando com a família em si. Também agora há um ambiente, o CREAS, para que as crianças e adolescentes que foram explorados sexualmente, tenham um atendimento especializado, visando a superação do direito violado e fortalecimento dos vínculos familiares.

Com a realização da pesquisa, constatamos que o município de Foz do Iguaçu - PR, já teve a implementação de trabalhos importantes de combate a exploração sexual

infanto-juvenil, como o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai. Também é destacável a Rede Proteger, a qual tem reuniões mensais, onde as instituições comprometidas em combater e trabalhar com a situação da exploração sexual infanto-juvenil, podem se reunir e discutir os pontos negativos e positivos e, além disso, pensar estratégias para melhorar a situação do município de Foz do Iguaçu - PR.

Como fragilidades, percebemos que mesmo com reuniões mensais a rede socioassistencial que trabalha com a exploração sexual infanto-juvenil ainda está frágil. Vários são os fatores que contribuem para este processo, entre eles: o grande número da demanda, funcionários que realizam várias atividades, pela falta de profissionais; alta rotatividade da equipe técnica, a cada gestão, ou por outras questões, os funcionários são trocados de ambiente de trabalho, com as entrevistas percebemos uma grande aflição em vários profissionais, por causa da rotatividade; E, as estruturas físicas de trabalho, que não permitem a efetivação de discussões de caso e equipamentos necessários para estabelecer contato com a rede.

Destacamos que o município é formado por profissionais que visam efetivar os seus trabalhos da melhor maneira possível. Podemos observar através das falas dos entrevistados um grande desgaste destes, que tentavam dar conta da demanda, mas não conseguiam. Também há um grande apoio da ITAIPU, em todos os sentidos, mas seria necessário um melhor aproveitamento destas verbas, não apenas no sentido de campanhas, mas de melhor preparar e organizar a rede de atendimento. Com estas capacitações, os profissionais estariam melhor preparados para atender estes sujeitos que encontram-se em uma situação de grande fragilidade, podendo atuar de maneira ética, sem o reforço de valores conservadores.

Como questões básicas de trabalho é necessário uma organização da rede que está inserida na Secretaria da Assistência Social, através dos órgãos da baixa, média e alta complexidade, para que os atendimentos sejam contínuos e uniformizados. Durante o texto expomos três possibilidades de instrumentais: o fluxograma, os protocolos de atendimento e a referência e contrarreferência. Através destes, seria possível a padronização dos atendimentos e, a rede começaria a ficar organizada, o fluxograma possibilitaria que os profissionais soubessem qual os encaminhamentos mais adequados quando houvessem os casos de exploração sexual infanto-juvenil. E, a referência e a contrarreferência, possibilitariam o encaminhamento e uma resposta. Sabemos que a implantação destes novos instrumentos não seria momentânea, mas

algo construído paulatinamente, através de capacitações, onde os profissionais entenderiam que o trabalho ficaria simplificado. Outra proposta seria a implementação de um banco de informações sistematizado e unificado, bem como a gestão destas informações no que tange a dimensão da violência sexual, como as denúncias, os encaminhamentos realizados e as ações efetivadas. Através deste sistema, as informações poderiam auxiliar nas intervenções das equipes profissionais que estariam atuando com aquelas crianças, adolescentes e suas famílias.

Diversos são os desafios e limitações que precisam ser superados para que as ações tenham o impacto esperado, não somente em enfrentar a violência sexual, no sentido do atendimento, mas também em materializar ações de prevenção e de construção de uma nova cultura no município de Foz do Iguaçu - PR, na qual as crianças e os adolescentes, sejam prioridades absolutas, em todos os âmbitos e, que as políticas públicas sejam planejadas pensando na efetivação dos direitos destes, os quais já são garantidos constitucionalmente.

Como principal dificuldade para a realização da pesquisa encontramos o tempo, tínhamos poucos meses para coletar todos os dados, devido ao cronograma proposto pelo PTI - ITAIPU. Acreditamos que mais profissionais poderiam ter sido entrevistados, como a delegada do NUCRIA, a Secretária da Assistência Social, o Presidente da Rede Proteger e os Promotores. Mesmo faltando estes profissionais, os dados coletados são ricos e fonte de muitas informações, como pode ser observado. Apesar de encontrarmos algumas dificuldades, realizar este trabalho foi satisfatório, em vários aspectos, podemos mostrar uma realidade que muitas vezes está escondida, dar visibilidade a estes sujeitos e, analisar a real situação dos funcionários que atuam frente a este fenômeno foi de enorme aprendizado. Além da parte profissional, crescemos enquanto pessoas, enquanto cidadãos, fomos constantemente tocados pelo campo, o contato com as crianças e adolescente abrigados foi uma experiência indescritível, sempre saíamos deste local esgotados, cansados e emocionados, mas confiantes que estávamos desenvolvendo um trabalho que além da contribuição acadêmica visa melhorar uma situação local - Foz do Iguaçu - e, talvez seja espelho para outras regiões do país.

Diante do exposto, fica como horizontes a possibilidade de dar continuidade nas pesquisas sobre o tema da exploração sexual infanto- juvenil, visto que de forma integrada e difundida teoricamente, esta é uma realidade concreta, um processo que nunca fecha, pois depende das políticas governamentais para efetivação de ações que

visem diminuição e o combate deste fenômeno. Assim, se faz necessário um movimento científico, tecnológico, histórico e social, devidamente integrados para que novas formas de ações e políticas sejam planejadas, através das demandas encontradas.

## Referências Bibliográficas

ALVES, E. C. **Pedofilia**. Palestra proferida em 03/09/2002, no evento Amazônia 2002, realizado em Manaus-AM, promovido pela Federação Internacional de Advogadas – FIDA. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/346/Pedofilia.pdf?sequence=4> Acesso em 12 de abril de 2015.

ANDRADE, C. J. M.; FONSECA, R. M. G. S.; **Considerações sobre a Violência Doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família**. Esc. Enferm. USP. 42 (3) 591-5, 2008.

ANDRADE, J.; BERALDO, L. **Abuso sexual se agrava por omissão familiar e precariedade de redes de proteção**. Disponível em <http://crisovam.org.br/portal3/jimtawl-section/direitos-humanos/3464-abuso-sexual-se-agrava-por-omissao-familiar-e-precariedade-de-redes-de-protecao.html> Acesso em 12 de abril de 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA. **Abuso Sexual**: mitos e realidades. Autores & Agentes Associados, s/d.

AURENI. **Raízes da Prostituição no Brasil**. Jornal do Brasil. Disponível em: [http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=10158](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=10158) Acesso em 02 de maio de 2015.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAPTISTA, R. S.; FRANÇA, I. S. X.; COSTA, C. M. P.; BRITO, V. R. S. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela**. Acta Paul Enferm. 21(4):602-8, 2008.



BRASIL, COMITE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **18 de Maio**. Disponível em <http://www.comitenacional.org.br/o-que-e-18-maio-000.php> Acesso em 29 de julho de 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **CRAS -Institucional**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional> Acesso em: 02 de agosto de 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PAEFI**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/servicos-de-media-complexidade/servico-de-protacao-e-atendimento-especializado-a-familias-e-individuos-2013-paefi> Acesso em 01 de agosto de 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Exploração Sexual Infantil se torna crime hediondo**, Brasília 2014. Disponível em [http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20140522.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20140522.html) Acesso em 29 de julho de 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: texto da RESOLUÇÃO Nº109, de 11 de Novembro de 2009. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**: Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. 2000. Disponível em [file:///D:/Downloads/PN\\_enfrentamento\\_violencia\\_sexual.pdf](file:///D:/Downloads/PN_enfrentamento_violencia_sexual.pdf) Acesso em 13 de abril de 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013. Disponível em [http://www.comitenacional.org.br/files/anexos/08-2013\\_PNEVSCA-2013\\_fl9r39h.pdf](http://www.comitenacional.org.br/files/anexos/08-2013_PNEVSCA-2013_fl9r39h.pdf) Acesso em 29 de julho de 2014.

BRASIL. Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI N° 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm) Acesso em 12 de abril de 2015.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente> Acesso em 14 de junho de 2015.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR)**, Brasília, 2009. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/programa-de-acoes-integradas-e-referenciais-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-infanto-juvenil-no-territorio-brasileiro-pair> Acesso em 30 de julho de 2014.

BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **RESOLUÇÃO N° 170, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014**. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-170> Acesso em 12 de Julho de 2015.

BRUNS, M. A. T.; ALMEIDA, S. **Sexualidade preconceito, tabus, mitos e curiosidades**. Campinas: Átomo, 2004.

CAPRA, J.; BERGAMO, M. **Evas e Marias: a mulher no Brasil colonial**. Disponível em <http://www.univar.edu.br/revista/downloads/evasemarias.pdf> acesso em 30 de julho de 2015.

CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios da teoria e da metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, P. F. **Eu Nasci no Brasil mas o Líbano é o meu país – Jovens Descendentes de Libaneses em Foz Do Iguaçu: Identidade Plural**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 58, p. 13-37, jan./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/download/33894/21155> Acesso em 10 de maio de 2015.

CASTRO, L. **Legislação comentada** - arts. 218 e 218-a do CP. Disponível em <http://leonardocastro2.jusbrasil.com.br/artigos/121943505/legislacao-comentada-arts-218-e-218-a-do-cp> Acesso em 12 de abril de 2015.

CECARELLI, P. R. **Prostituição** - Corpo como Mercadoria. In: *Mente & Cérebro – Sexo*, v. 4 (edição especial), dez. 2008. Disponível em <http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/prostituicao.pdf> Acesso em 12 de julho de 2014.

CHILDHOOD. **Nem todo Pedófilo é um Abusador**. 2010. Disponível em <http://www.childhood.org.br/nem-todo-pedofilo-e-um-abusador-sexual-2> Acesso em 28 de Julho de 2015.

CIRANDA. **Travessia da Neblina**: a experiência do projeto Navegando nos Direitos no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Paranaguá, s/d.

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) de Goiânia. **Atribuições**, s/d. Disponível em <http://www.cmdca.go.gov.br/atribuicao.php> Acesso em 14 de julho de 2015.

CORREA, R. A.; GODOY, A. M. G. **Políticas Públicas e Turismo Sustentável em Foz do Iguaçu**. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.115, p.149-172, jul./dez. 2008. Disponível em <file:///D:/Downloads/Dialnet-PolíticasPublicasETurismoSustentavelEmFozDoIguacu-4813464.pdf> Acesso em 12 de julho de 2015.

COSTA, M. V. **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, N. R. A; ROSSETI-FERREIRA, M. C. **Tornar-se pai e mãe em um processo de Adoção Tardia**. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.20 no.3 Porto Alegre 2007.

DANTAS, E. P.; TAVARES, V. C; NETO. E. H. **O Outro Lado da Moeda**: percepções das profissionais do sexo, acerca do "turismo sexual" do destino Foz do Iguaçu, PR. Disponível em [http://www.efficienteventos.com/Festival/rabalho/414\\_1.pdf](http://www.efficienteventos.com/Festival/rabalho/414_1.pdf) Acesso em 11 de julho de 2014.

DAMINELLI, C. S. **Anjos Caídos**: um estudo sobre exploração sexual comercial feminina (Florianópolis, 1990 - 2008). Monografia apresentada no curso de história pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

DAY, V. P. et al. **Violência Doméstica e suas diferentes manifestações**. R. Psiquiatr. RS, 25 (suplemento 1): 9 -21, abril 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1> acesso em 2 de julho de 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Em **Mil Platôs**, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FALEIROS, V. P. **Desigualdades sociais e a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes**. in Anais do Seminários Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas. Brasília, CECRIA/MJ, 1997.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2007.

FARIA, C. **Fluxograma**. Disponível em [http://www.infoescola.com/administracao\\_/fluxograma/](http://www.infoescola.com/administracao_/fluxograma/) Acesso em 02 de agosto de 2015.

FELIPE, J. **Afinal, quem é mesmo pedófilo?** Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.201-223. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>.

FERREIRA, J. O. **Prostituição**: concepções das sociedades da idade média à atualidade. Disponível em <http://amigonerd.net/sociais-aplicadas/pedagogia/prostituicao-concepcoes-das-sociedades-da-idade-media-a-atualidade> acesso em 9 de julho de 2014.

FERREIRA, L. A. M. **Exploração Sexual Infanto- Juvenil**. Revista VEJA. Edição n.º 1718. São Paulo: Editora Abril, 2001

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GASPARINI, M, I. S. **Violência Familiar**. Posadas: Editorial Universitária, 2001.

GONÇALVES, H. S.; GARCIA, J. **Juventude e Sistema de Direitos no Brasil**. Psicol. cienc. prof. vol. 27 no.3 Brasília Sept. 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000300013) Acesso em 20 de julho de 2014.

GUIMARÃES, A. O.; SPRANDEL, M. A. **Coleção de boas práticas e lições aprendidas em prevenção e erradicação da exploração sexual comercial (ESC) de meninas, meninos e adolescentes: sensibilização e fortalecimento institucional**. Asunción: OIT, 2005.

HABIGZANG, L. F. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar**: aspectos observados em processos jurídicos. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Set - Dez 2005, Vol 21 n. 3, pp. 341-348. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3> Acesso em 2 de julho de 2014.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DE DELINQUENTE - ILANUD. **A Pornografia Infanto-Juvenil na Contemporaneidade**: novas formas de exploração sexual comercial. Disponível em <http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/a-pornografia-infanto-juvenil-na-contemporaneidade-novas-formas-de-exploracao-sexual-comercial> Acesso em 28 de setembro de 2014.

JUSTO, J. S. O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 17 - nº 1, p. 61-77, Jan./Jun. 2005.

LANDINI, T. S. **Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração**. cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.225-252.

LEAL M. F. P. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** [relatório final da oficina]. Brasília (DF) CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LEAL, M. L. P. **Exploração sexual de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latinae Caribe** (Relatório Final - Brasil) Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999. Disponível em <http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/88NURRB8AOESKV83TFUN.pdf>.

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In Crianças e Adolescentes: direitos, sexualidade e

reprodução. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP, São Paulo: 2010.

LIBÓRIO, R. M. C; SOUSA, S. M. G. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LIMA, P. N. **Tráfico de Mulheres para fins de Exploração Sexual**: um estudo no núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas do estado do Ceará. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará. Disponível em [http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/priscila\\_nottingham.pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/priscila_nottingham.pdf) Acesso em 01 de agosto de 2015.

LOWENKRON, L. **Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia**: diferentes nomes, diferentes problemas? Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. ISSN 1984-6487 / n.5 - 2010.

MACHADO, A. V. **A Família Brasileira e a Violência Sexual**. In Psicologia e Justiça: infância, adolescência e família. Curitiba. Juruá, 2012.

MAIA, L. M. A. **Miséria das Fronteiras**: exploração sexual de crianças e adolescentes femininas em Foz do Iguaçu. Dissertação de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foz do Iguaçu: 2012.

MARTUSCELLI, P. N. **Exploração sexual comercial de crianças**: necessidade de cooperação na Tríplice Fronteira. Boletim Mundorama. Disponível em <http://mundorama.net/2013/03/16/exploracao-sexual-comercial-de-criancas-necessidade-de-cooperacao-na-triplice-fronteira-por-patricia-nabuco-martuscelli/> Acesso em 01 de agosto de 2015.

MARZOCHI, M. L. **Pornografia na Internet**. Rev. ciênc. hum., Taubaté, v.9, n.2, p.115-124, jul-dez 2003.

MATURANA, H. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MILANI, R. G.; LOUREIRO, S. R. **Famílias e Violência Doméstica: Condições Psicossociais Pós Ações do Conselho Tutelar**. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2008, 28 (1), 50-67 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n1/v28n1a05.pdf> Acesso em 12 de Julho de 2015.

MINAYO, M. C. S.; Deslandes, S. F.; Cruz, O. N.; Gomes, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004

MORAES, K. **Uma Experiência Etnográfica de Fronteira**: exploração sexual comercias de crianças e jovens da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Florianópolis: UFSC, 2009.

MORRIN, E. **A Cabeça bem Feita**. Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, B. V. N. **Notas sobre a imigração e o estabelecimento da comunidade árabe de Foz do Iguaçu**. Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política, ISSN: 2175-6880. Disponível em [http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24793\\_1397854443.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24793_1397854443.pdf) Acesso em 10 de maio de 2015.

OLIVEIRA, I. F.; PAIVA, I. L. Os Desafios para a Articulação entre o Sistema de Garantia de Direitos e o Sistema Único de Assistência Social. In: CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (Org). **Interlocações entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

PAIVA, D. L. **Adoção**: Significados e Possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PAIXÃO, A. C. W.; DESLANDES, S. F. **Análise das Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil**. Saúde Soc. V.19. n.1. p.114-116, 2010.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELÚCIO, L. **Na Noite nem Todos os Gatos são Pardos**: notas sobre a prostituição travesti. Cadernos Pagu (25), julho-dezembro de 2005, pp.217-248. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26528.pdf> Acesso em 12 de julho de 2014.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. Jornal de Pediatria - Vol. 81, Nº5(supl), 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf> Acesso em 2 de julho de 2014.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: GRAPHIA EDITORIAL, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil**. Disponível em <http://www.pmf.iguaçu.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62858> Acesso em 01 de agosto de 2015.

PRIOTTO, E. M. T. P. **Violência envolvendo adolescentes estudantes na Tríplice Fronteira: Brasil - Paraguai - Argentina**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-07012014-162715/en.php> Acesso em 14 de Junho de 2015.

REDE MARISTA DE SOLIEDARIEDADE. **Infância, Adolescência e Direitos: enfrentamentos a violência sexual em Foz do Iguaçu**. Curitiba: Editora Champagnat, 2014.

RIBEIRO, M. O; DIAS, A. F. **Prostituição Infanto- Juvenil: revisão sistêmica da literatura**. Rev. Esc. Enferm USP 2009; 43 (2): 465-71. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n2/a29v43n2.pdf> acesso em 30 de junho de 2014.

SANTOS, B. R. **O Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-juvenil: uma análise da situação**. Goiânia: Canône Editorial, 2007.

SANTOS, B. R.; NEUMANN, M.; IPPOLITO, R. **Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministérios da Educação, 2004.

SANTOS, V. A. **Centro de Referência para Proteção Integral da Criança, Adolescente e Familiares Envolvidos em Situação de Violência Sexual**. Disponível em <file:///D:/Downloads/protECAoIntegral.pdf> Acesso em 02 de agosto de 2015.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, n. 20, v. 2, p.71-99, jul/dez, 1995.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **NUCRIA de Foz do Iguaçu completa 5 anos**. Polícia Civil, 2009. Disponível em



<http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1144> Acesso em 01 de agosto de 2015.

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008. Disponível em [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/Manual\\_de\\_atendimento\\_as\\_vitimas\\_de\\_violencia\\_na\\_rede\\_de\\_saude\\_publica\\_do\\_df\\_secretaria\\_de\\_saude\\_do\\_df\\_2009.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/Manual_de_atendimento_as_vitimas_de_violencia_na_rede_de_saude_publica_do_df_secretaria_de_saude_do_df_2009.pdf) Acesso em 02 de agosto de 2015.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI). DEPARTAMENTO NACIONAL. **Vira Vida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em [http://www.viravida.org.br/pub/up/arquivo/LivroViraVida\\_pt.pdf](http://www.viravida.org.br/pub/up/arquivo/LivroViraVida_pt.pdf) Acesso em 29 de agosto de 2015.

SILVA, A. S.; BARBOZA, R. **Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis**. Athenea Digital - num. 8: 27-49 (otoño 2005). Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/39153/39015> Acesso em 12 de julho de 2014.

SILVA, M. C. **Exploração Sexual Infanto-Juvenil**. Monografia de Apresentada para conclusão da especialização em Ciências Políticas. Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em <file:///C:/Users/Luana/Documents/Documentos%20Luana/2014/Tese/silva%202005.PDF> Acesso em 30 de junho de 2014.

SILVA, T. A.; ÁVILA, M. A. **Turismo Sexual e Exploração Sexual Infantil: uma análise da atuação do programa Sentinela em Ilhéus**. PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, 8 (1). 2010. Disponível em [http://www.pasosonline.org/Publicados/8110/PS0110\\_14.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/8110/PS0110_14.pdf) acesso e 11 de julho de 2014.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em 02 de agosto de 2015.

SPRANDEL, M.; CARVALHO, H. J. A.; ROMERO, A. M. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Legislações de Argentina, Brasil e Paraguai: alternativas de harmonização para o Mercosul**. Assunção (OIT)/ Programa IPEC Sudamérica, 2004.

TEIXEIRA, A. E. **Representação sobre a Atividade de Garotos de Programa em Belo Horizonte (MG):** emprego, trabalho ou profissão? Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Disponível em [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308350926\\_ARQUIVO\\_ArtigoparaConlab2011.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308350926_ARQUIVO_ArtigoparaConlab2011.pdf) Acesso em 12 de julho de 2014.

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e Adoção.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Consultation on Child Abuse Prevention.** Geneva: WHO, 1999.

ZAMBRANO, E. et al. **O Direito à Homoparentalidade:** cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: 2006. Disponível em [http://www.abgl.org.br/docs/zambrano\\_et\\_al\\_homoparentalidade\\_-\\_A4%5B1%5D.pdf](http://www.abgl.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4%5B1%5D.pdf) Acesso em: 18 de julho de 2012.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

##### **Caracterização da população de estudo:**

Nome (profissão):

Idade:

- 1) Como foi a sua formação? (Onde, quanto tempo, em qual curso)
- 2) Conte sobre o seu trabalho (local, função que desempenha, quanto tempo trabalha naquele local)
- 3) Como que você entende a exploração sexual comercial?
- 4) Você pensa que Foz do Iguaçu ta preparado trabalhar/ atual com as vitimas de exploração sexual infanto-juvenil?
- 5) Existe uma rede de enfrentamento em relação a exploração sexual?
- 6) Tem alguma história assim que te chamou a atenção? Um caso que pra você foi um pouco forte?
- 7) como você vê a importância do seu trabalho em relação a esses casos?

## **APÊNDICA B**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COMEP  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Muito Além das Fronteiras Territoriais: Um Estudo sobre a Exploração Sexual Infanto-juvenil na Região de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este. Essa pesquisa está sob a responsabilidade de Thalita Rafaela Neves, Luana de Oliveira, Bruno Filipe Marques e Leo Rodolfo Biachini que irão investigar percepções sobre a exploração sexual comercial infanto-juvenil a partir do discurso de crianças e adolescentes que vivenciaram essa situação e também de profissionais que trabalham com essa temática. Entende-se que esta questão é muito relevante, levando em conta de que a região de Foz de Iguaçu é fortemente caracterizada por crianças e adolescentes que se envolvem/envolveram nesse ramo e assim, têm sido prejudicadas no âmbito psíquico, social e da saúde.

**1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** Ocorrerá como procedimento para a coleta de dados, uma entrevista semi-estruturada com os profissionais que atuam nessa instituição, contendo perguntas sobre o assunto já explicado acima. Nesse caso, haverá perguntas sobre a temática apontada e o profissional entrevistado terá a liberdade de responder da maneira e pelo tempo que sentir necessário. Lembramos que a participação para esse trabalho é voluntária, assim, tem-se a liberdade do participante poder desistir, em qualquer momento.

**2. RISCOS E DESCONFORTOS:** Em relação às entrevistas com os profissionais, este procedimento apresenta um risco mínimo, porém, este será reduzido com o cancelamento ou adiamento da entrevista, caso aconteça algum fato constrangedor que o entrevistado não se sinta bem e assim não queira falar sobre.

**3. BENEFÍCIOS:** Os benefícios esperados com o estudo envolvem em trazer novas informações em relação aos sentimentos de crianças e adolescentes frente à exploração sexual comercial que sofreram. Assim, é possível compreendê-las com maior profundidade e pensar em estratégias inovadoras de intervenção quanto ao tema abordado além de compreender o andamento do fluxo das redes institucionais da região estudada.

**4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA:** Se você, ou os outros participantes precisarem de alguma orientação ou encaminhamento psicológico por se sentirem prejudicados por causa da pesquisa, ou se os pesquisadores descobrirem que você tem alguma necessidade de assistência psicológica, serão encaminhados para alguma instituição que preste a devida assistência, como o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Rua Engenheiro Rebouças, nº 420 - Centro, telefone: (45)3574-2288.

**5. CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações que serão fornecidas por meio dos métodos e procedimentos já apresentados serão utilizadas somente para esta pesquisa. Todos os dados pessoais aqui adquiridos ficarão em sigilo, ou seja, nenhum nome aparecerá nas transcrições das entrevistas, nem quando os resultados forem apresentados.

**6. ESCLARECIMENTOS:** Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Luana de Oliveira; Thalita Rafaela Neves; Leo Rodolfo Bianchini; Bruno Filipe Marques.  
Endereço: Conselheiro Zacarias, 445 – Irati/PR  
Telefone para contato: (45) 99838414; (43) 99065224

**7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

**8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:** Se você estiver de acordo em participar, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

### CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr(a).

\_\_\_\_\_,  
portador da cédula de  
identidade \_\_\_\_\_, declara que,  
após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer  
dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e  
procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito  
do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em  
participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da Instituição

\_\_\_\_\_  
Assinatura de um Representante da Pesquisa

### APÊNDICE C

### MODELO FICHA INTERSETORIAL DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA

	<b>REFERÊNCIA</b>
<sup>1</sup> Serviço:	<sup>2</sup> Telefone:

<sup>3</sup> Nome do profissional:				
<sup>4</sup> Encaminhado para:				
<sup>5</sup> Nome do usuário:				
<sup>6</sup> Data de nascimento:	<sup>7</sup> Idade:	<sup>8</sup> Sexo:		
<sup>9</sup> Endereço:				
<sup>10</sup> Bairro:		<sup>11</sup> Telefone:		
<sup>12</sup> Nome da mãe:		<sup>13</sup> Responsável/parentesco:		
<sup>14</sup> Descrição do caso/situação:				
<sup>15</sup> Ações realizadas anteriormente a este encaminhamento (período):				
<sup>16</sup> Observações / sugestões de atendimentos:				

Data:

\_\_\_\_\_  
<sup>17</sup>Assinatura e carimbo

CONTRA REFERÊNCIA	
-------------------	--

Serviço:		Telefone:
Nome do profissional:		
<sup>18</sup> Respondido para:		
Nome do usuário:		
Data de nascimento:	Idade:	Sexo:

Endereço:	
Bairro:	Telefone:
Nome da mãe:	Responsável/parentesco:
Ações realizadas:	
Observações / sugestões de atendimentos:	

Data:

---

Assinatura e carimbo

#### Instruções de preenchimento

- 1 – Escrever o nome da instituição/serviço que realizou o encaminhamento.
- 2 – Telefone da instituição/serviço.
- 3 – Escrever o nome do profissional que está encaminhando a ficha.
- 4 – Escrever o nome da instituição/serviço para onde será encaminhado o usuário.
- 5 – Escrever o nome completo do usuário, sem abreviações.



- 6 – Escrever a data de nascimento do usuário.
- 7 – Escrever a idade do usuário.
- 8 – Escrever o sexo do usuário.
- 9 – Escrever o endereço do usuário constando logradouro e número da residência.
- 10 – Escrever o nome do bairro.
- 11 – Escrever o número de telefone de contato atual, se possível mais do que um número.
- 12 – Escrever o nome completo da mãe, sem abreviações.
- 13 – Escrever o nome do responsável que está acompanhando o usuário durante o atendimento e o seu parentesco.
- 14 – Descrever sucintamente o histórico ou situações que desencadearam o encaminhamento do usuário para a rede, utilizar letra legível.
- 15 – Descrever todas as ações realizadas anteriormente pela instituição que encaminhou o usuário indicando a data ou o período em que foram executadas. Conforme o serviço, constar o número de identificação do usuário na referência e na contra referência.
- 16 – Comentar outras informações relevantes com indicativo de atendimento. Citar todos os serviços referendados.
- 17 – Assinatura do profissional responsável pelo atendimento com carimbo do profissional ou do serviço quando for enviado documento impresso. Via online não será necessário assinatura.
- 18 – Escrever o nome da instituição/serviço a qual deverá receber a resposta da referência.